

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Avanços na compreensão da subjetividade no Behaviorismo
Radical

Henrique Mesquita Pompermaier

São Carlos-SP
Julho de 2013

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Avanços na compreensão da subjetividade no Behaviorismo
Radical¹

Henrique Mesquita Pompermaier²

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos
como requisito para obtenção do título de Mestre em
Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Isaías Pessotti.

São Carlos-SP

Julho de 2013

¹ Projeto financiado com Bolsa de Mestrado concedida pela Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – Processo nº2011/03949-6)

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P788ac

Pompermaier, Henrique Mesquita.

Avanços na compreensão da subjetividade no
behaviorismo radical / Henrique Mesquita Pompermaier. --
São Carlos : UFSCar, 2013.
123 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2013.

1. Behaviorismo radical. 2. Subjetividade. 3.
Comportamento humano. I. Título.

CDD: 150.1943 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

COMISSÃO JULGADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Henrique Mesquita Pompermaier

São Carlos, 04/07/2013

Prof. Dr. Isaias Pessotti (Orientador e Presidente)
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof.ª Dr.ª Carolina Laurenti
Universidade Estadual de Maringá/UEM

Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes
Universidade Estadual de Maringá/UEM

Prof.ª Dr.ª Maria de Jesus Dutra dos Reis
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública
realizada às 14h no dia 04/07/2013.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Isaias Pessotti

Prof.ª Dr.ª Carolina Laurenti

Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes

Prof.ª Dr.ª Maria de Jesus Dutra dos Reis

Homologada pela CPG-PPGpsi na

_____ª Reunião no dia ____/____/____

Prof.ª Dr.ª Deisy das Graças de Souza
Coordenadora do PPGpsi

*Àqueles que cuidaram de me ensinar
a caminhar...
Ao amor, que sempre se fez presente em
minha vida em forma de Maria.*

Agradecimentos

Há sempre tanto por agradecer que é até difícil circunscrever alguns limites para os agradecimentos deste trabalho em específico. Mas inevitavelmente, neste e em qualquer outro por vir, começo agradecendo a meus pais e meu irmão, pelo amor, suporte e apoio incondicionais.

Agradeço imensamente a todos os professores que participaram de minha formação. Em especial, nomeio alguns que estiveram mais próximos nessa empreitada mais recente: à Ana (Lucia Cortegoso), pelo exemplo de seriedade e competência; à Débora (Holanda), pela disponibilidade e atenção sempre solícita; ao João (do Carmo), pelo exemplo e encorajamento; ao Júlio (de Rose), pelo apoio e disposição para parcerias; e a Deisy (de Souza), pelo “amadrinhamento” e “interseções” sem os quais não teria chegado até aqui.

Agradeço a meu orientador pelo apoio, segurança e cumplicidade sempre demonstrados nos momentos precisos.

Agradeço também à Carol e ao Carlos, por me receberem em seu laboratório em Maringá nessa fase final do trabalho, pelo exemplo de competência e compromisso como pesquisadores e docentes, e particularmente ao Carlos, por toda assistência e orientações no desenvolvimento dessa dissertação.

Agradeço ao professor Abib pela inspiração e pela disponibilidade em partilhar textos e ideias.

Agradeço à Marinéia pela atenção e auxílios, imprescindíveis a nossa “vida discente” e ao funcionamento do Programa.

Agradeço a meus queridos amigos de turma da graduação (nossa “tribo” Psico 06) e do mestrado, que sem dúvida marcaram meus caminhos pela Psicologia.

Agradeço a todos os camaradas de Lech (Gui, Camila, Naine, Vivi, Solange, Lucas Tadeu, Thaize, Erik-Kire, Raquel Golfeto, Ana Arantes), e de maneira mais que especial à trupe dos “caras” (Edson, Léo, Lucas-Laranja, Mari, André-Véio, Nat Ágio, Tatê, Marcelão, Nahara, Thaís, Maurício, Zops e João) e a meu querido *brother* Sidnei, por toda ajuda, parcerias, companheirismo e partilha de bons momentos.

Enfim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo financiamento deste trabalho (Processo nº2011/03949-6).

As Coisas

*O encanto
sobrenatural
que há
nas coisas da Natureza!
No entanto, amiga,
se nelas algo te dá
encanto ou medo,
não me digas que seja feia
ou má,
é, acaso, singular...
E deixa-me dizer-te em segredo
um dos grandes segredos do mundo:
- é simplesmente porque
não houve nunca quem lhes desse ao menos
um segundo
olhar!*

Mario Quintana

Pompermaier, H. M. (2013). Avanços na compreensão da subjetividade no behaviorismo radical. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP. 120p.

RESUMO

Este trabalho procura apresentar e discutir distintas posições colocadas nos debates atuais sobre a abordagem de fenômenos subjetivos no behaviorismo radical. Para isso, volta-se para os textos de pesquisadores do campo da Análise do Comportamento na temática da subjetividade, buscando conduzir uma discussão sobre os conceitos, a função e pertinência da teoria de eventos privados para a explicação do comportamento. Apesar de ser uma das formas mais recorrentes no tratamento analítico-comportamental dessa temática, a defesa da teoria e conceito de eventos privados, bem como a vinculação privacidade-subjetividade, não tem se desenvolvido de maneira consensual. Dessa forma, a área parece encontrar-se frente ao desafio não só de estabelecer uma compreensão mais clara em relação à possibilidade de uma abordagem científica dos eventos privados, mas também de avaliar a coerência e pertinência dessa concepção com o projeto teórico-filosófico do behaviorismo radical. A partir das análises e discussões desenvolvidas, é possível indicar duas direções distintas em relação aos avanços propostos para a compreensão dos fenômenos subjetivos no behaviorismo radical: uma orienta-se ao refinamento do conceito de eventos privados, salientando seu caráter relacional e contextual – uma observabilidade restrita circunstancialmente. Outra direção constrói-se a partir de críticas à noção de privacidade, defendendo o abandono da teoria e conceito de eventos privados em favor de uma abordagem alternativa pautada em uma metafísica relacional e imanente, e da compreensão dos fenômenos subjetivos em um continuum de complexidade, relativo ao entrelaçamento de repertórios dos diferentes níveis de seleção.

Palavras-chave: subjetividade; eventos privados; behaviorismo radical

Pompermaier, H. M. (2013). Advances in the comprehension of subjectivity in Radical Behaviorism. Master's Thesis. Post-Graduation Program in Psychology, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP. 120p.

ABSTRACT

This work aims to present and discuss different positions placed in the current debates on approach subjective phenomena in radical behaviorism. On this, the work focuses on the writings of researchers in the field of behavior analysis in the theme of subjectivity, leading to a discussion of the concepts, the role and relevance of the theory of private events for the explanation of behavior. Despite being one of the most recurrent behavior analytic treatment of this theme, the defense of the theory and concept of private events as well as the linking privacy-subjectivity, has not been developed in a consensual way. Thus, the area appears to be facing not only the challenge of establishing a clearer understanding regarding the possibility of a scientific approach to private events, but also of evaluating the coherence and relevance of this concept with the theoretical-philosophical project of radical behaviorism. From the analysis and discussions developed, it is possible to indicate two distinct directions regarding the advances proposed for the comprehension of subjective phenomena in radical behaviorism: one relates to the refinement of the private events concept, emphasizing its relational and contextual character – a circumstantially restricted observability. Another direction is built upon critical positions about the privacy notion, defending the abandonment of the theory and concept of private events in favor of an alternative approach grounded in a relational and immanent metaphysics, and understanding subjective phenomena in a continuum of complexity, referent to the interweaving of repertoires from different levels of selection.

Key words: subjectivity; private events; radical behaviorism

ÍNDICE

RESUMO	iv
ABSTRACT	v
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – A TEORIA DE EVENTOS PRIVADOS COMO COMPREENSÃO DA SUBJETIVIDADE	7
1.1 - <i>Definição do conceito de eventos privados</i>	9
1.1.1 - <i>Eventos privados e ficções explicativas</i>	9
1.1.2 - <i>Eventos privados como eventos fisiológicos internos</i>	10
1.1.3 - <i>Eventos privados como disposições e comportamentos complexos</i>	15
1.1.4 - <i>Eventos privados como “eventos comportamentais privados” – estímulos e respostas não-observáveis</i>	19
1.2 - <i>A noção de privacidade: “observabilidade restrita circunstancial”</i>	24
CAPÍTULO II – ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A TEORIA DE EVENTOS PRIVADOS	35
2.1 - <i>(Im)pertinência dos eventos privados na explicação do comportamento</i>	35
2.2 - <i>Eventos privados e causalidade</i>	45
2.3 - <i>Correções do conceito de eventos privados</i>	51
CAPÍTULO III – ABANDONO DA TEORIA DE EVENTOS PRIVADOS NA EXPLICAÇÃO DA SUBJETIVIDADE	56
3.1 - <i>Críticas a noções implicadas na teoria e conceito de eventos privados</i>	56
3.1.1 - <i>O compromisso com o descritivismo</i>	56
3.1.2 - <i>O compromisso com o indutivismo</i>	58
3.2 - <i>Subjetividade sem privacidade</i>	62
3.2.1 - <i>Explicação disposicional</i>	62
3.2.2 - <i>Projeto fundacional behaviorista radical – metafísica relacional imanentista</i>	65
3.2.3 - <i>Continuum de complexidade</i>	68

3.2.4 - <i>O conceito de comportamento (evento, estado e processo)</i>	70
3.2.5 - <i>Suscetibilidade e sentimento (sensing e feeling)</i>	73
3.2.6 - <i>Subjetividade e linguagem</i>	75
3.2.7 - <i>Mundo, organismo e corpo</i>	80
3.2.8 - <i>O self imanente ao comportamento</i>	85
3.2.9 - <i>Relação entre selves</i>	88
3.3 - <i>Subjetividade como produto de práticas culturais</i>	91
3.3.1 - <i>A variabilidade de emoções e sentimentos entre culturas</i>	91
3.3.2 - <i>Individualização</i>	93
3.3.3 - <i>Autonomia e Autocontrole</i>	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
<i>Avanços</i>	106
<i>Eventos privados: Abandonar ou manter?</i>	112
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

De maneira geral, argumentos “leigos” ou do *sensu comum* indicam uma compreensão dos fenômenos chamados subjetivos recorrendo à existência de algo como uma caixa preta de avião, ou ainda, uma *caixa mágica*, onde coisas miraculosas – as verdadeiras causas ou determinações dos comportamentos – ficariam guardadas e inacessíveis. Tudo se passa como se a qualificação *subjetivo* encerrasse a questão em si, determinando o limite para as possibilidades de conhecimento e intervenção sobre a experiência humana, *individual, particular, privada* – coisas que só a Psicologia, ou pior, nem a Psicologia, poderia explicar.

Discursos “leigos” como esse, contudo, não reverberam independentemente do “discurso especializado”. De fato, esses discursos ecoam, mesmo que de maneira distorcida, conteúdos construídos nos campos de estudos específicos. Nesse caso em especial, não é difícil encontrar construtos e teorias que promovam ou favoreçam essa visão quase mística do ser humano.

Nesse contexto de discussão, e principalmente desmistificação, da subjetividade, a proposta do behaviorismo radical de Skinner parece ser uma contribuição interessante. Trata-se de esvaziar a “*caixa mágica*”, ou ainda, eliminá-la, sem, contudo, deixar de oferecer uma compreensão aos fenômenos antes *encerrados* nela. Nesse sentido, o presente trabalho busca explorar as proposições e debates realizados em torno dessa perspectiva analítico-comportamental, inaugurada pela obra skinneriana.

Com relação ao título do trabalho, duas questões merecem destaque. A primeira delas refere-se à indicação do termo *avanços*. Longe de ter a intenção de expressar uma compreensão de valor “progressista”, baseada numa sobreposição de “melhores”, “evoluídos”, ou “mais desenvolvidos” sobre “piores”, “superados”, “simples”, a ideia expressa com esse termo é simplesmente de que propostas distintas, que procuram encaminhar soluções diferentes às questões colocadas sobre a abordagem da subjetividade em uma concepção behaviorista radical, têm sido apresentadas, demonstrando *maior ou menor grau de coerência e instrumentalidade* (cf. Borba & Tourinho, 2010).

Como indica de Rose (1999, p.69), “(...) Skinner nos incita todo momento a descobrir respostas melhores do que as dele”. Sendo assim, pode-se afirmar que em uma concepção skinneriana, uma ciência evolui no sentido de que suas práticas e discursos se alteram (ou deveriam ser alterados) na medida em que o ambiente exige – os problemas enfrentados a serem resolvidos por ela não são mais solucionados eficazmente pela proposta até então estabelecida. Dessa forma, ao questionar as proposições e interpretações skinnerianas para abordagem dos fenômenos subjetivos não se propõe, em momento algum, questionar a importância e pertinência do trabalho deste autor, mas sim, reconhecer que o tratamento oferecido em sua obra é de extrema relevância justamente por suscitar e possibilitar a continuidade de exploração da subjetividade.

Um segundo comentário sobre o título do trabalho decorre de questionamentos que de certa forma já adianta os pontos de partida e a chegada pretendidos: será que as teorias para compreensão de fenômenos subjetivos no behaviorismo radical são suficientes, elucidam satisfatoriamente a, ou as questões relativas à temática da subjetividade? Se não, existem avanços sendo propostos? Em que direção alguns destes avanços têm se desenvolvido?

Segundo Abib (1997) é possível identificar dois momentos, ou duas respostas à possibilidade de investigação e conhecimento científico acerca de fenômenos subjetivos, tratados muitas vezes na obra skinneriana como questões relativas a “eventos privados”: uma *negativa* e outra *positiva*. A *resposta negativa* considera que o método experimental não é adequado para investigar e explicar os eventos subjetivos (ou eventos privados), e revela uma *abordagem epifenomenalista*, próxima a abordagem do behaviorismo metodológico.

Contudo, Skinner também parece reconhecer que: “Como as pessoas se sentem é frequentemente tão importante quanto o que elas fazem”. (Skinner, 1989/1991, p.13). Nesse sentido, a *resposta positiva* do autor mostra o abandono da ideia de abordagem direta desses eventos (privados), admitindo que todo conhecimento acerca desses fenômenos seria indireto e inferencial. Para tanto, Skinner faria uso de instrumentos conceituais como a teoria do comportamento verbal, teoria funcional do significado e, principalmente, o destaque de eventos e respostas públicas colaterais para abordagem e conhecimento de eventos privados (Abib, 1997). Para Skinner (1945/1961), portanto, o

uso do conceito *eventos privados*, referindo-se a estímulos e respostas não observáveis publicamente, permitiria a abordagem científica dos fenômenos subjetivos.

Afastando-se do dualismo físico-mental presentes tanto no mentalismo¹ quanto no behaviorismo metodológico, a proposta skinneriana considera que não há diferença de natureza entre eventos públicos e privados, e, por isso, os *eventos privados* poderiam participar da relação comportamental da mesma forma que eventos públicos:

A distinção entre público e privado não é, de modo algum, a mesma que há entre físico e mental. É por isso que o behaviorismo metodológico (que adota a primeira alternativa) é muito diferente do behaviorismo radical (que elimina o último termo da segunda alternativa). O resultado é que, enquanto o behaviorista radical pode, em alguns casos, considerar os eventos privados (inferencialmente, talvez, mas mesmo assim de maneira significativa), o operacionista metodológico tem se colocado em uma posição na qual não pode fazê-lo. (Skinner, 1945/1961, p.285)²

O estudo, compreensão, difusão, e mesmo instrumentalização da prática em análise do comportamento voltada aos fenômenos subjetivos parece ter se desenvolvido prioritariamente a partir dessa resposta positiva skinneriana, via *teoria dos eventos privados*. Isso fez com que a teoria de eventos privados tenha sido considerada por muitos autores como modelo de abordagem para a temática no behaviorismo radical (Sério, 2005; Matos, 1995; Moore, 1984, 1995, 2009; Tourinho, 2004). Contudo, a defesa e consideração dos eventos privados na explicação do comportamento humano não parece ser um assunto isento de polêmicas.

¹ É necessário registrar aqui que há considerações mentalistas monistas (e.g. Cândido, 2003); porém, de forma geral, as abordagens científicas, bem como as críticas e questionamentos encaminhadas nos debates de perspectiva analítico comportamentais, tendem a dar destaque às vertentes mais marcadamente dualistas do mentalismo.

²“The distinction between public and private is by no means the same as that between physical and mental. That is why methodological behaviorism (which adopts the first) is very different from radical behaviorism (which lops off the latter term in the second). The result is that while the radical behaviorist may in some cases consider private events (inferentially, perhaps, but none the less meaningfully), the methodological operationist has maneuvered himself into a position where he cannot.” (Skinner, 1945/1961, p.285)

As diferentes acepções da noção de “privacidade”, bem como as distintas posições em relação a sua relevância e participação na determinação do comportamento, já presentes na obra de Skinner, ainda hoje são fonte de discussão e debate entre pesquisadores do behaviorismo radical. Prova disso são duas recentes edições dedicadas exclusivamente a esse tema em dois importantes periódicos da área (*Behavior and Philosophy*, edição 37, de 2009, e *The Behavior Analyst*, edição 34, n° 2, de 2011)), nas quais se encontram não apenas diferentes compreensões sobre a noção de privacidade e o conceito de eventos privados, como também posições opostas em relação à relevância e pertinência da teoria de eventos privados a uma proposta analítico-comportamental.

Dessa forma, a área parece encontrar-se frente ao desafio não só de estabelecer uma compreensão mais clara em relação à possibilidade de uma abordagem científica dos eventos privados, mas também avaliar a coerência e pertinência dessa concepção com o projeto teórico-filosófico do behaviorismo radical.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou apresentar, analisar e sistematizar os principais argumentos e posições relativas a esse debate, tendo como pano de fundo a questão: qual o impacto da teoria de eventos privados para explicação da subjetividade?

Para atingir esses objetivos, foram estudados textos de Skinner e de comentadores, selecionados a partir de buscas nos periódicos *Behavior and Philosophy* e *The Behavior Analyst*, bem como indicações e referências encontradas nos trabalhos de J. A. D. Abib, C. E. Lopes e E. Z. Tourinho, pesquisadores brasileiros que têm apresentado estudos consistentes na área sobre a temática.

Inicialmente, foram realizadas análises dos textos de Skinner selecionados, seguidas da redação de resumos críticos (no caso de livros, as análises e resumos foram feitas por capítulos). Na sequência, realizou-se a análise dos resumos críticos buscando-se identificar categorias comuns presentes nos diversos textos que favorecessem a interpretação e destaque de aspectos das proposições skinnerianas em relação aos fenômenos subjetivos³. Entretanto, diante da proposta de articular e sistematizar as

³Os textos de Skinner foram consultados na versão original em inglês. Para as citações no presente trabalho, foram utilizadas as traduções publicadas em português dos livros “Ciência e Comportamento Humano” (Skinner, 1953/2003) e “Questões recentes em análise do comportamento” (Skinner, 1989/1991), ou feitas traduções livres a partir dos textos originais. Nas situações relativas a este último caso, foram incluídos os trechos originais em nota de rodapé. Esse mesmo procedimento foi adotado em relação às demais referências a textos publicados em inglês.

questões e debates mais atuais sobre a temática, o trabalho concentrou-se primordialmente na análise e discussão de textos de comentadores da obra Skinner, tendo-a constantemente como pano de fundo e fonte de interlocução.

Sendo assim, realizou-se uma *análise conceitual* de textos comentadores da obra skinneriana e pesquisadores do behaviorismo radical voltados a temática dos fenômenos subjetivos e eventos privados, seguida de uma releitura também com destaque dos aspectos mais relevantes presentes ou complementares entre os textos de cada autor, para posterior redação da interpretação das contribuições oferecidas.

As *análises conceituais* propostas correspondem ao “Método de Interpretação Conceitual-Estrutural” (organizado e descrito por Lopes e Laurenti, 2010⁴, e descrito e utilizado por Melo, 2008), que se caracteriza pela análise dos textos por meio da identificação de categorias conceituais que se relacionam com o tema trabalhado. Tal método pode ser descrito em quatro etapas: a primeira refere-se ao levantamento e análise das principais categorias conceituais do texto estudado, objetivando a identificação e definição dos conceitos fundamentais. A segunda etapa é a análise das teses encontradas no texto, identificando-as e caracterizando-as como teses tradicionais, críticas ou alternativas. A terceira etapa refere-se à elaboração de esquemas a partir das análises feitas nas etapas anteriores estabelecendo as relações entre as teses encontradas. A quarta etapa é a elaboração de resumos – textos com introdução, desenvolvimento e conclusão, acerca dos argumentos trabalhados nas segunda e terceira etapas, articulando-os com a análise categorial feita no primeiro passo.

Como produto final, apresentam-se os três capítulos a seguir, mais uma seção de considerações finais. No primeiro capítulo procura-se apresentar a proposta de compreensão da subjetividade via teoria de eventos privados, sistematizando e discutindo as definições do conceito de *eventos privados* e da noção de *privacidade* implicada. No segundo capítulo, indicam-se algumas análises críticas e refinamentos pertinentes à defesa do conceito de eventos privados como fundamento para compreensão dos fenômenos subjetivos em uma proposta analítico-comportamental. Já no terceiro capítulo,

⁴Roteiro elaborado para apresentação do Método de Interpretação Conceitual-Estrutural de Textos no âmbito da disciplina "Tópicos Especiais em Análise do Comportamento: Filosofia e Metodologia da Pesquisa Conceitual" do Programa de Mestrado em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina (texto não publicado, cedido gentilmente pelos autores).

são articuladas discussões e questionamentos críticos relativos à pertinência e coerência teórico-filosófica da vinculação subjetividade-privacidade, bem como sistematizada uma proposta de abordagem alternativa dos fenômenos subjetivos, sem implicações com a teoria e conceito de eventos privados. Por fim, nas considerações finais, procura-se salientar alguns avanços na compreensão da subjetividade no behaviorismo radical, indicados a partir das análises e discussões apresentadas, culminado no defrontamento a duas direções possíveis: o refinamento ou o abandono do conceito de eventos privados.

CAPÍTULO I – A TEORIA DE EVENTOS PRIVADOS COMO COMPREENSÃO DA SUBJETIVIDADE

(...)
*Ouçõ que a natureza, - a natureza externa, -
Tem o olhar que namora e o gesto que intimida,
Feiticeira que ceva uma hidra de Lerna
Entre as flores da bela Armida.*

*E contudo, se fecho os olhos, e mergulho
Dentro de mim, vejo à luz de outro sol, outro abismo
Em que um mundo mais vasto, armado de outro orgulho,*

*Rola a vida imortal e o eterno cataclismo,
E, como o outro, guarda em seu âmbito enorme,
Um segredo que atrai, que desafia, - e dorme.*

Machado de Assis

A chamada “teoria de eventos privados” foi apresentada, pela primeira vez, por Skinner no texto “Análise operacional de termos psicológicos”⁵ (Skinner, 1945/1961), e retomada em diversos momentos de sua obra (e.g. Skinner, 1953/2003, 1957, 1974/1976). Essa teoria caracteriza-se pela explicitação dos limites e das possibilidades de conhecimento dos eventos privados. De acordo com essa teoria, tal conhecimento seria possível a partir de práticas de uma comunidade verbal, que se dedicaria ao ensino da discriminação e descrição dos eventos privados por meio de quatro estratégias que permitiriam um acesso indireto e inferencial:

- 1) A comunidade verbal pode basear-se em estímulos públicos que acompanham sistematicamente um estímulo privado, ensinando uma pessoa a falar desse evento privado. Exemplo: uma bochecha inchada acompanhando uma dor de dente; ruborização da face como acompanhamento do sentimento de “vergonha”;
- 2) De modo parecido com o caso anterior, a comunidade pode basear-se em respostas públicas colaterais ao evento privado para ensinar a pessoa a falar de seus eventos privados. Exemplo: mancar, colocar a mão sobre a bochecha, indicando dor (na perna ou no dente, respectivamente);

⁵“Operational analysis of psychological terms” (Skinner, 1945/1961)

3) A comunidade ensina a pessoa a falar de seu comportamento baseando-se em estímulos públicos produzidos pela ação dessa pessoa, mas na medida em que há acompanhamentos privados da ação (auto-estimulação), quando esse comportamento regride ao nível encoberto, a pessoa pode falar dele exclusivamente sob o controle da auto-estimulação. Exemplo: descrever o próprio comportamento no escuro;

4) Por generalização, uma pessoa pode passar a descrever eventos privados que compartilham propriedades com eventos públicos (cuja descrição foi ensinada previamente pela comunidade). Exemplos: metáforas como “dor pontiaguda”, “formigamento”, sentir-se “deprimido” ou “pressionado”.

Essas estratégias, bem como questões teórico-filosóficas subjacentes, comporiam a *teoria de eventos privados*, trazendo como principal implicação a aceitação de que os indivíduos teriam *contato e acesso íntimo e privilegiado* com os estímulos privados, *inacessíveis às demais pessoas*. Em decorrência, todo conhecimento acerca dos eventos privados seria inferencial e impreciso, uma vez que a comunidade, responsável pela construção e ensino deste conhecimento, não teria acesso direto a eles. Entretanto, mesmo considerando o acesso privilegiado de uma pessoa aos eventos privados, como as discriminações e descrições dos eventos são aprendidas a partir da ação de uma comunidade, a teoria de eventos privados mantém o caráter social do autoconhecimento.

Desde sua proposição, a *teoria de eventos privados* de Skinner (1945/1961, 1953/2003, 1957, 1969, 1974/1976) configura-se como o modo mais comum de abordar a temática da subjetividade no behaviorismo radical. Tal proposição teria tamanha importância que para muitos representaria um dos principais fatores de distinção entre o behaviorismo radical dos demais “behaviorismos” (e.g. Baum, 2005; Carrara, 2005; Matos, 1995, 2001; Moore, 1995, 2001, 2009; Sérgio, 2005; Tourinho, 1999, 2004). Tourinho (2004), por exemplo, aponta que, para Skinner, o conceito de eventos privados permitiria a “extensão” dos princípios comportamentais encontrados em análises laboratoriais para interpretação de comportamentos em que a manipulação e controle experimental são impossíveis ou inviáveis.

Assim, considerando-se a relevância e centralidade do conceito de eventos privados para abordagem da temática da subjetividade no behaviorismo radical, uma primeira questão a ser investigada é: *o que são eventos privados?*

1.1 - Definição do conceito de eventos privados

De acordo com Moore (2009), o conceito de eventos privados tem sido utilizado em pelo menos quatro sentidos diferentes na literatura analítico-comportamental: a) ficções explicativas; b) eventos fisiológicos; c) considerações (interpretações) disposicionais; d) eventos comportamentais privados. O problema dessa polissemia é que alguns desses sentidos não parecem coerentes com um projeto behaviorista radical, abrindo o flanco para críticas à noção de privacidade, a partir da própria teoria de eventos privados (Borba & Tourinho, 2010). Assim, a compreensão da *teoria de eventos privados* parece exigir um refinamento acerca de cada um desses possíveis sentidos do termo *evento privado*.

1.1.1 - Eventos privados e ficções explicativas

Moore (2009) indica que algumas referências ao termo *eventos privados* na abordagem analítico-comportamental dizem respeito a críticas às “ficções explicativas” – eventos ou entidades de outra dimensão que não a comportamental, iniciadores ou mediadores da relação entre ambiente e organismo. Essas ficções explicativas refletiriam “a influência de fatores de origem sociocultural que são valorizados por razões irrelevantes ou supérfluas, talvez como metáforas desnecessárias de padrões linguísticos ou distorções ficcionais.”⁶ (Moore, 2009, p. 34).

Para Moore (2009), o movimento de “operacionalizar” os eventos privados, realizado pelo que chamou de “neobehaviorismo mediacional”, acabou por abrir espaço para uma compreensão de que os eventos privados poderiam ser abordados por meio de teorizações, ou seja, construtos e conceitos desenvolvidos como metáforas explicativas, a partir dos quais se buscariam “correlatos” ou “substratos” observáveis (como as redes neurais ou estruturas cerebrais).

⁶ “the influence of factors of social-cultural origin that are cherished for irrelevant and extraneous reasons, perhaps as unwarranted metaphors from language patterns or fictional distortions.” (Moore, 2009, p. 34)

Behavioristas radicais não fazem distinção entre termos observacionais e teóricos em suas análises do comportamento verbal. (...) tal distinção é baseada em um referencial, uma visão simbólica do comportamento verbal, em lugar de uma visão genuinamente comportamental. (...) Novamente, eventos privados são eventos comportamentais reais, e eles são de natureza respondentes ou operantes. Eles não são mais hipotéticos que a salivação ou que a pressão de uma barra .⁷ (Moore, 2009, p. 35).

Trata-se, portanto, de uma compreensão bem distinta da defendida pelo behaviorismo radical, claramente crítica a qualquer interpretação mediacional: “Informações válidas a respeito do segundo elo [fisiológico ou psíquico] poderão esclarecer esta relação [entre comportamento e ambiente], mas não pode altera-la.” (Skinner, 1953/2003, p.37).

1.1.2 - Eventos privados como eventos fisiológicos internos

Outro sentido para o termo *evento privado* apontado por Moore (2009) – eventos fisiológicos internos – pode ser encontrado em Stemmer (1992, 1995) e Overskeid (1994). De acordo com esses autores, uma compreensão coerente desse conceito seria a de “eventos internos” ou, mais especificamente, “eventos anatomofisiológicos”.⁸ Tal opção parece basear-se nas indicações skinnerianas do tratamento dos eventos privados como “eventos sob a pele”, bem como nas pesquisas e avanços dos conhecimentos sobre os processos fisiológicos envolvidos no comportamento.

⁷ “Radical behaviorists do not distinguish between observational and theoretical terms in their analyses of verbal behavior. (...) such a distinction is based on a referential, symbolic view of verbal behavior rather than a genuinely behavioral view. (...) private events are real behavioral events, and they are either respondent or operant in character. They are no more hypothetical than salivation or lever presses are hypothetical.” (Moore, 2009, p. 35)

⁸ Overskeid (1994) apresenta essa aproximação entre “eventos privados” e “eventos internos” de maneira não tão clara; já Stemmer (1995) indica explicitamente, desde o título de seu texto, a opção por abordar “eventos internos” na busca por uma análise e compreensão de fenômenos comumente chamados de subjetivos. Outra distinção importante refere-se ao fato de que enquanto Overskeid defende a consideração dos eventos privados, entendidos como eventos fisiológicos internos, para explicação, previsão e controle do comportamento, Stemmer atribui apenas função explicativa para esses eventos.

Uma das principais virtudes da identificação entre *privado* e *anatomofisiológico interno* seria de que os eventos privados, ou eventos internos, caracterizar-se-iam como eventos “objetivos”, passíveis de mensuração, sem necessidade de inferências (Oveskeid, 1994; Stemmer, 1992, 1995). Além disso, tal consideração permitiria preencher lacunas e dar maior consistência teórica à proposta behaviorista, aumentando também a eficiência do trabalho investigativo (previsão e controle).

Nessa mesma direção, em um trabalho mais recente, Hocutt (2009) enfatiza que

Não há uma boa compreensão do sentido no qual uma pessoa *observa* suas próprias sensações, sentimentos e ‘comportamentos encobertos’, mas se esses eventos ocorrem dentro do corpo, como é sensato de se crer, o fisiologista pode observá-los dadas as novas e sofisticadas máquinas disponíveis atualmente. E desde que esses eventos dentro do corpo variam com as circunstâncias e influência do comportamento, o psicólogo não pode ignorar o que o fisiologista tem a dizer sobre eles (p.105).⁹

Entretanto, apesar dessas indicações favoráveis à identificação privado-fisiológico-interno, o questionamento e crítica a essa posição é, de certa forma, já consagrado na literatura da área. Grande parte dos trabalhos de analistas do comportamento (e.g. Day, 1969a; Moore, 1995, 2009; Tourinho, et al., 2000) sobre a temática de eventos privados procura demarcar esta questão – “eventos privados” não são o mesmo que “eventos fisiológicos internos”.

Talvez a raiz dessa confusão, presente no próprio texto skinneriano, seja o fato de que muitas vezes os eventos com os quais o “intérprete” se relaciona nas situações consideradas de difícil observabilidade (*privadas*) sejam eventos corporais, que ocorrem “sob a pele”. Aparentemente, as indicações skinnerianas tais como “o mundo sob a pele” (título do segundo capítulo do livro *About Behaviorism*, que trata da temática dos eventos

⁹ “There is no well understood sense in which people observe their own sensations, feelings, and “covert behavior,” but if these take place inside the body, as it is reasonable to believe, the physiologist can observe them given the sophisticated new machines now available. And since these events inside the body vary with circumstances and influence behavior, the psychologist cannot afford to ignore what the physiologist has to say about them.” (Hocutt, 2009, p.105)

privados) representariam o esforço para incluir o aparato anátomofisiológico como ambiente, ou seja, como “parte do universo capaz de afetar o organismo” (Tourinho et al., 2000, p.426). Tourinho et al. (2000) salienta, contudo, que nesse “esforço” também está implicada a compreensão de que são contingências de reforçamento que tornam qualquer evento diferenciado, ou seja, “ambiente”. Além disso, são especialmente nessas discussões que Skinner explicita sua consideração de que é “o organismo como um todo” que é “afetado” pelo ambiente, que participa da relação comportamental. Isso fica claro, por exemplo, na crítica skinneriana à adoção de explicações neurofisiológicas pelo cognitivismo: “O cérebro é parte do corpo e o que ele faz é parte do que o corpo faz. O que o cérebro faz é parte do que deve ser explicado.” (Skinner, 1990, p.1206).¹⁰

Dessa forma, apesar de haver indicações no texto skinneriano que permitam uma compreensão fisiológica dos eventos privados (e.g. 1953/2003, p.265; 1974/1976, p.24-25), um olhar um pouco mais amplo ao conjunto da obra possibilita, sem muita dificuldade, compreender que o autor busca constantemente distinguir fenômenos “psicológicos/comportamentais” de eventos “fisiológicos”, bem como demarcar campos e níveis de análise distintos.

O principal argumento crítico apresentado em sentido dessa “des-identificação” aponta que os eventos fisiológicos seriam objeto de estudo da fisiologia, em especial da neurofisiologia (para os eventos mais pertinentes ao que se tratam das “funções mentais” ou fenômenos subjetivos), que teria seus próprios métodos e técnicas, distintas da observação e análise das relações comportamentais feitas pela análise do comportamento (cf. Moore, 2009).

Também nesse sentido, Tourinho et al. (2000) indica que na compreensão skinneriana as condições corporais (“estímulos internos”) seriam produtos colaterais do histórico de contingências, e sua “especificação” (estudo mais aprofundado, descritivo) ficaria a cargo da fisiologia e anatomia. Assim, para o behaviorismo radical a consideração das variáveis biológicas, ou mais especificamente, fisiológicas, refere-se a estas como constitutivas dos fenômenos comportamentais, ou seja, são a base (requisito) para a ocorrência desses fenômenos: “tais variáveis são constitutivas do fenômeno

¹⁰ “The brain is part of the body, and what it does is part of what the body does. What the brain does is part of what must be explained.” (Skinner, 1990, p.1206)

comportamental, seja ele público ou privado, delimitando as possibilidades de ação do ambiente na produção de respostas do organismo.” (Tourinho et al., 2000, p.426). Entretanto, elas são *constituintes do objeto* de estudo de uma ciência do comportamento, mas *não são este objeto* (comportamento).

Em acordo com essa posição, Moore (2009) afirma que eventos fisiológicos seriam a “causa material” do comportamento: “eventos fisiológicos necessariamente participam de todo evento comportamental, público ou privado, mas como causas materiais, não como causas eficientes”¹¹ (Moore, 2009, p. 31). Sendo assim, para explicar o “porquê” o comportamento ocorre (“causa eficiente”), seriam mais importantes (ou ainda, suficiente) as considerações sobre as variáveis ambientais. Como afirma Baum (2011, p.186): “Falando mais diretamente, a distinção entre função e mecanismo é a diferença entre compreender porquê o comportamento ocorre [análise do comportamento] e entender como ele ocorre [fisiologia].”¹²

Dessa forma, apesar de reconhecidas como capazes de preencher lacunas com informações relevantes dos processos que ocorrem durante os eventos comportamentais, as considerações sobre eventos fisiológicos não substituem nem equivalem aos eventos comportamentais privados, da mesma forma que não o fazem em relação aos eventos comportamentais públicos. Mais diretamente, eventos comportamentais, públicos ou privados, não são redutíveis aos eventos fisiológicos. Disso decorre quase que naturalmente o argumento de que os avanços tecnológicos relativos a uma chamada “invasão instrumental” não implicam necessariamente em uma melhor compreensão ou solução para as questões relativas aos eventos privados. Entretanto, tal posição também não implica numa negligência ou desconsideração total em relação ao conhecimento sobre eventos fisiológicos:

Isto não significa negar que toda experiência altera a configuração fisiológica do organismo de maneiras sutis e que efeitos das condições ambientais subsequentes

¹¹“physiological events necessarily participate in every behavioral event, public or private, but as material causes, not efficient causes.” (Moore, 2009, p. 31)

¹²“Roughly speaking, the distinction between function and mechanism is the difference between understanding why behavior occurs and understanding how it occurs.” (Baum, 2011, p.186)

no organismo são mediadas pela natureza dessas alterações (cf. Skinner, 1974, Capítulo. 13). Nem significa negar que eventos privados geralmente representam uma parte importante na cadeia causal que leva a comportamentos abertos (cf. Skinner; Zuriff, 1979). Ao invés disso, essa é uma asserção de que, em grande medida, nós não temos meios válidos, confiáveis e práticos de medida ou manipulação direta dessas alterações fisiológicas e eventos privados até o momento, e a teoria mentalista sobre a estrutura e funcionamento de tais alterações, tem sido de maneira geral bastante custosa e não muito benéfica em termos de predição e, especialmente, controle.¹³ (Anderson, Hawkins, & Scotti, 1997, p.161)

Em suma, pela análise da questão e dos argumentos dispostos, conclui-se que a consideração de eventos privados como idênticos ou correspondentes a eventos fisiológicos internos é incoerente e inadequado a uma compreensão behaviorista radical e abordagem analítico-comportamental. Como aponta Hineline (2011), da mesma forma que a topografia não é suficiente para determinar a relevância de um evento numa relação comportamental, sua localização anatômica tampouco o é. Ressalta-se, dessa maneira, que as definições de eventos privados e eventos interno-fisiológicos não se identificam, sendo que um tipo de evento (privado) não é redutível ao outro (interno).

Eventos comportamentais privados são uma função das circunstâncias ambientais dentro das quais eles ocorrem. A análise completa de eventos comportamentais privados relaciona o comportamento em questão com estas circunstâncias. (...) mesmo que movimentos peristálticos, potenciais de ação nos sistemas aferente e eferente, atividade cortical, ou ainda redes neurais dispostas como sistemas processadores de distribuição paralela sejam claramente relevantes à investigação

¹³ “This is not to deny that every experience changes the physiological makeup of the organism in subtle ways and that the effects of subsequent environmental conditions on the organism are mediated by the nature of those changes (cf. Skinner, 1974, Chapt. 13). Nor is it a denial that private events often play an important part in the causal chains leading to overt behaviors (cf. Skinner; Zuriff, 1979). Instead, it is an assertion that, for the most part, we have no valid, reliable, and practical means of measuring or directly manipulating those physiological changes and private events at present, and that mentalistic theory about the structure and function of such changes has generally been very costly and not very beneficial in terms of prediction and, especially, control.” (Anderson et al, 1997, p.161)

em seus domínios por si próprios, eles não são necessariamente eventos comportamentais privados, ao menos como um behaviorista radical os concebe.¹⁴ (Moore, 2009, p.31)

1.1.3 - Eventos privados como disposições e comportamentos complexos

Tratando do que seriam considerações disposicionais sobre termos e conceitos subjetivos ou mentais, Moore (1995) faz referência à filosofia analítica, cuja definição de disposição se dá por meio de análises conceituais da linguagem, relativas a uma certa probabilidade de engajamento em determinados padrões de comportamentos. A partir dessa perspectiva, autores dessa corrente consideram que conceitos mentalistas representariam erros categoriais de análise: tratar fenômenos que são disposições, probabilidades, como se fossem eventos.

Mais especificamente sobre a relação entre considerações disposicionais e o conceito de eventos privados, Moore (2009) afirma que “disposições” não se tratam propriamente de considerações acerca deste tipo de eventos. Além disso, o autor afirma que, em geral, tais considerações dizem mais respeito a produtos, efeitos ou consequências de comportamentos, e não a causas (seja no sentido de “causas iniciadoras”; seja no sentido de participação como variável de controle discriminativo, indicado para os eventos comportamentais privados): “O discurso disposicional refere-se a efeitos, ao invés de causas ou variáveis intervenientes como a psicologia tradicional geralmente a apresenta.”¹⁵ (p.21).

Nesse sentido, apesar de tomarem formas sintáticas ou gramaticais que remetem a fenômenos comumente ditos “privados” (como “pensamento”, “sentimentos”, “raciocínio” ou “estado de espírito”), tais considerações não dizem respeito efetivamente a eventos privados, uma vez que tratam de probabilidades, frequência e propriedades

¹⁴“Private behavioral events are a function of the environmental circumstances in which they occur. The full analysis of private behavioral events relates the behavior in question to those circumstances. (...) even though peristalsis, action potentials in affector or effector systems, cortical activity, or even neural networks cast as parallel distributed processing systems are clearly worthy of investigation in their own right, they are not necessarily private behavioral events, at least as radical behaviorists conceive of them.” (Moore, 2009, p.31)

¹⁵ “Dispositional talk is about effects, instead of causes or intervening variables as traditional psychology often portrays them.” (p.21)

observáveis dos comportamentos de um indivíduo (Moore, 2009). Disposições não descrevem, portanto, eventos (sejam eles públicos ou privados), mas sim a ocorrência(s) de relações entre eventos.

Há muitas frases recorrentes relativas ao uso de considerações disposicionais na linguagem cotidiana. Um exemplo é – Eu penso ..., como em – Eu penso que vai chover hoje. A frase é comumente um comentário sobre a força de uma resposta, dado um conjunto de condições ambientais proeminentes. O falante está comentando que a formação de nuvens, condições do vento e umidade tem sido altamente correlacionados com chuva no passado, embora essa correlação seja menor que 1.0. O falante não está falando sobre uma entidade não-comportamental ou mental, chamada – penso que. Quando a correlação é ainda mais baixa, o falante pode dizer – Me parece que vai chover hoje. Novamente, o falante não está falando como resultado de algum processo mental não-específico chamado especulação. Quando a correlação é mais alta, o falante pode dizer, – Eu sei que vai chover hoje. Nesse caso, a fala do indivíduo não é causada por um estado mental de – possuir um conhecimento, que precisaria ser verificado por alguma outra técnica de mensuração. Em nenhum dos casos as falas são resultados de processos privados ou mentais, ou de entidades que supostamente causam o comportamento, verbal ou qualquer outro.¹⁶ (Moore, 2009, p. 32).

Nesse mesmo sentido, Moore (2009) apresenta críticas à posição de alguns filósofos da psicologia, como Fodor (1968), que acusariam o behaviorismo de fazer

¹⁶ “Related to dispositional usage are several common phrases in everyday language. One example is – I think. . . , as in – I think it is going to rain today. The phrase is ordinarily a comment on the strength of a response, given some set of prevailing environmental conditions. The speaker is commenting that the cloud formations, wind conditions, and humidity have been highly correlated with rain in the past, although the correlation is something less than 1.0. The speaker is not commenting on some nonbehavioral, mental entity called a – thought that is – had. When the correlation is even lower, the speaker might state – I wonder if it is going to rain today. Again, the speaker is not commenting as a result of some nonspecific mental process called —wondering. When the correlation is even higher, the speaker might state, — I know it is going to rain today. Here, the speaker’s statement is not caused by a mental state of — having knowledge, which would need to be verified by some other measuring technique. In no case is any statement a result of private, mental processes or entities that supposedly cause behavior, verbal or otherwise.” (Moore, 2009, p. 32)

“apenas” uma tradução dos eventos privados em “proposições comportamentais”. Para Moore, a crítica colocada ao behaviorismo parece vir junto ao reconhecimento de um “movimento linguístico” que muitas vezes implica na consideração de disposições como entidades ou eventos privados internos determinantes do comportamento: um verbo que designa uma ação passa a ser expresso na forma de advérbios ou adjetivos, que por sua vez “tomam forma” de um substantivo. Alertas e análises críticas a tal posição já haviam sido feitas por outros autores (como Ryle, 1949/1980, Wittgenstein, 1953/1988), cujos argumentos podem ser aproximados às considerações de Skinner, também nesse mesmo sentido (Day, 1969b; Lopes, 2006a; Moore, 1995; Tourinho, 2006).

Outra consideração apresentada por Moore (1995), nessa mesma direção, refere-se à questão sobre qual seria a “extensão” do argumento de que o significado de termos subjetivos viriam de sua relação com fenômenos publicamente observáveis. Segundo uma concepção “estritamente disposicional”, alguém relatar o sentimento de dor, por exemplo, referir-se-ia ao relato de um aumento da probabilidade de agir de determinadas maneiras (gemer, reclamar), mais do que ao fato de que esta pessoa está (também) exposta a uma estimulação privada (uma estimulação dolorosa), uma vez que não haveria bases para afirmar um suposto significado para estes termos referentes à estimulação privada.

Frente a tal tese, Moore (2009) argumenta que considerações disposicionais, entendidas como probabilidades de ocorrência de determinados fenômenos, são compatíveis com a proposta behaviorista radical, uma vez que salientam as circunstâncias em que um comportamento é emitido. Contudo o autor ressalta que em uma perspectiva skinneriana, nem todos esses termos referem-se a eventos publicamente observáveis. Situações que envolvem sensações corporais, por exemplo, indicariam claramente que estimulações privadas participam (ao menos parcialmente) no controle do comportamento e, em última instância, no estabelecimento da disposição (probabilidade).

Entretanto, mesmo reconhecendo e indicando a possibilidade de estarem relacionados, Moore (2009) salienta que termos disposicionais não devem ser confundidos com os eventos privados, pois não se tratam da mesma coisa: uns (eventos privados) são eventos ou condições corporais, ou ainda, respostas de baixa magnitude; outros (disposições) são considerações sobre repertórios comportamentais. Colocando de

forma mais clara, disposições não são eventos, mas considerações acerca de uma classe de eventos comportamentais. Tratam-se, portanto, de fenômenos de categorias (ou ordem) distintas – *eventos privados* são *eventos*, “únicos”, “localizados” num tempo e espaço; já *disposições* são *considerações acerca de padrões comportamentais*, acerca de um conjunto de eventos, acerca de sua ordenação, frequência e propriedades no tempo e espaço (Lopes, 2004; Moore, 1995). Para além disso, segundo Moore (2009), tal distinção não implica na desconsideração da importância dos eventos privados. Considerações disposicionais podem ou não contar com participação de elementos privados (não observáveis) em sua “constituição”.

A partir dessa argumentação parece possível estender a crítica da identificação disposições-eventos privados à outra consideração comum acerca do segundo conceito (eventos privados) – sua compreensão como relações complexas.

Borba e Tourinho (2010) apontam a possibilidade do uso do conceito de eventos privados relativo a fenômenos compreendidos por alguns autores como relações comportamentais complexas, tais como sentimentos, emoções e cognições. Os autores argumentam que em trabalhos nessa perspectiva (Friman, Hayes, & Wilkson, 1998; Vandenberghe, 2004),

o conceito [de eventos privados] não remete a eventos específicos, mas a fenômenos complexos que podem envolver até várias relações comportamentais entrelaçadas.(...) Nesse caso, o conceito de evento privado engloba relações em que alguns termos podem ser circunstancialmente inacessíveis à observação pública” (p.290).

Tal indicação também é encontrada em outros trabalhos, como em Gongora e Abib (2001) e Anderson, et al (1997). Contudo, da mesma forma que a identificação entre eventos privados e considerações disposicionais, essa posição pode ser questionada na medida em que relações comportamentais complexas envolvem, como o próprio termo denota, relações entre eventos, e não apenas um evento. Nesse sentido, incorrer-se-ia no mesmo “erro categorial” – tomar por “evento” algo que na verdade refere-se a um “conjunto de eventos” numa determinada configuração de relações. Assim como se

considera incoerente tomar o “propósito de fazer algo” como um evento privado, quando de fato trata-se da consideração da probabilidade de ocorrência de um determinado operante, também o é fazer tal atribuição a um sentimento, como “estar deprimido”, na medida em que este é entendido como um fenômeno complexo, um conjunto de relações entre eventos (ambientais e comportamentais).

Tais “extensões” do conceito de evento privados (para disposições ou relações comportamentais complexas) parecem estar intimamente relacionadas às confusões provocadas pela identificação entre “privacidade” e “subjetividade”. Tal “confusão” será retomada e aprofundada nas seções seguintes, porém a partir dos argumentos apresentados já é possível pontuar tal questão, retomando a frase de Skinner (1945/1961, p.275) de que “O problema dos termos subjetivos não coincide exatamente com o dos estímulos privados (...)”¹⁷. Mesmo que se reconheça um papel relevante ou fundamental aos eventos privados para compreensão dos fenômenos subjetivos, essas noções não são idênticas. Fenômenos subjetivos *podem envolver* eventos privados, mas *não são* eventos privados. Como apontado acima, fenômenos subjetivos podem ser compreendidos como disposições ou relações comportamentais complexas que, como tal, envolvem considerações acerca da(s) relação(ões) entre eventos, sejam eles públicos ou privados.

1.1.4 - Eventos privados como “eventos comportamentais privados” – estímulos e respostas não-observáveis

Uma última concepção indicada por Moore (2009) refere-se à apresentação e defesa da compreensão do conceito de eventos privados como eventos comportamentais não-observáveis, ou ainda, de observabilidade restrita. As concepções e posicionamentos apresentados nesse trabalho parecem representar de maneira satisfatória e abrangente as compreensões presentes nos textos de outros autores do behaviorismo radical dedicados à temática da subjetividade e eventos privados, como Borba e Tourinho (2009), Tourinho (2006a, 2007, 2009), Catania (2011), Hineline (2011), Marr (2011), Palmer (2011).

De acordo com a posição expressa nesses trabalhos, tratar eventos privados como eventos comportamentais significa identificá-los como estímulos ou respostas envolvidos

¹⁷ “The problem of subjective terms does not coincide exactly with that of private stimuli (...)”(1945/1961, p.275)

em uma relação comportamental. Isso significa que a definição de tais ocorrências como eventos privados é condicionada pela participação numa relação comportamental, isto é, depende de uma *compreensão funcional*. Assim, um determinado evento fisiológico, por exemplo, pode ser considerado um evento privado se, e somente se, além do caráter “não-observável”, puder ser identificado como um evento comportamental, ou seja, configurar-se como um estímulo funcionalmente relacionado com respostas do organismo, ou como uma resposta funcionalmente relacionada a determinados estímulos.

Alguns discursos sobre eventos privados são acerca de condições corporais, sensações e sentimentos, ou comportamento operante encoberto, como estes eventos ocorrem em um contexto. A presente proposta é sobre eventos *comportamentais* privados. Uma implicação importante é que para behavioristas radicais, o conceito de evento comportamental não é limitado a algo que seja publicamente observável (Moore, 2008). Behavioristas radicais devem explicar como circunstâncias ambientais produzem as condições corporais em questão, como o comportamento operante encoberto assume tal forma, e como as condições corporais e o comportamento encoberto adquirem os efeitos que adquirem com respeito ao comportamento verbal ou não-verbal subsequente.¹⁸ (Moore, 2009, p. 25)

Esse parece ser um dos grandes movimentos da proposição skinneriana a partir da teoria de eventos privados – considerar eventos, antes ignorados por não serem observados diretamente, como importantes de serem considerados quando envolvidos numa relação comportamental. Tal movimento permitiria ao behaviorismo radical “compreender como esses eventos contribuem para contingências controladoras de

¹⁸ “Some talk about private events is about bodily conditions, sensations, and feelings, or covert operant behavior, as those events occur in a context. This talk is about private *behavioral* events. An important implication is that for radical behaviorists, the concept of a behavioral event is not limited to something that is publicly observable (Moore, 2008). Radical behaviorists must then account for how environmental circumstances produce the conditions of the body in question, how the covert operant behavior assumes the form it does, and how the conditions of the body and the covert behavior acquire the effects they do with respect to subsequent verbal or nonverbal behavior.” (Moore, 2009, p. 25)

comportamento operante subsequente, seja ele verbal ou não verbal.”¹⁹ (Moore, 2009, p.21)

Dessa forma, a proposta behaviorista radical skinneriana não nega a ocorrência qualquer dos fenômenos “mentais” ou “subjetivos”, mas busca uma abordagem e compreensão destes como fenômenos comportamentais, ou de “dimensão comportamental”, sem que os eventos privados envolvidos nesses fenômenos configurem-se como “causas eficientes”; “causas iniciadoras” (numa concepção linear de causação); ou ainda, como mediadores na relação entre ambiente e organismo.

Prosseguindo sua argumentação, Moore (2009) indica dois tipos de eventos comportamentais privados: a) sensações e sentimentos; e b) respostas operantes encobertas. Tratando de sensações e sentimentos, o autor afirma que tais eventos corresponderiam a condições corporais produto de relações respondentes, incondicionadas e condicionadas. O encaminhamento dado pelo autor é bastante fiel ao texto skinneriano, retomando os argumentos sobre as estratégias usadas pela comunidade verbal para ensinar descrições de eventos privados. Assim como Skinner (1945/1961, 1953/2003, 1957, 1969, 1971, 1974/1976), Moore (2009) pontua que o problema da privacidade refere-se ao problema da acessibilidade aos estímulos para o ensino da discriminação e descrição. Enquanto no ensino das discriminações e descrições de uma cor a comunidade partilharia de um acesso *direto* ao estímulo com o indivíduo, nos eventos privados apenas o indivíduo teria esse acesso; a comunidade teria apenas um acesso *indireto*, via correlatos ou acompanhamentos públicos.

O problema da privacidade pode ser resumido da seguinte maneira. O comportamento verbal desenvolve-se por meio de reforço diferencial fornecido pela comunidade verbal. Isto é, um indivíduo aprende a nomear uma cor como vermelho e outra como verde quando dizendo vermelho na presença de um objeto vermelho e verde na presença de um objeto verde encontra aprovação dos outros. Nesse caso, as condições antecedentes que controlarão a resposta são públicas. Ambos, comunidade verbal e o indivíduo estão em contato com os objetos vermelho e verde

¹⁹“to understand how those events contribute to contingencies controlling subsequent operant behavior, whether verbal or nonverbal.” (Moore, 2009, p.21)

como condições antecedentes, e a comunidade verbal pode usar a presença dos objetos como base para administrar o reforçamento diferencial requerido. Contudo, no caso do comportamento descritivo de sensações ou sentimentos, a comunidade verbal opera em desvantagem. O estímulo antecedente é privado, e não público. A comunidade verbal não tem acesso direto às sensações e sentimentos do indivíduo. Sendo assim não pode reforçar a fala sobre eles com base no contato direto com as condições antecedentes apropriadas, como pode fazê-lo quando o indivíduo aprende o nome das cores.²⁰ (Moore, 2009, p.26-27)

Após apresentar e discutir as estratégias usadas pela comunidade verbal para ensino das discriminações e descrições de eventos privados (tal qual em Skinner, 1945/1961; 1953/2003), Moore destaca as conclusões também apontadas por Skinner, como o caráter social do autoconhecimento, bem como as limitações dessas discriminações por conta das limitações do próprio sistema nervoso implicado nessas discriminações (intero e proprioceptivo).

O sistema nervoso interoceptivo simplesmente não possui nervos suficientes, ou não possui nervos indo aos lugares certos para permitir ao indivíduo entrar em contato com a natureza precisa da estimulação. Os indivíduos podem apresentar descrições elaboradas de dores, mas em geral tais descrições são baseadas mais em convenções sociais ou relações metafóricas variadas do que no contato efetivo com as condições do corpo supostamente afetado.²¹ (Moore, 2009, p. 28)

²⁰ “The problem of privacy may be summarized as follows. Verbal behavior develops through the differential reinforcement supplied by the verbal community. That is, an individual learns to label one color as red and another as green when saying red in the presence of a red object and green in the presence of a green object meet with approval from others. In this case, the antecedent conditions that will control the response are public. Both the verbal community and the individual are in contact with the red and green objects as antecedent conditions, and the verbal community can use the presence of the objects as a basis for administering the required differential reinforcement. However, in the case of verbal behavior descriptive of sensations or feelings, the verbal community operates at a disadvantage. The antecedent conditions are private, not public. The verbal community does not have direct access to an individual’s sensations or feelings. It therefore cannot reinforce talk about them based on direct contact with the appropriate antecedent conditions, as it can when the individual learns to name colors.” (Moore, 2009, p.26-27)

²¹ “The interoceptive nervous system simply doesn’t have enough nerves, or doesn’t have nerves going to the right places, to allow individuals to come into contact with the precise nature of the stimulation.

Além disso, Moore (2009) reconhece e salienta que o controle das respostas verbais acerca de sentimentos não ocorre apenas pelos estados corporais, mas também por variáveis contextuais, que podem assumir maior ou menor controle, como no caso das “mentiras” ou “hipocondrias”.

Passando a tratar do segundo tipo de evento comportamental privado – as respostas operantes encobertas – Moore (2009, p. 29) afirma que “Esse tipo de evento privado funciona como um elo em uma cadeia comportamental (...) eles funcionam como estímulos discriminativos para o comportamento subsequente, verbal ou não verbal, público ou privado.”²²

Sendo formas “encobertas” ou respostas “em menor escala” de comportamentos operantes, essas respostas seriam *sempre* estabelecidas primeiramente nas formas “abertas”. Além disso, envolveriam os mesmos aparatos neuromusculares que as formas “abertas”. Essas respostas “passariam” a um “nível encoberto” por diferentes razões (como também aponta Skinner, 1953/2003, 1957): a) em determinado contexto a forma aberta seria punida; b) a forma encoberta pode ser mais efetiva; c) a falta de “suporte ambiental” ou condições ambientais para a forma aberta (por exemplo na ausência de lápis e papel, ficar repetindo “mentalmente” uma lista de compras ou um número de telefone)²³. “Como resultado, o comportamento²⁴ pode retroceder a uma forma encoberta ou indiscriminável, e mesmo em estágios incipientes pode produzir estimulação

Individuals may well come up with elaborate descriptions of pains, but often those descriptions are based more on social convention or various metaphorical relations than actual contact with the condition of the body purportedly affected.” (Moore, 2009, p. 28)

²² “This sort of private event functions as a link in a causal chain of behavior (...) they function as discriminative stimulation for subsequent behavior, either verbal or nonverbal, either public or private (Skinner, 1953, 1957)” (Moore, 2009, p. 29)

²³ Apesar de ser recorrente, inclusive em textos skinnerianos, a consideração e compreensão de respostas encobertas como eventos identificáveis a respostas abertas, com apenas uma distinção de “nível” ou “escala”, é questionável, uma vez que, tal como argumentado em relação à suposta “passagem” de um nível a outro, cada um desses tipos de resposta pode apresentar relações funcionais distintas.

²⁴ Os termos *resposta* ou *ação* seriam mais exatos, nesse caso; porém, o autor utiliza o termo *behavior*, sendo mantido esse uso na tradução.

encoberta que exerce um efeito discriminativo [para o comportamento subsequente].”²⁵
(Moore, 2009, p. 29)

Considerando um possível questionamento sobre como poderia se dar a passagem da forma aberta para a forma encoberta, ou ainda sobre como essa última forma poderia exercer controle discriminativo sobre o comportamento (subsequente) do indivíduo, Moore (2009) afirma que isso se daria pelo partilhamento da estimulação intero e proprioceptiva entre as formas abertas e encobertas. O autor argumenta em sentido do caráter social da consciência, como respostas discriminativas e descritivas do próprio comportamento (ou de condições corporais), aprendidas e mantidas por meio dos arranjos promovidos por uma comunidade verbal, que também nesse caso basearia seu ensino nos correlatos públicos das respostas privadas-encobertas.

Dessa forma, como indicam Borba e Tourinho (2010), compreende-se que autores que empregam o conceito de *eventos comportamentais privados* (e.g. Simonassi, Tourinho & Silva, 2001; DeGrandpre, Bickel & Higgins, 1994) estariam atentos às funções dos eventos privados (estímulos e respostas) nas relações comportamentais, e não a qualquer outro tipo de categoria ou classificação definidas *a priori* com base apenas em características constitutivas ou de localização, adotando uma postura coerente com os pressupostos relacional e funcional da abordagem analítico-comportamental.

1.2 - A noção de privacidade: “observabilidade restrita circunstancial”

As discussões acerca do conceito de eventos privados e seus possíveis usos nos permitem vislumbrar distintas noções de privacidade implicadas, indicando que a exploração e “refinamento” desse aspecto da teoria de eventos privados também é de fundamental importância para a abordagem dos fenômenos subjetivos nessa perspectiva.

A partir de uma análise do texto skinneriano, pode-se apontar três sentidos (ao menos) para a consideração da noção de privacidade relativa ao conceito de eventos privados.

1) Um deles seria a identificação da *privacidade como interioridade*, como em expressões recorrentes ao falar do “mundo dentro da pele” (Skinner, 1974/1976) e em

²⁵ “As a result, the behavior may recede to a covert or inchoate form, and even incipient stages can produce covert stimulation that exerts a discriminative effect.” (Moore, 2009, p. 29)

referências nas quais eventos privados são aproximados ou identificados a condições fisiológicas: “Ao tomar uma decisão, como no autocontrole, frequentemente as variáveis manipuladas são eventos privados *dentro do organismo*.” (1953/2003, p.265, itálico acrescido).

Porém, em relação a tal identificação encontramos também afirmações de Skinner (1953/2003, p.309) de que “A linha entre o público e o privado não é fixa. A fronteira se altera com cada descoberta de técnicas para tornar públicos os eventos privados.” Ou ainda, “Entretanto, aqui o ponto importante não é o local de estimulação, mas o grau de acessibilidade que a comunidade tem” (1953/2003, p.286).

Nesse sentido, juntamente com os argumentos apresentados referentes à desvinculação do conceito de eventos privados do de eventos fisiológicos simplesmente, podemos argumentar que numa interpretação analítico-comportamental, “a pele não é [propriamente] uma fronteira” (Tourinho, Teixeira & Maciel, 2000), nem a localização dos estímulos é o que define a privacidade. Ou seja, por mais que em alguns momentos o texto skinneriano indique uma aparente identificação entre *privacidade* e *interioridade*, que poderia levar a uma interpretação de que os caminhos para o tratamento das questões dos fenômenos subjetivos seriam redutíveis a uma análise do “interior do organismo” – uma análise fisiológica – esta não parece ser uma tese aplicável a uma análise mais abrangente da obra skinneriana (cf. Tourinho et al., 2000).

2) Encontram-se também trechos em que Skinner parece identificar *privacidade* com a noção de *particularidade*, àquilo que é único e exclusivo. Em 1953, por exemplo, Skinner afirma que:

Os eventos que acontecem durante uma excitação emocional ou em estados de privação frequentemente são *únicos* e inacessíveis aos outros pela mesma razão [que o exemplo do dente inflamado]; nesse sentido nossas alegrias, tristezas, amores e ódios são *particularmente nossos*. Com respeito a cada indivíduo, em outras palavras, uma pequena parte do universo é privada. (1953/2003, p.281, itálico acrescido).

Não haveria muito o que questionar em tal proposição, pensando que, como o autor mesmo aponta em outros momentos (Skinner, 1971, p.209; 1989/1991, p.44), toda relação comportamental ocorre em determinado tempo e espaço, e portanto sua ocorrência é *única*. Assim, teríamos que as experiências e fenômenos relativos aos indivíduos, entendidos sempre com base nas relações comportamentais, também são únicos. Como afirmam Michelleto e Sérgio (1993, p.5), “Nada, apesar das leis gerais, sugere a ausência de individualidade; nada sugere que, sendo os processos de relação gerais, os produtos destes processos – o organismo, a pessoa e o eu – sejam iguais para todos que estão submetidos a eles.”

Contudo, justamente por essa compreensão, não seria possível uma vinculação exclusiva entre as noções de privacidade e particularidade. Se que todos os eventos estabelecidos nas relações comportamentais são únicos – tanto eventos privados quanto públicos –, seria inconsistente sustentar uma definição para privacidade baseada em um atributo aplicável também a seu antônimo.

3) O sentido que parece ter maior persistência na obra skinneriana com relação à noção de privacidade é a compreensão desta como *inacessibilidade*, ou ainda, como uma *acessibilidade restrita*. *Privado*, nesse sentido, refere-se ao que é acessível somente (ou de maneira particular, “íntima”, como diz Skinner [1969, 1974/1976]) ao indivíduo, e, por conseguinte, inacessível aos demais membros da comunidade.

Como aponta Abib (1982), em muitos momentos Skinner defende que todos os eventos são de uma mesma natureza. Nesse sentido, uma das grandes distinções da proposta skinneriana é a refutação de qualquer consideração de eventos ou instâncias de natureza distinta ao comportamento, ao mundo físico: “Não temos razão para supor que o efeito estimulador de um dente inflamado seja substancialmente diferente do efeito de um forno quente.” (1953/2003, p.282); bem como a demarcação dessa questão no nível epistemológico: “O forno, contudo, pode afetar mais que uma pessoa da mesma maneira, aproximadamente.” (1953/2003, p.282). Assim, a privacidade demarcaria uma distinção não de natureza ou constituição, mas de possibilidades e modos de conhecimento em virtude da acessibilidade e observabilidade restrita deste tipo de evento.

Esse parece ser o sentido mais coerente a uma análise da noção de privacidade no texto skinneriano: um evento privado refere-se a um evento “inacessível” ou “não observável” (a uma comunidade), ou ainda, “acessível” ou “observável” apenas ao próprio indivíduo – uma “observabilidade restrita”.

Não obstante, essa também é a compreensão expressa por outros autores do behaviorismo radical que têm produzido consistentemente sobre esse temática, e que empregam e defendem o uso do conceito de eventos privados (Catania, 2011; Day, 1969a; Moore, 1995, 2009; Marr, 2011, Palmer, 2009, 2011; Tourinho, 2006a, 2007, 2009). A adoção coerente e concisa desse sentido (“observabilidade restrita”) em detrimento dos demais possíveis (“interioridade” e “particularidade”) configura-se como passo importante para organização das discussões e avanços no estudo dessa temática. Porém, tal noção levanta outras questões, a serem discutidas e superadas pela área.

Nas discussões presentes na edição 34 (nº 2 de 2011) da revista “*The Behavior Analyst*”, encontramos um debate interessante sobre a noção de privacidade adotada em relação ao uso do conceito de eventos privados.

Considerando os possíveis usos do termo privado em acordo com a noção de “observabilidade restrita”, Baum (2011) indica duas possibilidades: em uma, privado refere-se ao que só pode ser conhecido pela própria pessoa – um sentido que segundo o autor manteria espaço para uma acepção dualista, uma vez que consideraria a existência de elementos (ou eventos) privados em si (ou “por princípio”). Sendo assim, a proposição de uma *privacidade por princípio* implicaria numa reedição do dualismo “interno-externo” pela via “público-privado”, em lugar de “físico-mental”.

Um segundo sentido possível de ser atribuído à noção de “observabilidade restrita” seria o de uma *privacidade circunstancial*, numa proposição “puramente prática” (Baum, 2011). Não haveria “privacidade por princípio”, mas sim uma “publicidade” de maior ou menor nível de acordo com as circunstâncias. Os chamados eventos privados deixariam de ser, ou melhor, de *estar* privados com o arranjo de condições que permitissem sua observação (como avanços em instrumentos de observação ou medida, por exemplo). Contudo, para Baum, mesmo essa visão apresentaria no mínimo três problemas: a) baseia-se numa hipótese ou ainda numa “crença” em avanços tecnológicos incertos; b) mesmo que fosse possível a “apresentação em laboratório” de determinado evento

privado, ainda assim estaria longe de explicar como estes eventos atuam nas interações cotidianas (em que não há instrumentos nem “publicações instrumentais” possíveis como no contexto em laboratório); e c) os “resultados” das medidas instrumentais (“publicações”) dependeriam de uma confirmação do indivíduo que está sendo “medido” (Baum, 2011).

Ainda, para Baum (2011), mesmo a tentativa de alguns analistas do comportamento (por exemplo Moore, 1995) de tratar o termo como uma distinção não de natureza ou qualidade, mas apenas de “tamanho de audiência” (um – privado; mais de um – público), é falha:

como alguém distinguiria entre um evento potencialmente público que acontece possuindo uma audiência de uma pessoa (isto é, ocorre quando um ator está sozinho) a um evento privado? Se o tamanho da audiência for o único critério, então meu cantar quando estou sozinho seria um evento privado, mas tornar-se-ia um evento público se minha esposa estivesse lá para ouvi-lo.²⁶ (p.188)

Buscando responder e esclarecer os questionamentos de Baum (2011), outros autores argumentam em sentido de apresentar uma posição behaviorista radical coerente para a noção de privacidade implicada na compreensão e uso do conceito de eventos privados. Nessa direção, Schlinger (2011) aponta que o termo *privado* é bastante controverso, podendo, conforme indicado anteriormente, ser tomado com distintos significados. Para o autor, isso se passa na referida edição da revista “*The Behavior Analyst*”. Enquanto em grande parte dos argumentos apresentados por Baum *privado* seria explicitamente sinônimo de “não *observável* para outrem”, implicando na consideração de uma privacidade por princípio, para maioria dos demais comentadores (Catania, Hines, Marr, Palmer) o termo *privado* é tomado como “não *observado*”, alinhando-se com a compreensão de uma privacidade circunstancial.

²⁶ “how does one distinguish between a potentially public event that happens to have an audience of one (i.e., occurs when the actor is alone) from a private event? If size of audience were the only criterion, then my singing when I am alone would be a private event, but would become a public event if my wife were there to hear it.” (Baum, 2011, p.188)

Schlinger (2011) argumenta também, em acordo com os demais comentadores, que numa interpretação monista não seria possível considerar a existência de eventos “privados em si”, pois isso implicaria na consideração de características marcadamente distintas formando duas categorias de elementos ou eventos (dualismo), argumento também apontado por Baum (2011). Além disso, enfrentar-se-ia o problema de determinar o que é observável e o que não é, uma vez que na história da ciência encontram-se muitos eventos que eram “inobserváveis” e passaram a ser “observáveis” (fortalecendo o argumento de que a privacidade é *circunstancial*). Dessa maneira, de acordo com Marr (2011), o avanço a ser considerado na proposta behaviorista radical em sua crítica a concepções dualistas é justamente a postulação de que nenhum princípio distinto, novo e especial em relação aos já estabelecidos para o estudo dos eventos observáveis se faz necessário para lidar com os eventos privados – essa seria a radicalidade do behaviorismo skinneriano.

Discutindo na mesma direção, Catania (2011) afirma ser claro e bem estabelecido que Skinner trata da privacidade como “privacidade em termos práticos”, “circunstancial”, ou ainda, “contextual”. Mais que isso, para Catania, a questão trazida por Skinner com a teoria e conceito de eventos privados refere-se a como indivíduos que estão em contato com distintos estímulos podem partilhar uma resposta verbal (ou a compreensão de uma resposta verbal). Citando dois exemplos recorrentes na literatura analítico-comportamental, tanto no questionamento quanto na defesa do conceito de eventos privados, Catania argumenta que um dente ferido é um estímulo físico – a pessoa que sente dor está em contato com um tipo ou forma de estimulação; já o dentista que olha para o dente, ou ainda, que por ventura analisa uma radiografia desse dente está em contato com outro tipo e forma de estimulação. O mesmo se daria com um cego que manipula um objeto e um vidente que o descreve, sem tocá-lo – esses dois indivíduos estão em contato com diferentes estímulos.

Segundo Catania (2011), a questão que se coloca para Skinner não se trata de quantas pessoas tem acesso ao mesmo tipo de estímulo, nem se a estimulação envolvida nos comportamentos dos diferentes indivíduos é a mesma (o que seria incoerente com o pressuposto de que cada ocorrência é única, num determinado tempo e espaço), mas sim de como indivíduos com acesso a diferentes tipos de estimulação podem ensinar (instalar

e modelar) respostas verbais relativas a um objeto ou fenômeno. Dessa forma, Catania (2011) afirma que a crítica “anti-privatista” de Baum (2011) baseia-se na concepção equivocada de que haveria uma busca pelo estímulo específico que controla o falante (sobre seus fenômenos subjetivos). Para Catania, na teoria de eventos privados de Skinner um ouvinte (ou a comunidade verbal), precisa “apenas” ter acesso a algum evento correlato, para compreender e explicar ou ainda ensinar uma resposta verbal a um evento privado.

Ainda explorando essa compreensão, Palmer (2011) afirma que, tomando os pressupostos de *uniformidade* e *monismo* (não entendidos como “fatos”, mas pressupostos necessários para a constituição da análise do comportamento como ciência) não haveria espaço para consideração de uma “privacidade por princípio”, ou seja, a consideração de elementos não-passíveis de observação. “Um pressuposto fundamental a todas as ciências é o de que fenômenos fora da direção de nossa observação obedecem aos mesmo princípios que os fenômenos dentro dele.”²⁷(p.201)

Para Palmer, ao considerar que o mundo constitui-se apenas de uma natureza, física, todos os eventos envolvidos nas relações comportamentais devem ser tomados como sendo dessa mesma natureza. Uma vez que fenômenos físicos seriam, por princípio, passíveis de “detecção” (p.203), ou seja, observáveis, os comportamentos seriam “observáveis por princípio”.

Se o mundo é feito de uma substância, então fenômenos comportamentais são fenômenos físicos. Se eles são fenômenos físicos, então eles devem ser suscetíveis à detecção por princípio (com o devido reconhecimento da indeterminação da observação em nível subatômico), por mais distante de uma observação eles possam estar na prática ou com as tecnologias atuais.²⁸ (Palmer, 2011, p.203)

²⁷ “An assumption fundamental to all science is that phenomena outside the compass of our observations obey the same principles as phenomena within it.” (p.201)

²⁸ “If the world is made of one stuff, then behavioral phenomena are physical phenomena. If they are physical phenomena, then they must be susceptible to detection in principle (with due recognition of indeterminacy of observation at the subatomic level), however remote from observation they might be in practice or with the technology of the day.” (p.203)

Palmer (2009, 2011) salienta, dessa forma, que a “observabilidade” não se trata de uma propriedade de estímulos e respostas, mas sim uma característica da relação estabelecida por um observador (sua localização e/ou das ferramentas que tem a disposição, por exemplo) com o objeto observado.

observabilidade não é uma propriedade de uma resposta, mas de uma posição e ferramentas vantajosas do observador. Um observador surdo e míope falhará na detecção de um comportamento facilmente apreendido por um observador normal, e este último irá falhar na detecção de um comportamento observado por alguém equipado com um eletromiógrafo ou outro instrumento de amplificação.²⁹ (Palmer, 2011, p.203)

O autor afirma ainda que em diferentes circunstâncias o objeto de observação continua o mesmo, ou seja, mantém suas propriedades físicas constituintes; porém, o que é observado (ou não, nesse caso permanecendo “privado”) muda de acordo com as características do observador (ou de suas condições, posição, ferramentas etc.) em relação ao objeto observado. A partir desse argumento conduz-se a conclusão de que, numa concepção behaviorista radical coerente a privacidade deve ser compreendida como uma *característica circunstancial*³⁰.

Nessa mesma direção, Tourinho (2006) e Palmer (2009) indicam ainda que a partir da consideração das variáveis contextuais pertinentes à condição do observador (posição, ferramentas, histórico de relação com o objeto e situação de observação) a

²⁹ “observability is not a property of a response but of the vantage point and tools of the observer. A deaf and myopic observer will fail to detect behavior easily spotted by a normal observer, and the latter will fail to detect behavior observed by someone equipped with an electromyograph, or other amplifying device.” (Palmer, 2011, p.203)

³⁰ O desenvolvimento da compreensão “circunstancial” da observabilidade, bem como o caráter relacional da posição defendida por Palmer (2011), mostra-se bastante interessante e coerente com o projeto behaviorista radical indicado por este e outros autores (e.g. Himeline, 2011; Marr, 2011; Tourinho, 2006, 2007). Entretanto é importante salientar que esse caráter circunstancial e o relacionismo pertinente a essa proposta parece ser incompatível com o monismo apresentado também por Palmer (2011), conforme indicado no primeiro parágrafo da página 30. Nesse sentido, aponta-se a necessidade de uma maior atenção e discussão sobre a articulação problemática entre esses dois pressupostos (monismo e relacionismo) e seus compromissos filosóficos possivelmente incompatíveis ou inconciliáveis.

“observabilidade” variaria num *continuum gradativo*, e não como uma característica ou atributo do tipo “tudo ou nada”.

Nessa perspectiva, como indicado também por Hayes (1994), o grau de “sutileza” de um evento não é uma característica inerente a este evento, mas se dá a partir da relação entre um evento e um observador – a depender da familiaridade dele com o evento, este último se torna mais ou menos “sutil”, mais ou menos “óbvio”, “perceptivo”. Essa interpretação mostra-se também coerente com as indicações de Skinner (1957, por exemplo) de eventos ocorrendo em “escala reduzida” (1953/2003) ou de “ordem decrescente de energia”³¹ (1957, p.438).

Nesse mesmo sentido, para Tourinho (2006), a noção de privado ou observável/inobservável é relevante para a compreensão da experiência de sentimentos e emoções, *desde que assuma uma conotação relacional*, considerando-se os contextos e modulações das relações interpessoais relativos não a apenas um evento, mas sim a um conjunto ou arranjo de eventos. Para o autor, são esses arranjos que variariam em graus de “sutileza” (e conseqüente “observabilidade”), de acordo com “o grau de participação de eventos públicos e eventos privados.” (Tourinho, 2006, p.120). Tomado a partir da noção de um *continuum de observabilidade*, o conceito de eventos privados ainda seria pertinente e interessante à abordagem analítico-comportamental.

Também defendendo a noção de “privacidade circunstancial”, Palmer (2011) busca responder às três questões críticas colocadas por Baum (2011) contrariando a pertinência de tal noção. Em relação à consideração de que avanços tecnológicos permitirão observações mais efetivas e abrangentes do comportamento seria um “ato de fé” (Baum, 2011), Palmer responde afirmando que chamaria isso de “pressuposto científico” necessário e pertinente a qualquer ciência, não sendo diferente em uma ciência do comportamento.

A respeito da segunda questão colocada, na qual Baum argumenta que mesmo considerando os possíveis avanços tecnológicos para “invasões instrumentais” mais eficientes, na prática cotidiana, muitos comportamentos ainda se manteriam inobserváveis, Palmer (2011) afirma que essa constatação não se trata de um problema:

³¹ “(...) in descending order of energy (...)”(1957, p.438)

essa é a posição defendida. O autor afirma que “comportamento é comportamento”, quer ele seja observado ou não (p.204). A “inobservabilidade” é um problema para o cientista que deve, através de seu trabalho, buscar observar e abordar o comportamento por meio de inferências e interpretações coerentes baseadas nos dados que possui.

Comportamento é comportamento, quer um observador o leve em conta ou não. O comportamento inobservado é um inconveniente para o cientista, mas a inobservabilidade não pertence à natureza do comportamento em si. Se um comportamento relevante é inobservado, nós precisamos fazer isso por meio de interpretações plausíveis baseadas nos dados disponíveis.³² (p.204)

Já a terceira questão colocada por Baum (2011), sobre a ineficiência de uma “máquina anti-privatista” deve-se, segundo Palmer, a uma confusão feita pelo primeiro autor entre uma ampliação instrumental de eventos privados e o auto-relato de um indivíduo. Para Palmer (2011), se consideramos que um instrumento torna um comportamento observável, então ele deixa de ser privado. Ainda, se há discrepância entre o que um observador observa e o que o sujeito relata, esta é uma questão a ser interpretada e compreendida em relação aos dois comportamentos (ou mesmo, repertórios) distintos que estão colocados – os comportamentos observados e os comportamentos verbais de ambos (sujeito e pesquisador).

Se nós observamos uma pessoa pressionar uma barra e então dizer, ‘Eu não pressionei a barra’, nós temos duas instâncias de comportamento para explicar, cada uma com sua própria história e conjunto de variáveis controladoras. Se nós encontramos ou não ‘correspondência’ entre as respostas verbal e não verbal isto é em si circunstancial e não coloca nenhum problema especial.³³ (p.204)

³² “Behavior is behavior, whether an observer is on duty or not. Unobserved behavior is inconvenient for the scientist, but observability does not bear on the nature of the behavior itself. If relevant behavior is unobserved, we must make do with plausible interpretations based on the available data.” (p.204)

³³ “If we observe a person press a lever and then say, ‘I didn’t press the lever,’ we have two instances of behavior to explain, each with its own history and set of controlling variables. Whether or not we find “correspondence” between the verbal and nonverbal response is itself circumstantial and poses no special problems.” (p.204)

Em resumo, os eventos privados seriam inferências necessárias à constituição de uma proposta explicativa coerente. Não se tratam de entidades ou instâncias, invocadas a revelia; mas sim, de eventos sob as mesmas leis do comportamento. “Privado”, dessa forma, refere-se tão somente a característica de ser circunstancialmente “não-observado”, e não a uma definição estrita estabelecida com base em uma característica pontual, como magnitude, duração temporal (Palmer, 2011) ou localização.

CAPÍTULO II – ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A TEORIA DE EVENTOS PRIVADOS

E ninguém é eu, e ninguém é você. Esta é a solidão.

Clarisse Lispector

2.1 - (Im)pertinência dos eventos privados na explicação do comportamento

Reconhecido ou definido o que são e como podem ser tratados os eventos privados, coloca-se a questão sobre a pertinência do uso de tal conceito para a explicação do comportamento. Mais diretamente, delimitados os fenômenos que podem ser designados como eventos privados, seriam eles relevantes para a análise e compreensão do comportamento? Em um artigo de 2011, já mencionado no capítulo anterior, Baum afirma que o conhecimento sobre os eventos privados (mais especificamente nesse caso referindo-se a eventos que ocorrem “sob a pele”) são desnecessários para a compreensão e explicação do comportamento, uma vez que “as origens do comportamento sempre se estabelece no ambiente, as origens do comportamento são públicas.”³⁴ (p.186).

O autor resume o questionamento sobre os eventos privados apresentando algumas asserções largamente reconhecidas no behaviorismo radical, como as de que: a) o behaviorismo radical é a filosofia da ciência do comportamento; b) a ciência do comportamento deve ser uma ciência natural; c) ser uma ciência natural implica que seu objeto de estudo (comportamento) seja um evento natural, e que deve ser explicado com base em outros eventos naturais; d) o behaviorismo radical (e a ciência do comportamento) não exclui ou ignora a existência de eventos privados; e) privado não significa mental; f) defende-se a rejeição ao dualismo interno-externo (assim como se rejeita o dualismo mental-físico).

Baum, dessa forma, apresenta uma crítica não tanto à noção ou conceito de eventos privados, reconhecendo, portanto, a existência de fenômenos ou eventos que possam ser assim classificados, mas sim a sua inclusão e relevância na construção de uma explicação do comportamento. O argumento crítico de Baum (2011) reside principalmente na

³⁴“the origins of behavior always lie in the environment, the origins of behavior are public.” (p.186).

consideração de que o conhecimento acerca desses eventos se dá de modo inferencial-interpretativo, por meio das estratégias da comunidade verbal (Moore, 2009; Skinner, 1945/1961; 1953/2003, 1974/1976), o que, para o autor, seria incompatível com os métodos e preceitos de uma ciência natural:

Eventos privados podem ser inferidos pela comunidade nos assuntos cotidianos, mas eventos privados inferidos não podem nunca servir como explicações científicas dos comportamentos públicos. (...). Se a análise do comportamento é uma ciência natural, (...) requer atividades observáveis (eventos naturais) para serem relacionados com eventos observáveis no ambiente (eventos naturais passados e presentes).³⁵ (p.190)

Nesse sentido, o autor questiona os argumentos de Zuriff (1979) sobre o reconhecimento de “causas internas” do comportamento, uma vez que tais causas referem-se (reconhecidamente) a inferências ou hipóteses baseadas em estímulos do ambiente (externo). Segundo Baum (2011), além de criar espaço novamente para um dualismo (interno-externo), tal argumento constrói a explicação de comportamentos com base em inferências:

Uma contradição surge porque eventos privados inferidos produzem uma explicação não menos especial e possui uma ontologia não menos misteriosa que eventos mentais inferidos. (...) Se a análise do comportamento é uma ciência, não podemos explicar comportamento observável simplesmente criando uma outra coisa, mesmo se insistirmos que a coisa que estamos criando é ‘como se fosse’ a coisa que observamos.³⁶ (p.191)

³⁵ “Private events may be inferred by the verbal community in everyday affairs, but inferred private events can never serve as scientific explanations of public behavior (...). If behavior analysis is a natural science, (...) requires observed activities (natural events) to be related to observed events in the environment (past and present natural events).” (p.190)

³⁶ “A contradiction arises because inferred private events produce no less specious explanations and have no less mysterious an ontological status than inferred mental events. (...) If behavior analysis is a science, we cannot explain observed behavior by simply making stuff up, even if we insist that the stuff we are making up is “just like” the stuff we observe.” (p.191)

Continuando a questionar argumentações desse tipo, Baum (2011) apresenta o clássico estudo de Lubinski e Thompson (1993), em que pombos foram ensinados e passaram a responder discriminativamente a diferentes círculos contingencialmente à inoculação de drogas com efeitos opostos (estimulante e depressor). Baum argumenta que a inferência de eventos privados como “causas” da escolha do disco a ser bicado pelos pombos não estaria distante da inferência de “representações” ou “cópias mentais”. O autor defende que toda condução e interpretação do estudo podem ser feitas considerando-se apenas os eventos observáveis:

(...) em qualquer discriminação, a decisão sobre o que é uma resposta correta e o que é um erro depende do que o experimentador sabe (a cor ou droga apresentada), o que é público. Uma discriminação consiste em uma mudança no comportamento com uma mudança no ambiente, mas um espectador (experimentador) precisa julgar a mudança no ambiente³⁷ (Baum, 2011, p.192).

Baum (2011) vai mais além, e argumenta que como o que o pombo sente não pode ser medido, ou seja, permanece “privado”, “é inútil para explicação do comportamento do pombo; os eventos públicos da drogas e dos círculos coloridos são suficientes.”³⁸ (p.192). Tal argumento é bastante enfático e polêmico: eventos privados podem até existir, mas se não são observados, não interessam.

Organizando os argumentos apresentados, Baum (2011) indica que os behavioristas radicais encontram-se frente a um “dilema com escolhas ruins” – a) negar a existência (ou pelo menos a pertinência) de eventos privados, ou ainda tratá-los por meio de outra linguagem e paradigma (não dualista) abrindo espaço para críticas de que a abordagem é insuficiente e limitada; b) ou tentar lidar com as proposições sobre fenômenos subjetivos

³⁷ “(...) in any discrimination, the decision about what is a correct response and what is an error depends on what the experimenter knows (the color or drug presented), which is public. A discrimination consists of a change in behavior with a change in environment, but an onlooker (experimenter) must judge the change in environment (see Herrnstein, Loveland, & Cable, 1976, for further discussion).” (p.192)

³⁸ “they are useless for explaining the pigeon’s behavior; the public events of the drugs and the colored circles suffice.” (p.192)

de forma a utilizar conceitos “convencionais” que acabam conduzindo a abordagem a implicar-se com pressupostos problemáticos em relação a seu projeto científico e filosófico. Baum afirma ainda que a solução para este dilema seria uma “compreensão molar” para os fenômenos comportamentais, ou seja, tomar para análise episódios de intervalo de tempo maior, que contemplem informações públicas relevantes para compreensão do comportamento como um todo.

Apresentando essa visão, o autor argumenta que “Organismos interagem com seu ambiente e essa troca com o ambiente é o comportamento, e sua importância está em seus efeitos no sucesso reprodutivo por meio do ambiente.”³⁹ (p.193). Contudo, a explicação dessas interações, dos comportamentos, deve considerar sua condição temporal: “Assim como a seleção natural opera sobre populações e não pode ser compreendida olhando-se para indivíduos, também a seleção do comportamento opera num padrão extenso de atividades e não pode ser compreendida olhando-se para momentos.”⁴⁰ (p.193).

A compreensão molar apresentada por Baum (2011) implica, assim, na consideração de que os fenômenos se dão numa escala de tempo, mais ou menos extensa. Para o autor, seria a desconsideração deste caráter temporal extenso que levaria a incorrer em análises que demandariam a consideração de eventos privados. “Em cada escala de tempo, nós vemos atividades públicas, e nenhum problema surge. (...) Visto em uma escala temporal mais longa, a atividade é contínua, e quaisquer eventos privados que ocorram podem ser ignorados”⁴¹ (Baum, 2011, p.194).

Tratando mais especificamente da questão de sensações (*sensations*) (eventos privados recorrentes nas considerações de apresentação e defesa do conceito), Baum encaminha uma resposta seguindo a mesma linha de raciocínio – apenas eventos públicos, tomados em dimensão temporal mais ampla, são relevantes para compreensão

³⁹ “Organisms interact with their environment, and that commerce with the environment is behavior, and its importance lies in its effects on reproductive success via the environment.” (p.193)

⁴⁰ “Just as natural selection operates on populations and cannot be understood by looking at individuals, so behavioral selection operates on extended patterns of activity and cannot be understood by looking at moments.” (p.193)

⁴¹ “At each time scale, we see public activity, and no problem arises. (...) Seen on a longer time scale, the activity is continuous, and any private events that occur may be ignored (Baum, 2002).” (Baum, 2011, p.194)

da determinação dos comportamentos. O argumento subjacente à discussão de Baum (2011) pode ser expresso da seguinte forma: se eventos privados, como estimulações nervosas de dor, por exemplo, são inferidos a partir de manifestações públicas, não há porque recorrer a estas inferências para explicar os comportamentos – estes podem ser explicados a partir das manifestações públicas diretamente. Novamente, os fenômenos deveriam ser tomados em uma extensão temporal maior para poderem ser compreendidos: “os padrões extensos de comportamento público (...) fazem a diferença (Baum, 2011b) (...) sentimentos internos inferidos são desnecessários para entender a discriminação.”⁴² (p.195-196).

Baum (2011) estende suas proposições para a compreensão dos repertórios discriminativos e descritivos. Segundo o autor, no behaviorismo radical, observar e descrever seriam atividades públicas do organismo como um todo, aprendidas e desenvolvidas (modificadas, moduladas) na relação com o ambiente. Além disso, o autor afirma que sua ocorrência estaria sob as mesmas condições e leis tanto para eventos considerados públicos (como uma vaca ou uma flor) quanto aos chamados “privados” (como sensações de dor ou tristeza), reafirmando, mais uma vez, sua posição de que recorrer a eventos não observáveis (privados) para compreensão de qualquer tipo de comportamento seria um movimento desnecessário e incompatível com uma análise científica. Baum acrescenta ainda que do ponto de vista defendido, o discurso em primeira ou terceira pessoa são igualmente comportamento verbal, sob as mesmas leis de determinação do comportamento – ambos construídos baseados em eventos públicos.

Concluindo sua argumentação, o autor apresenta uma crítica à posição skinneriana, indicando sua proposta mais claramente: ao dizer que sua dor de dente é “tão física quanto” sua máquina de escrever (Skinner, 1945/1961, p.285), para Baum (2011), Skinner mantém a “importância” de um evento privado – a dor, que não é o dente, nem o dente “ferido” – sendo que na construção de uma explicação “verdadeiramente científica”, o que deve ser considerado são apenas eventos (comportamentais) públicos:

⁴² “the extended patterns of public behavior (...) make the difference (Baum, 2011b) (...) inferred inner feelings were unnecessary to understanding discrimination.” (p.195-196).

Os estímulos privados não podem ser alguma coisa dolorosa interna; isso não seria físico. Em uma visão molar, a dor de dente é o comportamento de dor (‘mão na bochecha, expressões faciais, gemidos, e assim por diante’, p.277), ao qual Skinner chamou de ‘respostas colaterais’, mais as reclamações e expressões verbais da pessoa – este comportamento é tão físico quanto uma máquina de escrever.⁴³ (Baum, 2011, p.198)

As críticas de Baum (2011) à participação dos eventos privados na explicação do comportamento foram respondidas na série de artigos de outros autores da análise do comportamento, como indicado no capítulo anterior, na edição 34, nº 2 de 2011, da revista “The Behavior Analyst”. Tomando diferentes aspectos e argumentos, os trabalhos de Catania, Marr, Palmer e Himeline buscam refutar as teses de Baum, sustentando a pertinência e importância do conceito de eventos privados para compreensão do comportamento.

Catania (2011) questiona a crítica de que a utilização do conceito de eventos privados se daria pela desconsideração do comportamento em sua dimensão temporal. Contra-argumentando a posição apresentada por Baum, esse autor afirma que qualquer análise funcional do comportamento já implica em considerações da dimensão temporal (como nos conceitos de taxa e distribuição de respostas, por exemplo, ou mesmo na disposição da tríplice contingência “estímulo discriminativo – resposta – consequência), sendo que a consideração de eventos privados nesse tipo de análise não se basearia nem resultaria num suposto isolamento (temporal) de eventos únicos (sejam eles públicos ou privados). Ao contrário, para Catania, a crítica e proposta de Baum (2011) levaria os pesquisadores a ignorar ou desconsiderar partes importantes de classes de comportamentos, que podem configurar-se como privadas em algumas ocasiões. Além disso, a interpretação molar proposta por Baum conduziria ou pautar-se-ia pela busca de causas finais, sobrepondo-se à análise detalhada das contingências de reforço efetivas:

⁴³ “The private stimulus cannot be some inner pain thing; that would not be physical. In the molar view, the toothache is the pain behavior (“hand to jaw, facial expressions, groans, and so on,” p. 277), which Skinner called “collateral responses,” plus the person’s verbal complaints and assertions – that behavior is just as physical as a typewriter.” (Baum, 2011, p.198)

O problema com sua ênfase molar em explicações em termos de causas finais à custa daquelas em termos de outros tipos de causas é que, como Skinner (1963) eloquentemente destacou em relação a outras distrações de análise do comportamento, elas tendem a desencorajar a investigação adicional. (...) A insistência de Baum de que nós não cedamos à tentação de considerar eventos privados pode ser talvez melhor traduzida como uma determinação para considerar apenas classes de operantes de alta ordem e ignorar as partes, algumas vezes privadas, das quais essas classes são constituídas. O critério de Baum para estender seu quadro de tempo não é a regularidade dos dados, mas a exclusão de detalhes.⁴⁴ (Catania, 2011, p. 229)

Catania chama a atenção, ainda, para a importante distinção, segundo ele ignorada por Baum, entre a descrição de um evento privado e a experiência deste, como no exemplo da experiência privada de contemplar uma música – as ondas sonoras, ou mesmo os impulsos elétricos no sistema nervoso eliciados por elas não se identificam ou resumem a audição e experiência de ouvir e apreciar uma música. Nesse mesmo sentido, Catania (2011) busca esclarecer que Skinner não considera a “dor” como um estímulo: Skinner falaria em estímulos dolorosos (ou seja, que provocam dor), e em “respostas de dor” ou “verbalizações de dor”. Assim, a dor pode ser considerada como um comportamento que envolve alguns tipos de estímulos – uma costela quebrada, um dente cariado, uma contração muscular forte, a compressão de um nervo; e algumas respostas – gemidos, proteção da área dolorida, verbalizações etc. Da mesma forma que ela não se caracteriza apenas como alguns tipos de estímulos (crítica de Baum), ela também não se caracteriza apenas por alguns tipos de respostas (afirmativa de Baum). A dor, assim como outras sensações e sentimentos, seriam comportamentos, ou seja, relações entre estímulos e respostas em determinados contextos.

⁴⁴ “The trouble with his molar emphasis on explanations in terms of final causes at the expense of those in terms of other kinds of causes is that, as Skinner (1963) eloquently pointed out with regard to other distractions from behavior analysis, they tend to discourage further inquiry. (...) Baum’s insistence that we not yield to the temptation of positing private events can perhaps best be translated as an injunction to attend only to higher order operant classes and to ignore the parts, sometimes private, of which they may be constituted. Baum’s criterion for extending his time frames is not the orderliness of data but rather the purging of details.” (Catania, 2011, p. 229)

Atacando outro argumento crítico da proposta de Baum (2011), Hineline (2011) argumenta acerca da relevância do trabalho interpretativo para a ciência do comportamento. Baseando-se em Schnaitter (1978), o autor aponta que poderíamos pensar esta ciência como sendo formada por uma análise experimental do comportamento, que trabalharia com manipulação de variáveis, e uma interpretação analítico-comportamental que, a partir das análises já estabelecidas pela primeira, trabalharia com interpretações e "hipotetizações" em temas em que as variáveis estariam inacessíveis ou praticamente impossíveis de serem manipuladas: "Tais interpretações tipicamente dão um status explanatório, embora elas devam ser vistas como provisórias, isto é, menos seguras que explicações baseadas em análises realizadas."⁴⁵ (Hineline, 2011, p.222)

Assim, Hineline (2011) afirma que nos casos em que os eventos estão inacessíveis ao observador, ou seja, "privados", este recorre à interpretação baseada nos princípios já estabelecidos por meio das relações analisadas e conhecidas, de maneira análoga ao "trabalho de um detetive". O autor retoma o argumento de que essa privacidade referida trata-se de uma característica circunstancial, ou ainda, relacional (relação do observador com o evento observado), e não uma "privacidade por princípio". Nesse sentido, Hineline argumenta em favor de um "valor pragmático" da consideração dos "eventos *circunstancialmente* privados", inferidos e requeridos na construção de interpretações do comportamento, da mesma forma feita nos casos em que a manipulação de variáveis é impossível (por razões práticas ou éticas).

Na mesma direção, Palmer (2011) contra-argumenta as considerações de Baum sobre a irrelevância do estudo de eventos privados afirmando que o seu papel na ciência do comportamento é, justamente, o de possibilitar interpretações sobre o comportamento para além do laboratório. Nesse sentido, apenas nos trabalhos de laboratório a consideração de eventos privados é irrelevante, ou pode ser prescindida. Assim, a consideração dos eventos privados na construção de uma abordagem científica do comportamento teria sido um avanço importante promovido pela proposta de Skinner (Palmer, 2011).

⁴⁵ "Such interpretations are typically given explanatory status, although they should be viewed as provisional, that is, less certain than explanations based on accomplished analyses." (Hineline, 2011, p.222)

Na fundamentação desses argumentos, Palmer chama atenção para a consideração de Skinner de que os eventos privados seriam de mesma natureza que os demais eventos, ao que o autor chama de “pressuposto de uniformidade”. Ao fazer esse movimento passa-se a tratar tais eventos sob as mesmas leis comportamentais que regem os comportamentos ou eventos observados (em laboratório, por exemplo).

Palmer destaca também o fato de que muito do trabalho científico desenvolveu-se por interpretações e inferências de eventos não observáveis a partir do que era possível ser observado – não se observa um átomo, as partículas subatômicas, um buraco negro etc. e ainda assim sabe-se bastante sobre seu funcionamento ou seu “comportamento”, fortalecendo o argumento do valor da interpretação e “inferências dedutivas” (Schlinger, 1998). Usando o exemplo do planeta Netuno, Palmer (2011) argumenta que esse planeta começou a ser considerado e estudado por seus efeitos na órbita de Urano (já observado e conhecido). A confirmação de sua existência e refinamento dos estudos a seu respeito se deu com o avanço de técnicas que permitiram sua observação; contudo, importantes considerações já haviam sido feitas a partir de inferências e interpretações. O mesmo raciocínio deveria ser aplicado para os eventos privados em uma ciência do comportamento:

Inferências de eventos comportamentais privados desempenham um papel análogo. Eles não são dados, e não participam da formulação de princípios comportamentais, mas servem ao menos a quatro propósitos: a) Eles nos permitem assumir a generalidade de princípios comportamentais estabelecidos; b) guiam investigações futuras; c) dão sentido a dados fragmentados que temos sobre o mundo comportamental a nosso redor; e d) não deixam espaço à tendência de invocar agentes, espíritos, deuses gregos, ou o aparato da psicologia do senso-comum.⁴⁶ (Palmer, 2011, p.202)

⁴⁶ “Inferences of private behavioral events play an analogous role. They are not data, and they do not participate in the formulation of behavioral principles, but they serve at least four purposes: (a) They permit us to assume the generality of established behavioral principles; (b) they guide future inquiry; (c) they make sense of the fragmentary data we do have about the behavioral world around us; and (d) they displace the tendency to invoke agency, spirits, Greek gods, or the apparatus of folk psychology.” (Palmer, 2011, p.202)

Marr (2011) parece ir também nessa mesma direção, defendendo que a interpretação é parte fundamental do trabalho científico, mesmo numa abordagem molar, rebatendo, assim, o “clamor” pela observabilidade direta feita por Baum: “Na ausência de observação direta, o que nós sabemos sobre eventos privados vem de inferências e consistências de observações indiretas, história de manipulação e, é claro, nossas próprias ações e experiências, as quais aparentemente nós partilhamos com muitos outros.”⁴⁷ (Marr, 2011, p.216)

Dessa forma, Marr argumenta que a busca pelas chamadas “causas distais” ou últimas em uma “janela temporal mais extensa”, proposta por Baum (2011) em sua abordagem histórica ou “molar”, levaria 1) a uma regressão infinita – até o *Big Bang*, por exemplo; ou, na melhor das hipóteses, 2) também demandaria, um nível maior de inferência e especulação (que supostamente seriam evitadas por essa abordagem) a cada “passo atrás” requerido, ou a cada episódio mais anterior no intervalo temporal extenso estabelecido, em virtude da falta de informação presente.

Assim, os críticos da proposta de Baum argumentam que o “exercício interpretativo” implicado na teoria de eventos privados seria pertinente a uma ciência natural, pois permitiria não “revelar a verdade”, mas seguir na construção de uma interpretação coerente, conjugando os dados encontrados e os princípios traçados com base nos dados obtidos por outras análises e observações.

Este passo pode colocar alguma carne empírica no esqueleto interpretativo de nossa abordagem. Como em qualquer ciência, interpretações não apenas resolvem mistérios; elas podem guiar pesquisas. Assim, inferências sobre eventos privados apresentam um papel importante na análise do comportamento, da mesma forma que inferências análogas apresentam um papel em outras ciências.⁴⁸ (Palmer, 2011, p.203)

⁴⁷“In the absence of direct observation, what we know about private events comes from inferences and consistencies in indirect observations, manipulated histories, and, of course, our own actions and experiences, which we appear to share with countless others” (Marr, 2011, p.216)

⁴⁸“Such steps might put some empirical meat on the interpretive bones of our account. As in any science, interpretations not only resolve mysteries; they can guide research. Thus inferences about private events play an important role in behavior analysis, just as analogous inferences play a role in other sciences.” (Palmer, 2011, p.203)

Em suma, para esses autores, os eventos privados seriam inferências necessárias à constituição de uma proposta explicativa coerente. Ainda, tal conceito não trata de entidades ou instâncias invocadas a revelia, mas de eventos que seguem as mesmas leis do comportamento.

É inconveniente para uma ciência quando seu objeto de interesse é difícil de observar, mas este objeto de interesse não pode ser dispensado ignorando-o. A prática em ciência normativa, quando colocada frente a um fenômeno que não é simpático a uma análise experimental, é o engajamento na interpretação científica, isto é, oferecer compreensões plausíveis que recorrem somente a princípios e observações estabelecidas em laboratório. Este é seu principal uso [do conceito de eventos privados] na análise do comportamento, e é um uso honroso.⁴⁹ (Palmer, 2011, p.206)

2.2 - *Eventos privados e causalidade*

Uma última questão a ser analisada na discussão do papel dos eventos privados na compreensão analítico-comportamental refere-se ao estatuto causal desses eventos. Seguindo o caminho desenvolvido até aqui, indicou-se: a importância de uma (re)definição do conceito de eventos privados; as polêmicas sobre a(s) noção(ões) de privacidade implicada(s) neste conceito; e questões sobre a relevância dos eventos privados numa compreensão científica do comportamento. Sobre este último ponto, contudo, restaria ainda a questão: tendo sua importância reconhecida, qual seria exatamente o papel desempenhado pelos eventos privados na determinação do comportamento? Mais especificamente, pode-se dizer que os eventos privados são “causa” do comportamento? Algumas indicações já foram feitas nas seções anteriores, porém o assunto exige uma análise mais detalhada.

⁴⁹“It is inconvenient for a science when its subject matter is difficult to observe, but that subject matter cannot be made to go away by ignoring it. Practice in normative science, when faced with phenomena that are not amenable to experimental analysis, is to engage in scientific interpretation, that is, to offer plausible accounts that appeal only to principles or observations established in the laboratory. That is its principal use in behavior analysis, and it is an honorable one.” (Palmer, 2011, p.206)

Palmer (2011), por exemplo, defende o papel dos eventos privados na determinação do comportamento, amparando-se no argumento de que eventos privados são da mesma natureza que eventos públicos e, por isso, estariam subjugados às mesmas leis e processos comportamentais. Por esse motivo, eventos privados poderiam e deveriam ser considerados importantes e relevantes na explicação do comportamento, podendo assumir as mesmas funções desempenhadas por eventos públicos: “Resumidamente, na medida em que eventos circunstancialmente privados – isto é, eventos físicos, reais – apresentam um papel na determinação de outros eventos físicos, eles são objetos relevantes de investigação científica.”⁵⁰ (Palmer, 2011, p.206).

Na mesma direção de Palmer, Heline (2011) argumenta que essa questão parece estar bem estabelecida já nos textos skinnerianos, nas discussões sobre a interação entre repertórios distintos, como por exemplo em episódios de comportamentos governados por regras ou de resoluções de problemas (interação entre repertórios verbais e não verbais), em que comportamentos estabelecem-se numa cadeia, sendo o produto de um comportamento relevante na determinação, ou ainda, “causação” de outro. Alguns desses comportamentos, como reconhecido frequentemente, são encobertos. Porém, isso não seria motivo para ignorá-los ou desconsiderá-los.

Overskeid (1994), entretanto, afirma que o papel causal dos eventos privados não estaria tão claramente estabelecido na obra skinneriana, apresentando variações e mudanças. No livro *Ciência e Comportamento Humano* (Skinner, 1953/2003), por exemplo, prevaleceria a tese de que fenômenos regularmente tratados como eventos internos ou eventos privados não teriam relevância para uma análise funcional, ou seja, não teriam qualquer função para compreensão da determinação do comportamento. Contudo, em outros momentos, como no livro *Selection of Behavior*⁵¹ (Catania & Harnad, 1988), Skinner, seguido por Catania e outros behavioristas radicais, indicariam mais consistentemente a compreensão de que eventos privados poderiam ser considerados

⁵⁰“In short, as long as circumstantially private events – that is, real, physical events – play a role in determining other physical events, they are a worthy object of scientific inquiry.” (Palmer, 2011, p.206)

⁵¹O livro *Selection of Behavior: The Operant Behaviorism of B. F. Skinner: Comments and Consequences* (Catania & Harnad, 1988), refere-se a reedição de um conjunto de quatro artigos “cânones” de Skinner, junto a réplicas de pesquisadores em diversas áreas afins e réplicas do autor, organizadas e editadas por Charles Catania e Stevan Harnad, então editor da revistas *Behavioral and Brain Science*.

como causas intermediárias do comportamento (“elos causais” em cadeias comportamentais), embora deixando explicitamente demarcado que nunca poderiam ser considerados como “causas iniciais”.

Discutindo a questão, Overskeid (1994) salienta que um ponto importante nesse sentido seria a noção de causa empregada e implicada nessas considerações. O autor afirma que na compreensão de Skinner a palavra “causa” estaria “desatualizada” para a ciência. Ao invés de pautar sua análise na noção tradicional de causa (causalidade mecânica – causa-efeito), Skinner falaria em “alterações de variáveis” – mudanças numa variável independente e o efeito destas como mudanças numa variável dependente. Isso seria o que se poderia chamar de causa, no behaviorismo radical.

A partir dessa compreensão de causa, Overskeid (1994) defende que eventos privados deveriam se considerados não apenas como causas intermediárias, mas também “iniciais” ou “eficientes” do comportamento. O autor indica que um possível motivo para a negação behaviorista radical da “causalidade” irrestrita dos eventos privados seria uma suposta “ameaça” dessa consideração à noção de determinação ambiental. Contudo, segundo o autor, o reconhecimento de um *status* causal dos eventos privados, semelhante ao empregado na consideração de eventos públicos, em nada implicaria no apelo a algo além dos fatores genéticos (em última instância, determinados por fatores ambientais passados) e alterações ambientais (fatores ambientais atuais). Sendo assim, isso não seria motivo para não considerar eventos privados como causa.

Overskeid (1994) argumenta, ainda, que sendo o corte analítico em relação à cadeia comportamental sempre arbitrário, não haveria razões para limitar a consideração apenas de eventos públicos como causas iniciais ou efetivas. Devido à arbitrariedade da “quebra” da cadeia comportamental, por natureza, ininterrupta, haveriam situações em que, por razões ou “considerações pragmáticas” (p.37), eventos privados poderiam ser tomados como causas iniciais ou efetivas. Nesse sentido, a desconsideração dos eventos privados como causas iniciais seria “uma inconsistência óbvia para a teoria behaviorista radical, por razões teóricas e empíricas” (p.38). Buscando demonstrar que eventos privados poderiam desempenhar funções discriminativas ou reforçadoras e, nesse sentido, determinar a ocorrência de comportamentos, Overskeid (1994) cita alguns exemplos que teriam sido indicados por Skinner, como a recordação de um poema que auxiliaria um

aprendiz a desempenhar sua tarefa (situações de “autoinstrução”). Nesse sentido, para o autor, o poema desempenharia uma função discriminativa para as ações do aprendiz, participando assim da determinação do comportamento, ou ainda, configurando-se como uma “causa eficiente”. Ainda na defesa desse argumento, o autor indica a tese de que “Se comportamento pode causar comportamento, um comportamento que é difícil de ser observado também pode causar comportamento.”⁵² (p. 41)

Em um último movimento buscando sustentar sua tese, Overskeid (1994) afirma que a colocação de Skinner de que “Os homens agem sobre o mundo, modificando-o, e são por sua vez modificados pelas consequências de suas ações”⁵³ (Skinner, 1957, p.1) só faz sentido se “o mundo” em questão incluir o próprio organismo. Nessa direção, o autor critica um aparente “externalismo exacerbado” presente nas considerações de Skinner e demais teóricos do behaviorismo radical. Para Overskeid, uma proposta que pretenda uma abordagem coerente e satisfatória do comportamento humano precisa reconhecer que “atacar o problema via ambiente nem sempre será a melhor forma – nem para propósitos de predição ou controle, nem para um tratamento teórico consistente.”⁵⁴ (p. 40). Em contrapartida, o autor propõe que os comportamentos (e suas alterações) estão relacionadas e dependem de mudanças também no organismo em si.

Assim, para o autor, tal movimento de consideração dos eventos privados como causa seria necessário ao behaviorismo radical, podendo ainda preencher lacunas entre as posições comportamentalistas e cognitivistas, possibilitando uma melhor compreensão dos comportamentos públicos e privados.

Essa visão proposta por Overskeid (1994), entretanto, é distinta do argumento mais comumente apresentado na tradição behaviorista radical, sendo passível também de revisões e críticas. Em um movimento nesse sentido, Flora e Kestner (1995) buscam responder às críticas e teses de Overskeid (1994). Apesar de algumas considerações

⁵² “If behavior can cause behavior, behavior that is difficult to observe can also cause behavior.” (p.41)

⁵³ “Men acts upon the world, and change it, and are changed in turn by the consequences of their action.” (Skinner, 1957, p.1)

⁵⁴ “attacking the problem the problem via the environment will not always be the way – neither for purposes of prediction or control nor to attain theoretical consistency.” (p.40)

questionáveis, especialmente na proposição de uma noção de causa⁵⁵, os autores apresentam argumentos consonantes com posições indicadas por outros behavioristas radicais na defesa da compreensão dos eventos privados como “causas intermediárias”, mas nunca “iniciadoras” ou “efetivas”.

Flora e Kestner (1995) chamam atenção para o fato de que mesmo reconhecendo algumas inconsistências nos argumentos apresentados por Skinner ao longo de sua obra, uma vez que dificilmente isso não ocorre em obras extensas como a dele, um estudo mais aprofundado deixa claro o destaque para a consistência lógica dos argumentos contra a consideração de eventos privados como causas iniciadoras de comportamentos.

Salientando que os avanços na pesquisa analítico-comportamental ocorrem pela consideração do contexto ambiental, presente e passado (“histórico”), do comportamento, Flora e Kestner (1995) indicam de que isso não se trataria de um “externalismo exacerbado”, como aponta Overskeid (1994), mas da postura pragmática pertinente à filosofia e ciência do comportamento propostas.

o funcionamento de um sistema é explicado pelas forças que operam no sistema. Na ciência da análise do comportamento, o sistema é o comportamento dos organismos e as forças operando nele são as condições ambientes (social, física, cultural e histórica).⁵⁶ (p.587)

Nesse sentido, os autores apresentam exemplos de como alguns “fatores explicativos” poderiam ser tratados em termos de determinação e controle pelo histórico de relações do organismo com contextos ambientais específicos: personalidade – controle

⁵⁵ Os autores apresentam como um das premissas de “causa” a condição de que o “evento causador deve estar fora do sistema por ele causado” – premissa incompatível com a compreensão analítico-comportamental relacional. Se variáveis ambientais, tomadas como variáveis independentes, são indicadas como causas, é incoerente afirmar que uma causa deve estar fora do sistema por ele causado, uma vez que a variável ambiental (como estímulo discriminativo ou consequência) é parte da definição de comportamento.

⁵⁶ “the function of a system is explained by the forces operating on the system. In the science of behavior analysis, the system is the behavior of organisms and the forces operating on it are the environmental (social, physical, cultural e historical) conditions.” (p.587)

contextual de padrões de comportamento; fatores genéticos – seleção do organismo da espécie pelo ambiente; alterações fisiológicas – produto das variáveis ambientais.

Como decorrência, o próprio argumento apresentado por Overskeid (1994) sobre a arbitrariedade do recorte analítico seria a base para a defesa da posição contrária: os eventos privados não poderiam ser considerados causas iniciais, ou seja, primeiro elo do corte feito na cadeia comportamental, justamente por razões pragmáticas – causas internas (eventos privados) não são manipuláveis ou controláveis, ferindo assim a premissa de que é justamente pela manipulação de variáveis (e verificação dos efeitos de alteração destas) que se poderia identificar as “causas dos comportamentos”, ou ainda, alcançar-se previsão e controle. Dessa forma, a posição defendida por Overskeid (1994) manteria a necessidade de “dar um passo a mais na análise”, no mesmo sentido das críticas postuladas a compreensões mentalistas.

Ainda nessa direção, Flora e Kestner (1995) indicam que o apelo de Overskeid (1994) a “eventos que alteram o organismo” parece remeter aos argumentos de geração espontânea de micro-organismo de outrora – uma tentativa de “socorrer” as dificuldades de se encontrar as variáveis ambientais imediatas que controlam o comportamento. Como resposta, os autores apontam os argumentos de Moore (1990), indicando que eventos privados podem de fato exercer controle sobre respostas abertas; contudo, estes mesmos eventos privados estão sob controle de eventos ambientais externos, sendo que a função empreendida pelos eventos privados nesses casos seria de controle, e não de “iniciação”.

Chamando atenção para outra “falha” na interpretação de Overskeid (1994), relativa ao exemplo do aprendiz que recita o poema melhorando a eficácia de sua atividade, os autores argumentam que o “pensar”, tal qual o comportamento verbal aberto, seria evocado pelo contexto ambiental; ou seja, Overskeid não haveria se atentado ao fato de que deveria explicar porque o poema foi “lembrado” e recitado.

Resumidamente, diante das discussões apresentadas, conclui-se que uma compreensão coerente com a discussão atual sobre eventos privados em uma abordagem analítico-comportamental considera que eventos privados podem ser “causas” do comportamento, em sentido de atuar como *variáveis determinantes a modulação e controle de comportamentos dispostos em cadeias*. Em outras palavras, como aponta Catania (2011), eventos privados podem atuar como causa dos comportamentos,

participando de um encadeamento de comportamentos. Como *elos causais*, os eventos privados atuam como *causas intermediárias*, e sua determinação estaria sempre relacionada, em última instância, a *variáveis ambientais (ou contextuais) públicas*, estas sim consideradas como “causas iniciais” ou “efetivas”. Contudo, salienta Catania, ignorar as causas intermediárias seria ignorar importantes níveis de análise, fundamentais para uma maior compreensão do comportamento.

2.3 – Correções do conceito de eventos privados

A partir das discussões sobre cada um dos aspectos indicados acerca do conceito de eventos privados e seu uso na análise e compreensão do comportamento, é possível construir de um panorama articulado dos argumentos na defesa desse conceito para compreensão fenômenos subjetivos no behaviorismo radical.

Nesse sentido, conforme aponta Tourinho (2007, p.8)

Podemos admitir que, com o conceito de eventos privados, a análise do comportamento deu um passo importante, ressaltando a particularidade de estímulos privados e respostas encobertas e sua importância em fenômenos referidos com aqueles termos. Todavia, nosso avanço talvez se limite a essa especificação, se usamos o conceito de eventos privados com a mesma amplitude semântica com que, na linguagem coloquial, usamos os conceitos emocionais. Nesse caso, avanços adicionais dependem, mais do que pode parecer à primeira vista, da construção de uma referência conceitual mais refinada.

Dessa forma, as análises conduzidas parecem indicar uma distinção importante: as argumentações apresentadas direcionam-se a uma tentativa de defesa do *conceito* de eventos privados com a superação da *teoria* de eventos privados. Isto é, por meio do refinamento do *conceito* (definição relacional e contextual) poder-se-ia mantê-lo como instrumento de análise útil, sem, aparentemente, implicar-se com as questões problemáticas (dualismos ontológico e epistemológico; dicotomias; “inobservabilidade por princípio”) trazidas por algumas noções antes vinculadas a ele, na chamada “*teoria* de eventos privados”.

Considerando as definições do conceito de eventos privados apontadas, indica-se, usando as palavras de Borba e Tourinho (2010), que este “é instrumental e coerente com o sistema explicativo analítico-comportamental, mas desde que essa resposta verbal seja emitida no contexto de uma compreensão relacional e funcional dos fenômenos comportamentais.” (p.291); ou seja, desde que usado na referência a estímulos ou respostas (compreensão funcional) circunstancialmente não passíveis de observação pública direta.

Nesse sentido, retomando as considerações acerca da defesa do conceito de eventos privados, afirma-se que eventos fisiológicos podem ser entendidos como eventos privados, desde que se configurem como estímulos ou respostas do organismo funcionalmente relacionados, desde que estejam envolvidos numa relação comportamental. O conhecimento sobre eventos fisiológicos possui, portanto, relevância para uma análise do comportamento, uma vez que diz respeito à base material, ao “substrato” do qual o comportamento é feito, mas não é suficiente nem esgota a análise. É a busca, primordialmente, pela compreensão dos princípios e mecanismo do estabelecimento da *relação* entre eventos que move a ciência do comportamento, e não a compreensão desses eventos em si.

Já relações comportamentais, simples ou complexas, bem como considerações disposicionais, em acordo com a argumentação desenvolvida, não se configuram como eventos privados (contrariando as posições de autores como Gongora & Abib, 2001; Anderson, et al, 1997; Borba & Tourinho, 2010). Tal proposição refletiria um erro categorial: eventos, sejam públicos, privados, fisiológicos etc., são ocorrências únicas, “localizadas” em um momento e espaço determinados; já comportamentos (simples ou complexos) e disposições são considerações (ou interpretações) acerca de relações entre eventos.

Assim, parafraseando Skinner (1945/1961), segundo a discussão desenvolvida ao longo destes dois primeiros capítulos, eventos privados deveriam ser compreendidos como: a) estímulos circunstancialmente não passíveis de observação pública direta funcionalmente relacionados com respostas do organismo; b) respostas circunstancialmente não passíveis de observação pública direta funcionalmente relacionadas com determinados estímulos; c) “nada mais além disso”.

De maneira semelhante, pode-se indicar que a compreensão da noção de privacidade mais adequada e coerente com a posição behaviorista radical (e com a definição apresentada acima) é a de uma “inobservabilidade pública direta circunstancial”, em acordo com grande parte das indicações skinnerianas e de autores da área dedicados a essa temática.

Em relação à pertinência do conceito à análise e compreensão do comportamento, pode-se concluir, baseando-se principalmente nas discussões apresentadas pelos trabalhos de Catania (2011), Marr (2011), Hineline (2011), Palmer (2011) e Schlinger (2011), que as considerações acerca dos eventos privados seriam produto do trabalho interpretativo de pesquisadores, baseando-se em dados e princípios empiricamente comprovados. Nesse sentido, mantém-se a indicação de que a abordagem dos eventos privados não só é pertinente a uma análise comportamental científica, como é uma de suas grandes marcas de distinção e avanço em relação às demais: incorporar o desafio de construir conhecimento científico sobre o comportamento humano incorporando eventos antes ignorados ou tratados de maneira não-científica (por meio de metáforas e/ou ficções explicativas) por outras abordagens e discursos (psicológicos ou não). Tal consideração marcaria também o reconhecimento da legitimidade e relevância não só dos eventos privados, mas também do método de estudo relativo aos fenômenos em que estes estão envolvidos – o trabalho interpretativo. Contudo, ressalta-se que tal método estaria sempre subordinado ao método empírico-experimental e seus resultados.

Por fim, com relação à participação de eventos privados na determinação de comportamentos, a partir das discussões apresentadas defende-se que estes eventos podem configurar-se como estímulos (discriminativos ou consequentes), ou ainda, como “produtores de estímulos” (respostas), atuando, dessa forma, diretamente na determinação do comportamento. Tal participação tem sido identificada, de maneira geral, como “causas intermediárias” ou “proximais”, ou ainda, “elos causais” em cadeias comportamentais. Mais especificamente, segundo essa compreensão, os eventos privados podem atuar como determinantes ou causas de comportamentos subsequentes, mas tais eventos, e a relação em que participam, funcionariam sempre como elos de uma cadeia comportamental mais complexa, com “elos” anteriores e posteriores, estabelecidos e mantidos, em última instância, pela relação entre estímulos e respostas públicas. As

“causas eficientes” do comportamento seriam, portanto, sempre determinadas e conhecidas a partir de eventos comportamentais (estímulos e respostas) públicos.

Assim sendo, a busca pelo conhecimento dos eventos privados e suas relações funcionais na cadeia comportamental é reconhecida como importante, fundamental em muitos contextos, para compreensão, previsão e controle efetivo de determinados repertórios. Porém, a compreensão destes eventos e de tais relações demandaria a análise de condições anteriores, envolvendo eventos públicos analisados com base em métodos empíricos (observacionais e experimentais).

Como concluem Borba e Tourinho (2010),

um conceito que remete à inobservabilidade de eventos só tem valor para a Análise do Comportamento porque a observabilidade pública é rejeitada como critério de verdade nesta disciplina, em favor da instrumentalidade e da coerência (cf. Tourinho & Neno, 2003). Mais do que diferenciar a Análise do Comportamento de outros sistemas behavioristas (cf. Baum, 2005; Carrara, 2005; Matos, 2001; Moore, 2001; Tourinho, 1999), essa perspectiva abre horizontes para uma abordagem original dos fenômenos psicológicos. (p.291)

CAPÍTULO III – ABANDONO DA TEORIA DE EVENTOS PRIVADOS NA EXPLICAÇÃO DA SUBJETIVIDADE

“O indivíduo é individual,
ele é diferente, mas é igual.”
Karnak

As discussões realizadas nos dois primeiros capítulos localizaram a discussão da subjetividade no behaviorismo radical junto a considerações relativas à noção de eventos privados. Contudo, também é notório a partir das análises apresentadas que a defesa desse conceito e a vinculação privacidade-subjetividade não têm se desenvolvido de maneira consensual na área.

Ainda assim, a *teoria dos eventos privados* é assumida como modelo de abordagem dos fenômenos subjetivos no behaviorismo radical, em grande parte das vezes pautando-se em indicações e referências à obra de Skinner (1945/1961, 1953/2003, 1957, 1969, 1974/1976, 1989/1991). Entretanto, como apontam Lopes e Abib (2003) e Lopes (2006a) esse não é o único modo de interpretação para o tema nos textos skinnerianos. Segundo esses autores, há muitos momentos em que Skinner trata de questões e fenômenos tradicionalmente designados como *subjetivos* ou *mentais* sem fazer menção à teoria ou conceito de eventos privados, abordando estes fenômenos em termos de relações comportamentais e disposições. A abordagem desses fenômenos por meio de considerações como probabilidades, comportamentos fracos ou de controle de estímulos incipientes, por exemplo, não traz qualquer alusão ou implicações com a noção de *eventos privados*.

A partir dessa constatação, Lopes (2006a) levanta a questão de que se no momento em que a teoria dos eventos privados deveria ser de extrema importância ela pode nem sequer ser mencionada, *qual a sua utilidade para o behaviorismo radical?*

Segundo Tourinho (2006), este parece ser o impasse colocado não apenas a pesquisadores do campo teórico do behaviorismo radical, mas também do campo prático da análise do comportamento, especialmente aos que atuam na área clínica. O autor argumenta que o tema dos “eventos privados”- conceito muitas vezes identificado às questões relativas aos fenômenos subjetivos - recebeu pouca atenção por parte dos analistas do comportamento até a década de 1990, quando pesquisadores e profissionais

da área clínica indicaram que “um tratamento mais avançado do que aquele delineado nos escritos de Skinner” (p.1) era necessário para enfrentar alguns problemas da área.

Assim, questionamentos e críticas feitas por autores de abordagens próximas (e.g. Rachlin, 1994, 2003, 2011; Ribes-Iñesta, 1982) ou de dentro do campo da análise do comportamento e do behaviorismo radical (e.g. Baum, 2011; Hayes & Fryling, 2009; Lopes, 2006a; Tourinho, 2006) têm apontado desde implicações filosóficas incompatíveis com o projeto behaviorista radical, até considerações com respeito à insuficiência do conceito de eventos privados para lidar com as demandas relativas a fenômenos subjetivos enfrentadas em áreas aplicadas (Tourinho, 2006).

Diante dessas indicações, Tourinho (2006) argumenta que a distinção público-privado na proposta skinneriana reproduz a lógica dualista, desenvolvida especialmente no contexto das contingências socioculturais da modernidade capitalista. Nessa mesma direção, para Lopes (2006a), a noção de privacidade representa uma “manobra mal sucedida para fundamentar”, inicialmente concebida como um apêndice a fim de responder a certas críticas, configurando, dessa forma, como um erro teórico que deve ser superado e abandonado.

Em vistas desses questionamentos, o presente capítulo apresenta análises de críticas endereçadas à noção de eventos privados, bem como as possibilidades e alcances de uma proposta alternativa que promova a desvinculação entre privacidade e subjetividade, mas que ainda mantenha-se alinhada a um projeto behaviorista radical coerente.

3.1 – Críticas a noções implicadas na teoria e conceito de eventos privados

3.1.1 - O compromisso com o descritivismo

A proposta skinneriana acerca dos eventos privados é apresentada por Abib (1982, 1997) como um avanço importante em relação a outras posições na tradição behaviorista, bem como uma proposta crítica contundente a modelos mentalistas. As críticas skinnerianas às demais propostas colocadas na cena psicológica concentram-se na *insuficiência ou irreduzibilidade* dos fenômenos psicológicos a estruturas fisiológicas, bem como na *impertinência científica* do emprego de construtos e modelos teóricos, uma

vez que estes se utilizam de metáforas redundantes ou que remetem a instâncias não físicas, impossíveis de ser observadas, medidas ou manipuladas.

Esse apego às premissas empíricas (experimentais) do objeto de estudo, como “possibilidade de traduzir enunciados teóricos em enunciados empíricos” (Abib, 1997, p.75), marcariam, segundo Abib, um compromisso com a tradição do descritivismo científico na construção do modelo operante skinneriano de compreensão do comportamento humano. Com isso, a proposta skinneriana seria herdeira de uma série de problemáticas implicadas nesta tradição descritivista (como a questão da acessibilidade ao objeto de estudo).

Tomando como exemplo a análise das proposições acerca do sentir (*to feel*), ou ainda, da relação entre “o ato de sentir” e “o que é sentido”, Abib (1982, 1997) pontua que Skinner avança ao considerar a participação de eventos privados – estímulos corporais acessíveis apenas ao próprio indivíduo antes ignorados ou relegados pelos behavioristas – na determinação do comportamento. Assim, “aquilo que é sentido” passa a ter lugar na explicação científica do comportamento.

Contudo, o autor brasileiro ressalta também que Skinner não oferece uma compreensão clara sobre “o ato de sentir”. Para Abib (1982), uma análise de trechos relacionados a esse assunto permite inferir que a posição skinneriana é de que o ato de sentir, mesmo tendo uma natureza física – uma vez que é efeito de eventos e relações que envolvem condições corporais que são físicas –, configura-se como um subproduto do comportamento, algo que não se caracteriza como observável, mensurável, manipulável e acessível e, “portanto, não tem força explicativa.” (p.97). Dessa forma, apresentar-se-ia o seguinte quadro: “O ato de sentir é (...) um efeito físico do comportamento e das condições corporais, mas o ato de sentir não é causa do comportamento. E neste ponto a posição de Skinner é claramente epifenomênica.” (Abib, 1982, p.99).

Tal conclusão basear-se-ia na compreensão do operacionismo proposto por Skinner, bem como do caráter empirista e pragmatista de sua proposta: uma vez que o ato de sentir não pode ser observado, medido, mensurado e acessado (premissas empiristas), as relações deste ato com o comportamento também não o seria; conseqüentemente, não seria possível a previsão e controle (premissas pragmatistas), nem o estabelecimento de

leis gerais para estes eventos. Em decorrência disso, o ato de sentir não poderia fazer parte da determinação, nem da explicação do comportamento.

Nesse sentido, a proposta skinneriana ainda manteria a problemática de não contemplar em seu modelo explicativo, “o que há de mais intuitivamente psicológico” (Abib, 1982, p.109), o *ato de sentir*, caracterizado como um *subproduto* do comportamento – um epifenômeno, de mesma e única natureza do comportamento, física, mas ainda um epifenômeno.

A defesa dessa proposição implicaria na compreensão de um caráter epifenomenal dos eventos privados em relação ao comportamento, apresentada por Skinner ao longo de quase toda sua obra (Abib, 1997). Nesse sentido, apesar de distinto do epifenomenalismo apresentado nas proposições de outros autores da tradição behaviorista (e “mais interessante” que estes, nas palavras de Abib, 1997), a proposta skinneriana ainda encontraria limitações para uma abordagem *mais completa*, ou da *totalidade* dos fenômenos subjetivos.

3.1.2 - O compromisso com o indutivismo

Abib (1997) aponta ainda para a caracterização da teoria do operante de Skinner como uma filosofia da ciência indutivista:

a teoria operante (...) é uma teoria científica no sentido da filosofia indutivista ingênua da ciência, porque seus termos e enunciados observacionais fornecem os fundamentos para a formulação de enunciados universais. Skinner observa determinada relação entre o ambiente e o comportamento, uma ou mais vezes, sob várias condições, e infere uma relação universal. (p.122)

Apresentando uma consideração crítica ao indutivismo científico, Abib (1997) chama atenção à noção de observação compreendida por esta posição, que por vezes parece ainda se manter em proposições skinnerianas: “a observação de um objeto implica na correspondência precisa, ponto a ponto, entre o objeto e a imagem retino-cortical que se forma no sistema nervoso” (Abib, 1997, p.117). Mais diretamente, essa compreensão representa uma concepção realista de que a observação refere-se ao acesso direto ao

mundo, compreensão que parece ter grande repercussão na constituição da noção de privacidade.

Frente a essa concepção, Abib (1997) desenvolve o argumento crítico de que não existe *acesso direto* ou *observação pura*, como *matéria prima* para uma interpretação e descrição posterior; ou seja, “observação é interpretação” (p.117). O ato de observação já seria influenciado, determinado, direcionado e constrangido por diversos fatores, como “a experiência cultural, a expectativa e o conhecimento da situação.” (p.117).

Nessa direção, Abib (1997) salienta o caráter inferencial e indireto do conhecimento na teoria skinneriana. Em vários trechos destaca-se que Skinner avança em relação às demais teorias descritivas do comportamento ao admitir e elaborar um conhecimento indireto e inferencial dos *eventos privados*. Porém, Abib (1997) chama atenção à consideração possível de que o conhecimento de eventos chamados “públicos” também seria indireto e inferencial: “a taxa de resposta modificou-se e, com base nisso, *infere-se* que a probabilidade do operante também se alterou.” (p.49, *itálico acrescentado*).

Essa tese crítica, também apresentada por Lopes (2006a), localiza a proposta científica de Skinner numa filosofia da ciência que traz implicações graves em seu desenvolvimento, em especial para o tratamento de questões relativas à subjetividade.

A questão da acessibilidade ao objeto de estudo teria sido construída em um panorama filosófico ligado a tradições como o dualismo, fisicalismo, realismo e positivismo lógico, distinto da perspectiva relacional pertinente ao behaviorismo radical (Lopes, 2006a). Portanto a problemática da acessibilidade configurar-se-ia como um *pseudo-problema* ao behaviorista radical, já que está baseada em pressupostos e paradigmas que não pertencem a suas bases filosóficas.

Outro elemento problemático também implicado nessa questão, segundo Lopes (2006a), refere-se ao *critério de verdade por consenso*, proveniente especialmente da posição empirista do positivismo lógico. Na raiz dessa concepção estaria a tese empirista de que uma mesma estimulação produziria sempre a mesma sensação – *princípio de constância*. Esse pressuposto, assumido pelas propostas positivistas e behavioristas metodológicas, seria incompatível com uma interpretação relacional.

Em uma compreensão relacional a exposição à mesma estimulação não é possível, uma vez que o estímulo constitui-se como tal na relação comportamental. Cada

organismo participa, momento a momento, de uma relação comportamental distinta; em cada situação, o estímulo, bem como as interações em que este está envolvido, é, por princípio, *única*⁵⁷.

Ainda com relação às influências problemáticas do empirismo na proposta skinneriana, Lopes (2006a) afirma que Skinner (1957) propõe uma desvinculação entre *descrição* (indicação de topografias) e *explicação* (construção de uma compreensão das condições em que os comportamentos ocorrem). Tal distinção permite inferir o argumento de que a descrição seria uma fase anterior e independente da explicação, uma *observação pura, direta* do objeto de estudo, que posteriormente serviria como “matéria-prima” para a construção de uma explicação, esta sim pautada em alguma teoria, em uma interpretação. A descrição diria respeito aos dados da realidade, observáveis e manipuláveis. A explicação diria respeito à formulação teórica, a interpretações *não-observáveis*.

Lopes (2006a) critica essa posição, indicando que, em uma análise comportamental, a *identificação e isolamento* (a *observação*), bem como a descrição dos eventos comportamentais, já são funcionais. Em outras palavras, a descrição dos eventos é interpretativa, pois o isolamento topográfico desses eventos já é feito a partir da atribuição de alguma função, da pressuposição de determinadas relações com eventos ambientais. “A interpretação prévia dos eventos comportamentais embasa-se na teoria de que há uma certa relação entre o movimento de um organismo e aspectos do ambiente.” (Lopes, 2006a, p.126). Os eventos ambientais são parte do mundo do observador, que *interpreta* que tais eventos participam do ambiente daquele que está se comportando, dirigindo a realização de “cortes topográficos” – identificação dos eventos comportamentais a serem descritos.

Diante dessa argumentação, para Lopes (2006a), é impossível a defesa de uma observação pura do mundo em uma posição behaviorista radical. A descrição já pressupõe uma interpretação e, sendo assim, *toda observação é dirigida por uma teoria*. Nesse sentido, assim como *perceber é interpretar, observar é interpretar*.

⁵⁷Reconhecendo que essa argumentação poderia conduzir ao questionamento sobre a (im)possibilidade de construção de *visões comuns* sobre os fenômenos, Lopes (2006a) aponta que uma solução para isso na perspectiva behaviorista radical se daria por meio da comunidade verbal. Para o autor, a comunidade verbal manteria uma coerência interna de interpretações – uma regulação das diferentes interpretações.

Lopes (2006a) apresenta ainda uma segunda crítica decorrente desta. O autor argumenta que a consideração da explicação como etapa posterior à descrição, referente a formulações teóricas de caráter não-observáveis, é questionável inclusive a partir de algumas indicações do próprio texto skinneriano. Para Lopes (2006a), encontra-se também em Skinner a tese de um caráter “não empírico” da definição de comportamento – a relação entre os eventos, no sentido da interpretação atribuída a estas relações como operantes, respondentes etc., não é algo observável em sentido empírico.

Nesse sentido, como aponta Abib (1997),

A teoria operante é também uma teoria científica no sentido da crítica dirigida à filosofia indutivista ingênua da ciência. Ela está em consonância com o indutivismo mais sofisticado e mais apurado que absorveu essa crítica – sem, contudo, abandonar a defesa da confirmação de hipóteses como um objetivo fundamental da ciência. Isso quer dizer que os termos e enunciados observacionais da teoria operante estão impregnados de teoria. Termos como estímulo, resposta, operante e enunciados observacionais referentes às contingências de reforço não são baseados apenas em observações, como Skinner também reconhece: ‘nenhuma declaração empírica é totalmente não teórica (...) porque a evidência nunca é completa’ (1968b, p.4). (Abib, 1997, p.123)

Buscando desenvolver uma proposta alternativa, Lopes (2006a) argumenta que a explicação do comportamento deve construir-se sem o emprego de eventos situados para além do campo comportamental. Dessa forma, explicar o comportamento é descrever-interpretar o funcionamento do *campo comportamental* (ou seja eventos, estados e processos comportamentais). A explicação deve ser dada em etapas, mas todas as etapas partilham o fato de serem descritivas e interpretativas, ao contrário da proposta skinneriana de separação desses processos. Nesse sentido, afirma-se não apenas que *observar é interpretar*, mas também que *interpretar é observar* – a relação comportamental pode ser considerada *observável*, desde que se entenda essa “observabilidade” como vinculado à noção de interpretação.

Novamente encontram-se aproximações entre a noção de privacidade e a compreensão empirista criticada. De acordo com a teoria de eventos privados, haveria eventos observáveis e interpretáveis (públicos); e outros somente interpretáveis (privados). Já na posição relacional supracitada, se toda observação é interpretação, e toda interpretação é observação, todos os fenômenos são observáveis. A “observabilidade” está na interpretação, e não fora, antes, ou além dela. Assim, a desvinculação entre observação e interpretação implicada em uma compreensão via eventos privados não faria sentido, pois a separação operada por essa posição realiza a divisão ou corte a partir da possibilidade de observação direta.

Dessa forma, apresentam-se a partir desses argumentos mais um indicativo da implicação da noção de eventos privados a tradições e pressupostos que não compactuam com um projeto coerente ao behaviorismo radical, fortalecendo a concepção desta como um erro a ser superado e abandonado (Lopes, 2006a).

3.2 - Subjetividade sem privacidade

3.2.1 - Explicação disposicional

Na proposição de uma compreensão alternativa à teoria de eventos privados, Lopes (2006a) destaca que a abordagem de fenômenos subjetivos no behaviorismo radical poderia ser pautado numa *explicação disposicional* do comportamento. Segundo o autor, esse tipo de explicação é empreendida por Skinner em diversos momentos de sua obra no tratamento de emoções, motivação e percepção.

Como indicado no primeiro capítulo do presente trabalho (p.14-17), o conceito de eventos privados não se identifica nem inclui disposições. Assim, reconhecendo-se que fenômenos subjetivos podem ser explicados por considerações disposicionais, mesmo em compreensões que defendam a teoria de eventos privados, uma explicação disposicional pode configurar-se como uma alternativa “isenta da privacidade” (ao que Moore (1995) refere-se como uma concepção “estritamente disposicional”). Nesse sentido, Lopes (2006a) indica a hipótese de que seria possível empreender um estudo da subjetividade no behaviorismo radical prescindindo da teoria dos eventos privados, uma vez que há momentos pertinentes a essa temática em que ela não é “sequer mencionada”.

Lopes (2006a) afirma que “no behaviorismo radical disposição é o mesmo que probabilidade” (p.39). Dessa forma, uma disposição refere-se a uma probabilidade de ocorrência, e não a uma ocorrência atual específica. A atualização de uma disposição, ou a ocorrência de uma resposta, é contingente a um determinado contexto, ou estimulação discriminativa.

Para Lopes, (2004, 2006a) este argumento é próximo de algumas considerações de Gilbert Ryle (1900-1976), autor inglês representante da filosofia analítica, que considerava que a tarefa da filosofia seria trazer a “clarificação” de conceitos e expressões “enganadoras”. Segundo Ryle (1949/1980), os termos mentais originalmente descreveriam disposições – probabilidade de uma pessoa comportar-se de determinada forma em um dado contexto. Nesse sentido, as disposições não seriam causa das respostas; as respostas seriam atualizações de uma determinada disposição.

Nessa direção, uma *explicação disposicional* referir-se-ia à *descrição* de disposições ou *estados comportamentais*. A proposta de explicação disposicional considera a probabilidade como um ente *real*, ou seja, não implica em discrepâncias entre epistemologia e metafísica. Ainda, a probabilidade é considerada como *imane*nte à relação comportamental e, por isso, a busca pelas “causas do comportamento”, característica do modelo causal mecanicista, poderia ser descartada desde o princípio da análise.

A explicação disposicional proposta dependeria de uma explicação funcional. Se por um lado toda resposta é uma atualização de uma probabilidade ou disposição, por outro é necessário que esta disposição seja atualizada por respostas para que se constitua como tal. Dois fatores comporiam as respostas: topografia (forma da resposta) e função (sentido da resposta). Dessa maneira, a descrição de uma resposta corresponderia à identificação de uma função atribuída à determinada topografia, sendo a análise funcional uma proposta de relação função-topografia.

A partir de um conjunto de análises funcionais, é possível verificar uma uniformidade ou padrão de relações entre eventos ambientais e respostas. Assim, é possível afirmar a constituição de uma classe ou padrão de respostas (um determinado estado ou disposição comportamental) por meio da identificação da repetição consistente

de uma relação (ou relações) resposta-consequência em determinado contexto, indicando uma probabilidade de que respostas parecidas sejam emitidas.

Lopes (2004) ainda aponta que as disposições (e, conseqüentemente, os operantes) não são observáveis, em uma acepção empirista. Contudo, a afirmação de que o operante não é observável não implica na consideração de uma metafísica transcendente: “o operante não é um evento que está para além do dado empírico (...) ele é um estado e como tal não pode ser qualificado por adjetivos como observável ou inobservável” (Lopes, 2004, p.42).

Para o autor, tal consideração leva a possibilidade de o behaviorismo radical desconstruir dicotomias clássicas da psicologia, como observável/inobservável, público/privado, interno/externo, da forma como colocadas pela tradição empirista. Sendo o operante uma interpretação para compreensão de eventos relativos e imanentes ao campo comportamental, essas dicotomias não se colocariam, uma vez que estes eventos não se enquadram à categoria de observabilidade proposta pelo empirismo. Conseqüentemente, também não se enquadram à classificação público/privado decorrente dessa noção. Além disso, sendo definidos todos *dentro* do campo comportamental, todos os eventos são *internos*, não havendo nada externo ou transcendente.

Outra conseqüência apontada seria o abandono de um modelo determinista causal, com a justificativa de que o fenômeno comportamental é probabilístico (ou disposicional), possibilitando, por mais essa via, o afastamento de tradições filosóficas como o empirismo e o positivismo lógico, e aproximando-se de um modelo de ciência pós-empirista e pós-moderno.

É justamente nesse sentido que Lopes (2006a) argumenta que o afastamento de Skinner do modelo de explicação disposicional, dando maior destaque a abordagem de fenômenos subjetivos *via teoria de eventos privados*, abriria espaço para o desenvolvimento de explicações comprometidas como o *modelo de explicação causal*.

Como dito, a teoria de eventos privados parece carregar consigo compreensões problemáticas, como a questão da acessibilidade, a separação entre observação, descrição e interpretação, pertinentes a uma posição empirista. Já na proposta disposicional essas questões não se colocam. A probabilidade (disposição) é compreendida a partir do trabalho interpretativo, e não de uma observação como acesso direto; não há distinção

entre objetos acessados diretamente e objetos acessados apenas indiretamente – a distinção público-privado é inútil e impertinente.

Sendo assim, a compreensão disposicional distanciar-se-ia desde sua raiz das questões problemáticas apontadas, trazendo em si uma compreensão relacional tanto das possibilidades de conhecimento (vinculação entre observação-interpretação-descrição), quanto do objeto de estudo (comportamento como relação funcional entre elementos que se constituem dessa forma apenas a partir da participação nessa relação).

3.2.2 - *Projeto fundacional behaviorista radical – metafísica relacional imanentista*

Tais argumentos e possibilidades de uma explicação disposicional dos fenômenos subjetivos encontram eco na discussão sobre o *projeto fundacional* do behaviorismo radical, proposto por Lopes (2005, 2006a).

Segundo Lopes (2005), *projeto fundacional* refere-se a um método de interpretação que implica a consideração da filiação de uma teoria a determinadas tradições filosóficas, ao mesmo tempo que impossibilita sua filiação a outras, por questões de coerência teórica. Esse método de interpretação se mostra coerente com uma compreensão behaviorista radical, considerando a indicação de Skinner (1957) de que “quando estudamos grandes obras, estudamos o efeito sobre nós dos registros remanescentes do comportamento dos homens. É o nosso comportamento com respeito a estes registros o que observamos; nós estudamos nosso pensamento, não o deles.”⁵⁸ (p. 452).

Próximo a essa discussão, Lopes (2004) afirma que na busca por uma explicação para o comportamento, a escolha de uma dentre as possíveis considerações e perspectivas leva a adoção de uma *metafísica*, entendida aqui como uma *visão-de-mundo*: um conjunto de pressupostos, compartilhado por pessoas pertencentes a uma mesma comunidade. As propostas de compreensão e explicação do comportamento apresentariam, assim, uma metafísica, ou seja, um conjunto de pressupostos a partir dos quais esta compreensão constitui-se e se organiza. Contudo, nem sempre uma teoria adota uma metafísica totalmente coerente – uma mesma teoria passa a admitir mais de uma

⁵⁸ “When we study great works, we study the effect upon us of surviving records of the behavior of men. It is our behavior with respect to such records which we observe; we study our thought, not theirs.” (Skinner, 1957, p.452)

interpretação possível. Assim, a partir do projeto fundacional proposto, selecionar-se-ia uma dentre as interpretações possíveis, excluindo, ao mesmo, as demais.

Indicando uma interpretação de projeto fundacional para o behaviorismo radical, Lopes (2004, 2005, 2006a) argumenta que a proposta skinneriana não apenas não se filia, mas configura-se como proposta crítica e de superação em relação a teorias dualistas, fisicalistas e do positivismo lógico. O não pertencimento do behaviorismo radical às tradições filosóficas citadas é bastante reconhecido e difundido (Moore, 1995, 2009; Sério, 2005), inclusive pelo próprio Skinner (1945/1961, 1953/2003, 1974/1976).

De acordo com esse raciocínio, uma vez que a teoria de eventos privados está baseada na questão da acessibilidade ao objeto de estudo (os eventos privados são eventos inacessíveis à observação pública direta), questão pertencente a tradições que não fazem parte do projeto fundacional do behaviorismo radical, a teoria de eventos privados não está de acordo com esse projeto. Sendo assim, mais uma vez aponta-se para a possibilidade, ou ainda, necessidade de abandonar tal teoria na construção de um projeto behaviorista radical coerente.

Argumentando em sentido de uma proposta alternativa, Lopes (2006a) defende que, ao se constituir como a filosofia de uma ciência do comportamento (Skinner, 1945/1961, 1953/2003, 1974/1976), o behaviorismo radical também apresenta uma metafísica (nos termos descritos acima), que estrutura a compreensão dos fatos estudados pela *análise do comportamento*. Para o autor brasileiro, considerando a relação de interdependência entre os termos da definição do comportamento, o behaviorismo radical apresentaria uma *metafísica relacional*.

De acordo com essa posição, o comportamento é compreendido como relação entre organismo e ambiente. O comportamento está *entre* o organismo e o ambiente. O comportamento *pertence* ao organismo, mas não está no organismo; além disso, a relação também *pertence* ao ambiente na medida em que as atividades sensório-motoras modificam e são modificadas pelo ambiente. O ente primordial dessa metafísica, portanto, é a *relação*, e todo resto só pode ser compreendido a partir dela – “se tudo que existe é imanente ao comportamento, e se o que existe são apenas relações, o comportamento só pode ser relação.” (Lopes, 2006a, p.56).

Nesse sentido o *conteúdo* do comportamento seria a *atividade de um organismo como um todo, uma coordenação sensório-motora que ocorre na relação com um ambiente*. Essa compreensão conduz a crítica da concepção de que órgãos motores e sensoriais específicos desempenhariam atividades puramente sensoriais ou puramente motoras, que se associariam no sistema nervoso central – argumento associacionista. Para o projeto behaviorista radical, conforme apresentado por Lopes (2006a), não há como falar em atividades motoras e sensoriais isoladas. Mesmo a “atuação” dos órgãos especializados constituem-se em inter-relações. Toda ação é controlada e dirigida pelo perceber e sentir – toda resposta é uma “*resposta-em-relação-a-um-estímulo*”, e todo estímulo é um “*estímulo-em-relação-a-uma-resposta*” (Lopes, 2006a, p.68).

Demonstra-se, a partir desses argumentos, o *relacionismo* pertinente ao behaviorismo radical, que se contrapõem ao *realismo* (ao negar a anterioridade do estímulo), e também ao *idealismo* (ao negar que o estímulo seja *criado* pela resposta). Portanto, a partir da consideração dessa *metafísica relacional*, o behaviorismo radical superaria a discussão entre realismo e idealismo, recolocando, em sua busca pela compreensão do comportamento, o sujeito na relação com o mundo.

Estímulos e respostas seriam conceitos funcionais, isto é, não existiriam fora da relação comportamental. O estímulo discriminativo não é uma entidade imutável, nem externa à relação comportamental, nem interna no sentido de uma construção mental. Da mesma forma, não há um reforçador em si – a constituição de um estímulo depende do arranjo das contingências. Assim, a construção da função dos estímulos e do padrão de respostas do organismo em relação aos estímulos se dá no tempo – depende dos processos comportamentais. De forma mais incisiva, tudo é *imane*nte ao comportamento, tudo pode ser explicado em termos de comportamento – essa seria a *radicalidade* do behaviorismo radical (Lopes, 2006a).

A interpretação do behaviorismo radical defendida embasa-se, portanto, numa metafísica relacional e *imane*ntista – preza pela imanência na explicação do comportamento, excluindo qualquer entidade *transcendente* à relação comportamental. Desse movimento, resulta um afastamento do behaviorismo radical de doutrinas como substancialismo, fisicalismo, realismo, idealismo, positivismo lógico, externalismo e

internalismo, abrindo caminho para diálogos com tradições de pensamento pragmatista, filosofia analítica e hermenêutica.

Além disso, a teoria de eventos privados, ao menos em sua concepção tradicional (vinculada a noções de privacidade em princípio e interioridade), seria inconciliável com uma interpretação relacional do behaviorismo radical, uma vez que se fundamentaria na consideração do estímulo como entidade com características (observável/inobservável – público/privado) definidas *a priori* e de maneira “independente” ou transcendente à relação comportamental.

3.2.3 - *Continuum de complexidade*

Na mesma direção do questionamento da pertinência da dicotomia público-privado em uma compreensão behaviorista radical, Tourinho (2006) argumenta que a transposição dessas categorias, historicamente compreendidas em uma análise sociológica das relações interpessoais (dimensões política, social, econômica), para a abordagem de fenômenos psicológicos, acaba por conduzir a uma cisão do indivíduo (e do sujeito), “e com isso passamos a operar com a mesma lógica dualista subjacente ao cartesianismo” (p.119).

O autor afirma que, como relações, os comportamentos não se caracterizam como fenômenos públicos ou privados, “mas [como] fenômenos de maior [ou menor] complexidade dos quais podem participar estímulos públicos e respostas encobertas.” (Tourinho, 2006, p.119).

Ao propor um modelo para o tratamento desta temática, Tourinho (2006, 2007) afirma que sentimentos e emoções só podem ser tratados como relações. Nesse sentido, não é possível reduzi-los às condições anatomofisiológicas:

ao indagar se o responder (público ou privado) pode ou não ser determinado por emoções e sentimentos, o que podemos estar examinando é (a) que relações definem uma emoção ou sentimento específico e (b) como essas relações variam com respeito ao grau de complexidade e se entrelaçam com outras relações comportamentais. (Tourinho, 2006, p.126)

A complexidade proposta por Tourinho seria constituída com referência ao entrelaçamento de diferentes relações e de diferentes níveis de seleção. A partir do modelo de seleção pelas consequências (Skinner, 1981, 1990), e do argumento de Donahoe e Palmer (1994, p.22), de que “a complexidade é o resultado cumulativo de processos seletivos repetidos”, Tourinho (2006, 2007) propõe a noção de um *continuum de complexidade* dos fenômenos comportamentais: “Fenômenos mais complexos são aqueles que incluem relações produzidas por um nível adicional de determinação.” (Tourinho, 2006, p.128).

Essa noção de complexidade indica a variação dos fenômenos em um *continuum* entre comportamentos determinados apenas filogeneticamente e comportamentos constituídos pelo entrelaçamento de relações resultantes de variáveis dos três níveis. Tal proposição é interessante, pois possibilita a substituição da dicotomia público-privado, e toda sua problemática já apontada, por uma noção que envolve conceitos e proposições pautadas na consideração dos fenômenos psicológicos (ou comportamentais) como relacionais.

O que chamamos de medo, por exemplo, inclui conjuntos muito variados (em extensão e complexidade) de relações comportamentais. (...) Dizemos que crianças tem medo de ficar sozinhas, que Cebolinha tem medo da Mônica e que jornalistas tem medo de políticos (...) Em cada situação, estamos diante de um fenômeno com determinado grau de complexidade. A noção de "*inclusividade*" é importante para assinalar que *fenômenos mais complexos diferem tanto quanto incluem relações adicionais*. O medo mais complexo, no qual se identificam relações produzidas por um nível cultural de determinação, não se limita a isso; inclui relações produzidas nos níveis filogenético e ontogenético de determinação (o que tem implicações importantes para a identificação do alcance da intervenção verbal e não verbal em Psicologia). (p.131-132, itálicos do original)

Essas discussões trazem à tona também a questão do papel da fisiologia na explicação destes fenômenos, sempre com o “fantasma do reducionismo” pairando sobre proposições materialistas-fisicalistas.

Tourinho et al. (2000) aborda tal questão de maneira detalhada, apontando as aproximações entre as propostas de Kantor e Skinner, e a relevância de ambas na busca pela construção de uma compreensão e superação de reducionismo fisicalista. Tourinho (2006) reforça a tese de que em uma análise comportamental, é sempre o organismo como um todo (ou seja, todos os seus sistemas orgânicos) que está envolvido na relação comportamental. Em suma,

quanto mais complexo um sentimento, mais variável e menos importante sua fisiologia para a definição do fenômeno. E a medida em que a fisiologia se mostra mais variável e menos relevante como propriedade de um fenômeno relativo à privacidade, é a análise comportamental, não a fisiológica, que produzirá uma compreensão do fenômeno. (Tourinho, 2006, p.144-145)

Assim, tratando o comportamento a partir da noção de um *continuum de complexidade*, ou ainda, como um fenômeno complexo resultante do entrelaçamento de relações constituídas em diferentes níveis de seleção, as concepções arraigadas na teoria de eventos privados (dualismo, realismo, fisicalismo) parecem ser superadas, podendo, no limite, ser abandonadas.

3.2.4 - O conceito de comportamento (evento, estado e processo)

Em outro movimento na proposição de uma abordagem alternativa para a subjetividade no behaviorismo radical, não implicada com uma teoria e conceito de eventos privados, Lopes (2006a) apresenta algumas considerações sobre o conceito de comportamento.

Em uma dessas considerações, Lopes (2006a, 2006b) propõe uma definição indicando três *formas* (não como sinônimo de *topografia*, mas como antônimo de *conteúdo*) que comporiam o conceito de comportamento – *evento* (ou *episódio*), *estado* e *processo*:

- Evento (ou episódio): episódios comportamentais⁵⁹ compreendem a inter-relação entre *eventos comportamentais* (respostas) e *eventos ambientais* (estímulo antecedente e consequência). A descrição de eventos comportamentais (em relação a sua topografia e função) é o primeiro passo de uma ciência do comportamento. Eventos comportamentais (respostas) não se identificam com comportamento e devem ser considerados sempre em relação aos eventos ambientais, como uma unidade. A definição dos eventos comportamentais se dá a partir de interpretações da relação destes com eventos ambientais, e vice-versa (Lopes, 2006b).

- Estado: o *estado comportamental* refere-se a uma *disposição* para agir – uma tendência ou capacidade para fazê-lo; uma *probabilidade* de responder. Como todo organismo é sempre ativo, no sentido de que não há intervalos sem comportamento, sempre encontramos a atuação de estados comportamentais. O interesse do analista do comportamento está nas regularidades que podem ser extraídas das ocorrências de comportamentos. A identificação de regularidades permite a interpretação (ou observação, no sentido discutido nas seções anteriores) de probabilidades de determinados comportamentos, ou seja, de disposições ou estados comportamentais. A descrição dos estados comportamentais explica as respostas presentes, passadas e futuras através da identificação de similaridades funcionais entre as respostas.

Nesse sentido, um episódio comportamental é uma ocorrência que atualiza uma probabilidade (ou estado); não decorre disso nenhuma relação causal – a probabilidade não é causa do comportamento, nem a ocorrência causa a probabilidade. A ocorrência atualiza um estado (ou probabilidade), e a probabilidade é constituída pela regularidade de episódios comportamentais de um determinado tipo (ocorrências).

- Processo: os *processos comportamentais* (contingências de reforçamento e punição; aprendizagem, discriminação, generalização, abstração) explicam as mudanças no responder – a construção, manutenção, extinção e substituição de estados comportamentais. Possibilitam ainda a intervenção (alteração, manutenção) do *fluxo comportamental*. Os processos seriam uma ponte entre episódios comportamentais e

⁵⁹ Lopes (2006, 2006b) usa o termo “evento comportamental” para designar o que em um texto posterior (Lopes, 2008) chama de “episódio comportamental”; esta alteração parece ser realizada com intuito de auxiliar na compreensão e distinção desse conceito em relação ao conceito “eventos comportamentais” utilizado em sentido de “respostas”.

estados comportamentais, introduzindo o caráter fluido e mutável na definição de comportamento (Lopes, 2006a, 2006b).

O comportamento, portanto, seria definido como a articulação, ou inter-relação, entre *episódios comportamentais* (unidade composta pela relação entre eventos comportamentais e eventos ambientais), *estados comportamentais* e *processos comportamentais*. Os episódios são atualizações de estados, que são, por sua vez, constituídos a partir de processos comportamentais.

Lopes (2006a) argumenta que essa definição implica na adoção de um modelo explicativo que consiste na descrição da inter-relação entre eventos, estados e processos. A explicação partiria da compreensão do comportamento como *atividade de um organismo como um todo* em relação com o *ambiente*. Essa atividade é tomada como constante e ininterrupta (não há intervalos temporais sem comportamento) – *fluxo comportamental*. A explicação se daria, então, em três etapas.

A *explicação funcional* refere-se à *identificação* (também numa acepção vinculada à noção de interpretação) e *separação* dos eventos comportamentais compreendidos no fluxo comportamental, isto é, relacionando-se as unidades topográficas comportamentais (respostas) com os eventos ambientais (estímulos e consequências).

Em seguida, construir-se-ia uma descrição de regularidades funcionais, padrões do responder, indicativos de estados comportamentais. Esse trabalho comporia uma *explicação disposicional* (como apresentada nas seções anteriores), ou seja, identificação e análise das regularidades dos episódios comportamentais.

Por fim, levantando-se os processos comportamentais envolvidos na determinação dos estados, estabelecer-se-ia uma *explicação dinâmica* – reconstrução do fluxo comportamental introduzindo os processos responsáveis pela manutenção ou mudança dos estados.

Os processos comportamentais atuam, nessa compreensão, de maneira sistemática na relação entre eventos ambientais e comportamentais mantida no tempo, tendo como resultado alterações no responder de um organismo e, conseqüentemente, nos estados comportamentais. Nesse sentido, a explicação dinâmica sobrepõe-se aos outros dois tipos, elucidando tanto os estados quanto os eventos por meio de sua função. De fato, a explicação dinâmica pressupõe a explicação disposicional, que, por sua vez, pressupõe as

considerações sobre as relações funcionais. A qualificação dinâmica denota ainda a importância da consideração da dimensão temporal – o comportamento se dá em um fluxo contínuo (“mutável e evanescente”, como aponta Skinner, 1953/2003), compreendido por meio da relação entre eventos comportamentais, eventos ambientais, estados comportamentais e processos comportamentais.

Essa explicação em três níveis comporia, para Lopes (2006a, 2006b), um modelo compatível com o behaviorismo radical. As explicações em cada nível começam com interpretações guiadas por uma teoria científica e hipóteses iniciais. Não há desvinculação entre descrição e explicação, nem explicação e interpretação (contrapondo-se a Skinner 1953/2003, 1957). Assim, o modelo explicativo proposto afasta-se de compreensões causais tradicionais, encontradas nas tradições filosóficas implicadas na questão da acessibilidade e, por conseguinte, da privacidade.

3.2.5 - *Suscetibilidade e sentimento (sensing e feeling)*

Outra consideração feita por Lopes (2006a) refere-se à compreensão do comportamento como relação sensório-motora, na qual a suscetibilidade a um *campo estimulacional* (Lopes, 2006a, p. 40; p.45) é indissociável à ação do organismo. As contingências de sobrevivência teriam selecionado o comportamento como uma *coordenação sensório-motora*, e a evolução desse *sensing* (suscetibilidade) na relação comportamental seria responsável pelo aparecimento dos diferentes tipos de comportamento. O aumento do alcance da suscetibilidade ao contexto teria ampliado o grau de determinação do comportamento pelas características e, principalmente, estabilidade dos contextos.

Com a evolução dos organismos, junto a sua complexificação teria surgido também uma atividade fisiológica responsável pela economia interna do organismo (Skinner, 1953/2003, 1969, 1974/1976). Essa capacidade de “automanutenção” definiria o que é um ser vivo – uma unidade *autopoietica* (Maturana e Varela, 1984/2002). Dessa forma, o que diferenciaria um organismo primitivo de um mais evoluído seria a complexidade da forma como este mantém seu equilíbrio interno.

Organismos mais complexos passam a responder a atividades fisiológicas localizadas. Nesse sentido, essas atividades adquirem função de estímulos na relação

entre o organismo e sua fisiologia. De maneira geral, tais estímulos são identificados a partir da classificação do sistema nervoso envolvido na atividade fisiológica – *exteroceptivo, interoceptivo e proprioceptivo*. Skinner (1953/2003, 1974/1976) adota essa mesma classificação em tipos de estímulos, referindo-se muitas vezes a eventos privados como estímulos interoceptivos ou proprioceptivos. Para Lopes (2006a) tal postura é problemática e incompatível com o projeto behaviorista radical, pois compartilha a deficiência de induzir a consideração de que o estímulo é *recebido* pelo organismo, e não *constituído* como tal *na relação* com organismo. Tal classificação e conceitos estariam atrelados a uma interpretação fisiológica de estímulo, uma vez que não se definem a partir da função deste em relação a respostas, mas em relação à atividade de parte do organismo.

Como apontado anteriormente, para Lopes (2006a) a definição de qualquer termo (nesse caso, do estímulo) deve ser relacional e imanente à relação comportamental – todo estímulo é “*interno*”, pois não há estímulo fora da relação comportamental. Assim, uma definição que se baseie na *localização* dos estímulos não faz sentido no behaviorismo radical.

De acordo com a perspectiva proposta por Lopes (2006a), consideram-se *estímulos percebidos* como *discriminações por atividades sensório-motoras localizadas* (órgão dos sentidos); e *estímulos sentidos*, como *discriminações sem a participação de órgãos especializados*. Essa separação seria fruto da complexificação dos organismos, a partir da ação das contingências de sobrevivência – em algumas espécies, apenas organismos capazes de sentir a atividade dos órgãos teriam sobrevivido.

Dessa forma, sentir pode ser entendido como *discriminar*. Nesse caso, o estímulo discriminativo está relacionado com a atividade fisiológica do organismo e essa discriminação não se dá através de órgãos especializados. *Sentir* significa *responder discriminativamente a estímulos constituídos na relação entre a atividade global do organismo e atividades fisiológicas especializadas*. Encarado dessa maneira, não apenas o que é sentido (condições corporais), mas também o ato de sentir passa a ser assunto de interesse (e passível de estudo) para o behaviorismo radical e análise do comportamento, uma vez que se baseia na consideração de relações envolvendo a atividade do organismo como um todo. Destaca-se a importância de tal movimento, ao se possibilitar a inclusão

do “ato de sentir”, até então “inalcançado” pela proposta skinneriana (Abib, 1982), em uma compreensão comportamental.

3.2.6 - *Subjetividade e linguagem*

Uma das principais questões colocadas em relação aos sentimentos (*feelings*), contudo parece ainda se manter, mesmo com as críticas e propostas alternativas apresentadas. Essa questão refere-se ao relato dos sentimentos, uma das principais temáticas em que Skinner recorre à teoria de eventos privados. Em diversos momentos Skinner (1945/1961, 1953/2003, 1974/1976, 1989/1991) encaminha essa questão a partir da consideração de estratégias de acesso indireto utilizadas pela comunidade verbal para inferir e ensinar a discriminação e descrição de eventos privados (sentimentos, por exemplo) a seus membros.

Discutindo a proposta de Skinner (1989/1991) sobre respostas verbais autodescritivas, Tourinho (2006) ressalta o valor da proposição do autor estadunidense de que estas respostas poderiam ficar parcialmente sob controle de “estímulos privados” – estímulos gerados no próprio corpo do indivíduo. O destaque aqui, porém, é para o caráter *parcial*, que implica na participação de eventos públicos. Tourinho assinala, dessa forma, a dependência da correlação com estímulos públicos para que estímulos privados exerçam algum controle sobre respostas de autodescrição, seja por correlações, seja por relações na formação de uma classe.

Tendo em vista o funcionamento da linguagem, isto é, a dependência do comportamento verbal relativa a contingências sociais, o controle de respostas verbais por estímulos privados não se descola das contingências baseadas em estímulos públicos (isto é não passa a independe destes) apenas porque ocasionalmente a resposta é emitida sob controle de estímulos privados relacionados. A transferência de controle [de estímulos públicos para estímulos privados] (...) não é absoluta, muito menos definitiva. O controle eventual de respostas verbais por estímulos privados só é possível porque o repertório verbal é mantido por reforço intermitente, este sempre baseado em estímulos públicos. Disso resulta que nossos conceitos de emoções e sentimentos não descrevem e não

podem descrever ocorrências essencialmente privadas (...) os conceitos que dispomos descrevem eventos ou fenômenos sempre dotados de dimensões públicas. (Tourinho, 2006, p.117)

Nessa direção, Tourinho (2006) destaca a importância do terceiro nível de seleção para o desenvolvimento e consideração do que tratamos por subjetividade (ou fenômenos subjetivos), destacando o papel fundamental de uma comunidade verbal que arranje contingências para que o indivíduo discrimine e seja capaz de descrever seu “mundo interno”. Essa colocação é bastante condizente com as afirmações skinnerianas de que é apenas quando a comunidade se interessa pelo que o indivíduo sente que isto passa a ser possível e importante também para o indivíduo.

Entretanto, Tourinho também reconhece que essa compreensão dos relatos acerca de certos fenômenos (como emoções) parece basear-se na compreensão de uma “(im)possível (ou supostamente desejável) correspondência” entre linguagem e subjetividade (Tourinho, 2006, p.114), mantendo espaço para concepções problemáticas, como a concepção referencialista da linguagem. Em acordo com tal compreensão, a descrição de uma emoção seria uma referência a um determinado evento privado. É nesse sentido que, para a teoria de eventos privados, o conhecimento e relato sobre os eventos privados são menos precisos que o conhecimento e relato de eventos públicos, pois o acesso aos referentes por parte da comunidade que ensina as discriminações e descrições está “mais prejudicado” no primeiro caso que no último. Tal concepção mostra-se totalmente incoerente com a própria teoria do comportamento verbal skinneriana, na qual comportamento verbal trata-se de um comportamento como qualquer outro, “construído” e emitido em acordo com relações de contingências entre eventos ambientais e comportamentais, e não a expressão de algo que pré-existe ou está para além da relação comportamental.

Soma-se a essa indicação a consideração do argumento apresentado por Lopes (2006a) de que se uma dor de dente é tão física quanto uma máquina de escrever, como diz Skinner (1945/1961), pode-se também afirmar que uma máquina de escrever é tão subjetiva quanto uma dor de dente. O sentido proposto é que não há uma ligação “mais direta” entre a resposta verbal para “máquina de escrever” que para “dor de dente”.

Ambos os casos dependem de contingências sociais arranjadas para que o indivíduo emita tais respostas sob controle de eventos ou fenômenos específicos.

Nesse sentido, como afirma Tourinho (2006),

os conceitos emocionais não descrevem algo que existe antes e independentemente do comportamento verbal; ao contrário, com a aquisição do comportamento verbal é que as emoções, enquanto fenômenos experimentados pelo indivíduo na relação do consigo mesmo, isto é, as emoções enquanto fenômenos que incluem o responder verbal sob controle do próprio corpo, passam a existir. Essa é a subjetividade de que falamos quando nos referimos aos conceitos psicológicos. (p.132-133)

Tal afirmação implica na consideração da vinculação necessária entre subjetividade e linguagem, ou seja, na consideração da não existência da subjetividade na ausência da linguagem. Como o próprio autor discute, esta afirmação pode ser questionada pelo fato de que expressões do que chamamos de sentimentos são observados em seres que não possuem linguagem, como bebês ou mesmos animais não-humanos. Contudo, Tourinho (2006) ressalta que a atribuição não só do “nome”, mas também dos “significados” das expressões são feitos por seres verbais – “somos nós, seres verbais, que atribuímos tristeza à criança pré-verbal ou a animais infra-humanos.” (p.133) E acrescenta: “Para a própria criança, o ‘estar triste’ enquanto resposta verbal não existe como parte de sua tristeza.” (p.133)

Diante desses argumentos, Tourinho retoma a interpretação dos fenômenos subjetivos como “dispostos” num continuum de complexidade. As experiências que envolvem apenas relações dos níveis filogenético e ontogenético poderiam ser encontradas em organismos pré-verbais. Porém, experiências que em geral compõem a subjetividade referida em boa parte dos fenômenos psicológicos envolvem relações mais complexas, incluindo contingências de nível cultural, possíveis apenas com participação de linguagem:

o componente verbal, quando existe, não simplesmente descreve a emoção, ele é parte da emoção. Essa emoção que inclui relações verbais produzidas pelo terceiro nível de determinação do comportamento só existe para seres humanos verbais expostos a determinadas contingências culturais. *A cultura que produziu a noção de subjetividade é a mesma que promove essas autodescrições e, por isso também, justifica-se a compreensão de que o conceito de subjetividade está ligado a esse grau mais avançado de complexidade de emoções e sentimentos.* (p.134, itálicos acrescidos)

Dessa maneira, podemos argumentar que Tourinho (2006) defende não apenas que os fenômenos subjetivos são desenvolvidos com participação primordial do nível cultural, mas que este tipo de subjetividade vivenciada na atualidade é fruto de práticas culturais específicas.

Salientando também a importância da dimensão cultural na determinação dos fenômenos subjetivos, bem como para a compreensão destes, Lopes (2006a) destaca que o contexto para que a teoria dos eventos privados floresça surge quando uma comunidade verbal desconsidera as contingências que controlam o comportamento de uma pessoa. Nesse sentido, a identificação entre as noções de privacidade, interioridade e subjetividade instaura-se ou quando a comunidade é mentalista; ou quando a comunidade é incapaz de considerar determinadas contingências.

Adotando uma postura distinta da indicação skinneriana mais tradicional (via teoria de eventos privados), Lopes (2006a) argumenta que as deficiências nos relatos dos sentimentos (*feelings*) não são indicativos da *privacidade* dos estímulos sentidos, mas da incapacidade da comunidade verbal em ensinar a relação entre *contingências* e *o que é sentido*. Para o autor brasileiro, a comunidade ensina como uma pessoa sente e percebe – como está seu corpo – a partir dos estímulos corporais percebidos por quem ensina (nos casos de comportamentos abertos), ou exclusivamente por meio das contingências que estão operando no momento (nos casos de comportamentos encobertos), mas em nenhum dos casos quem ensina *acessa diretamente* o estímulo discriminativo envolvido. Esse processo só será problemático (impreciso) se a comunidade em questão não admitir a *relação entre contingências e estímulos sentidos*. Partindo-se do *porquê* determinado

estímulo é sentido, ou seja, das contingências envolvidas na constituição deste estímulo como um estímulo discriminativo, é possível saber *como* a pessoa deve sentir-se em determinada situação.

Apesar de não ser a forma mais recorrente no texto skinneriano, tal compreensão é plausível com algumas indicações do autor, como na afirmação de que “Eis a posição comportamentalista: volta aos eventos ambientais antecedentes para explicar o que alguém faz e, ao mesmo tempo, o que essa pessoa sente enquanto faz alguma coisa.” (Skinner, 1989/1991, p.103)

Assim, admitindo que o corpo dita a função dos estímulos percebidos e sentidos (condições corporais), Lopes (2006a) afirma que podemos falar de um estudo dos sentimentos (*feelings*) sem invocar a teoria dos eventos privados.

Como discutido, a teoria dos eventos privados admite um conceito fisicalista de estímulo – os estímulos sentidos têm uma função específica e imutável. Nessa concepção, para o ensino da discriminação verbal, o estímulo precisa ser acessado pela comunidade (direta ou indiretamente), preocupando-se com o ensino de uma *discriminação verbal pura* do que é sentido. Essa posição demonstra compromissos (além da problemática da acessibilidade) com uma concepção de perceber, sentir e agir como atos independentes, que poderiam ocorrer separadamente, bem como com uma compreensão referencialista de significado – ambas incompatíveis com o projeto behaviorista radical discutido.

Já a proposta desenvolvida por Lopes (2006a) considera o estímulo como um *conceito funcional*, definido na relação comportamental, que é complexa e inextrincável, ou seja, implica na conjunção de *perceber-sentir-agir*. Por conta disso, de acordo com essa proposta, a comunidade verbal deve admitir a subordinação dos *feelings* ao corpo – deve ensinar a discriminação verbal do corpo – levando em consideração não apenas os eventos (comportamentais e ambientais), mas também os estados e processos pertinentes ao comportamento. Dessa forma, o relato do que é sentido é entendido como uma atualização de um estado. A compreensão do estado explica o que é relatado, não no sentido de que apresenta as causas, pois para esta concepção explicar não é buscar causas, mas sim uma interpretação da inter-relação entre os eventos, estados e processos comportamentais no tempo.

3.2.7 - Mundo, organismo e corpo

Articulando mais elementos à proposta de uma abordagem da subjetividade sem recorrer à noção de privacidade, Lopes (2006a) salienta a análise do comportamento perceptivo, retomando a asserção de Skinner (1974/1976) de que *ver não requer a coisa vista*, podendo ocorrer mediante estímulos discriminativos não específicos ou usuais. De acordo com essa compreensão, a alta probabilidade de responder, alterada de acordo com os estados motivacionais, acaba por superar a especificidade do estímulo construída por contingências naturais e verbais estáveis. A dificuldade da análise nesses casos é que ela deve compor a história do(s) processo(s) responsável(eis) pela quebra da especificidade do estímulo. Reconhece-se, também a partir dessa perspectiva, que processos envolvidos no *ver-na-ausência-da-coisa-vista* não produzem um perceber exatamente igual ao “ver comum”, mas comportamentos com forças distintas (Lopes, 2006a).

Em uma concepção behaviorista radical na qual tudo se define a partir das relações comportamentais, o “contato” com o ambiente é mediado pelo comportamento. Nesse sentido, Lopes (2006a) indica que o *mundo* de uma pessoa seriam discriminações verbais (comportamentos) de como a pessoa percebe o ambiente. Sempre que percebe com consciência, o mundo da pessoa medeia o contato com o ambiente. Sendo assim, ou *se age sem consciência no ambiente*, ou *se age com consciência em seu mundo*.

Dessa maneira, as atividades humanas que envolvem consciência constituem-se a partir do mundo e não do ambiente, de onde se conclui que o ambiente nunca pode ser conscientemente conhecido. Nesse sentido todo conhecimento consciente é subjetivo na medida em que depende do mundo de quem se comporta. Mas a origem desse tipo de conhecimento está no ambiente, ou ainda, na comunidade verbal – o mundo do sujeito, portanto, passa pelo crivo de uma comunidade verbal.

Nesse sentido, para Lopes (2006a), o mundo de uma pessoa pode ser considerado como *experiência e realidade* ao mesmo tempo. Porém não uma *experiência privada*; nem uma *realidade em si*. O mundo diz respeito à discriminação de como a pessoa percebe, ensinada e mantida por uma comunidade verbal interessada⁶⁰.

⁶⁰ Ou seja, uma comunidade verbal cujas praticas voltadas para promoção de repertórios descritivos dos indivíduos em relação a seus próprios comportamentos, inclusive perceptivos, tem sido selecionadas e mantidas.

Assim, nessa perspectiva, a proposta behaviorista radical não compactua com o *realismo*, pois considera que o “contato” com ambiente é mediado pelo *mundo* (comportamento verbal) de cada pessoa. Ao mesmo tempo, afasta-se do *idealismo*, pois nega que o mundo seja uma experiência privada, uma vez que depende de discriminações aprendidas e emitidas em acordo com contingências socialmente arranjadas.

Lopes (2006a) argumenta que justamente pelo fato de a ação do comportamento verbal se dar por meio da mediação de um ambiente social, ou seja, implicar na dependência de um *outro*, é que a *consciência* emerge:

Suponhamos que uma pessoa que já possui um repertório verbal esteja submetida a determinado estado motivacional (privação ou estimulação aversiva), mas sozinha (na ausência do ‘outro’). Em um caso como esse, é provável que essa pessoa torne-se ouvinte dela mesma, que desempenhe o papel do ‘outro’. (p.198)

Dessa maneira, considera-se que uma pessoa “tem consciência” de seu comportamento perceptivo quando ela apresenta respostas verbais discriminativas sob controle de estímulos discriminativos percebidos. Nesse sentido, pode-se dizer que “ela passa a ficar sob controle do seu mundo” (p.198), sob controle de estímulos cuja discriminação, e *ação em relação a*, foram aprendidos em seu desenvolvimento no seio de uma comunidade verbal. A consciência e autodescrição, ao contrário de serem indicativos ou fortalecedores de um caráter privatista da experiência, na verdade atestam a dimensão relacional e interpessoal dos fenômenos subjetivos.

Seguindo a exploração de uma proposta alternativa para questões relativas aos sentimentos, bem como a aproximação a questões sobre o *eu (self)*, Lopes (2006a) apresenta considerações sobre os conceitos de *corpo* e *organismo*.

O autor brasileiro retoma a afirmação de Skinner (1953/2003), de que o ambiente definir-se-ia como “qualquer evento no universo capaz de afetar o organismo.” (p. 257). A partir dessa definição skinneriana, pode-se considerar o corpo como parte do ambiente, uma vez que se encontram considerações de Skinner admitindo que condições corporais podem assumir função de estímulos. Além disso, entende-se também que sendo parte do ambiente, o *corpo* não se identifica com conceito de *organismo*.

Lopes (2006a) argumenta que do ponto de vista comportamental alguns estímulos podem *estar* no corpo. Em organismos evoluídos, como já indicado, sentir é responder a estímulos corporais. Dessa forma, é inútil a essa perspectiva uma localização precisa dos estímulos *sentidos*, contrariando algumas indicações de Skinner (1969, 1974/1976) que, como discutido anteriormente, apontam para uma relação obrigatória entre fisiologia e comportamento através do(s) sistema(s) nervoso(s) (interoceptivo e proprioceptivos).

Os organismos complexos, portanto, são capazes de responder discriminativamente aos estímulos presentes antes, durante e depois da emissão da resposta, não apenas a estímulos percebidos, mas também a estímulos sentidos. Ainda, no caso de organismos complexos, qualquer comportamento conta com a participação conjunta de estímulos percebidos e sentidos.

Lopes (2006a) discute que a importância da participação dos estímulos sentidos ora é evidenciada (“a condição sentida como ansiedade passa a funcionar como um segundo estímulo aversivo condicionado” – Skinner, 1989/1991, p.19) ora é negligenciada (“os feelings são meros produtos colaterais das condições responsáveis pelo comportamento”⁶¹ – Skinner, 1974/1976, p.52) na obra de Skinner. O autor brasileiro critica tal postura, argumentando que os estímulos sentidos *sempre* participam do comportamento.

Além disso, Lopes (2006a) argumenta ainda que segundo o projeto proposto, não se parte do organismo para definir comportamento, mas sim do comportamento para definir organismo: comportamento é atividade do organismo como um todo. Sendo assim, o organismo seria tomado como uma *organização* (“relações que devem ocorrer entre os componentes de algo para que seja possível reconhecê-lo como membro de uma classe” – Maturana & Varela, 1984/2002, p.54) relativa ao comportamento: uma *organização sensório-motora*. Como o comportamento é atividade do organismo como um todo, o estudo comportamental do organismo refere-se ao estudo do comportamento – deve-se focar a *atividade do organismo como um todo* mais que o (ou, ao invés do) organismo. Diante de tal argumentação, o *organismo* tornar-se-ia um conceito desnecessário na análise do comportamento, delimitando-o como objeto de estudo da fisiologia.

⁶¹ “The feelings are merely collateral products of the conditions responsible for the behavior.” (p.52)

Já o conceito de *corpo* continuaria a ter sua importância reconhecida em uma análise comportamental. Tomado como *atividade do organismo percebida e sentida*, o corpo depende da atividade do organismo, mas não se identifica a ele. Ainda, nessa perspectiva, o corpo configura-se não apenas como parte do ambiente, mas como *a parte mais estável do ambiente*: “(...) o seu próprio corpo é a única parte do ambiente que permanece a mesma (*idem*) de momento a momento e dia após dia.”⁶² (Skinner, 1971, p.198)

Essa “parte mais estável do ambiente” (o corpo), argumenta Lopes (2006a), é anterior à discriminação verbal. Conforme as discussões conduzidas pelo autor, discriminar verbalmente o corpo não se identifica a relatar o que é sentido (algum suposto “evento privado”), mas sim relatar o *agir-com-o-corpo*, que envolve a *relação entre estímulos percebidos e sentidos*.

Considerando que a função dos estímulos sentidos é subordinada à função do corpo, o problema da acessibilidade ao que é sentido não se coloca. Como argumentado anteriormente, para ensinar a discriminação verbal do corpo, a comunidade não precisa se preocupar com estratégias indiretas para acessar os estímulos sentidos: “o comportamento expressa *diretamente* como a pessoa está se sentindo (Köhler, 1929/1970). Estímulos percebidos e sentidos têm uma mesma função atribuída pelas contingências.” (Lopes, 2006a, p.109). Assim, como um *complexo multideterminado por estímulos sentidos e percebidos*, o corpo apresenta propriedades comuns entre sua ação (*o que o corpo faz*) e seus sentimentos (*como os estímulos são sentidos*).

Para Lopes (2006a), a comunidade verbal modelaria o relato verbal sob controle de estímulos percebidos e sentidos ao mesmo tempo e, por isso, não precisaria lançar mão de estratégias indiretas para acessar o que é sentido. Essa seria uma maneira de evitar a problemática da acessibilidade, bem como a atribuição de interioridade ou privacidade em relação a fenômenos subjetivos. O conceito de corpo como “complexo multideterminado”, formado através de um conjunto de estímulos que ocorrem ao mesmo tempo em um mesmo “lugar”, refere-se a um todo coeso que não pode ser dividido. Em direção oposta,

⁶² “(...) his own body is the only part of his environment which remains the same (*idem*) from moment to moment and day to day.” (Skinner, 1971, p.198)

A tentativa de classificar o corpo diante da dicotomia público-privado não só destrói a unidade corpo, como desconsidera seu processo de constituição. O fato de estímulos percebidos e sentidos estarem envolvidos na construção do corpo não legitima a separação desses estímulos como modos distintos de entrar em contato com o corpo. Responder ao corpo é responder ao todo, não a um conjunto isolado de estímulos desconectados. (Lopes, 2006a, p.142-143)

Lopes (2006a) discute ainda que desde o início o comportamento se dá com o corpo. A vinculação entre este e o comportar-se seria responsável pelo corpo ser considerado *meu corpo*. Nesse sentido, o autor indica uma “correção” a Skinner (1971, p.198), afirmando que o corpo é *ele mesmo* dia após dia, e não “*o mesmo* dia após dia”: “A atribuição do pronome possessivo meu para designar um corpo fundamenta-se na coordenação sensório-motora: a pessoa sente e percebe seu corpo ao mesmo tempo, à medida que se comporta.” (Lopes, 2006a, p.142)

O corpo é sentido e percebido ao mesmo tempo, enquanto outras parte do ambiente são apenas percebidas. Essa diferença constitui uma contingência discriminativa, que também contribui para a distinção entre o eu e o não-eu (sujeito e objetos). Ainda, é o corpo o responsável pela continuidade sentida no *fluxo comportamental*. A participação dos *feelings* é fundamental, como estímulos continuamente sentidos *no mesmo “lugar”*. As mudanças naturais do corpo são comumente “externas” e lentas. Mesmo quando bruscas, a continuidade da estimulação *sentida* impede que se considere o corpo como diferente do que era antes da mudança. Para a continuidade do fluxo, e conseqüentemente para a identidade pessoal, portanto, é mais importante sentir que perceber. Não há corpo somente percebido – quando há falhas na propriocepção ou interocepção não há corpo.

Resta, porém, a questão sobre “Quem sente o corpo?”. Uma vez que o organismo foi considerado um conceito dispensável, tal papel não pode ser atribuído a ele. A proposta alternativa à teoria de eventos privados para abordagem dos fenômenos subjetivos encontra-se, enfim, com uma discussão da noção de *sujeito*.

3.2.8 - O *self* imanente ao comportamento

De acordo com o projeto apresentado, corpo e mundo são conceitos fundamentais para abordagem dos fenômenos subjetivos. Ainda, segundo Lopes (2006a), tais conceitos são próprios do sujeito. Nesse sentido, não há possibilidade de um estudo da subjetividade sem estudar o sujeito; logo, o behaviorismo radical não pode abster-se da problemática do *self*. Porém, como identificar o *self* dentro do campo comportamental?

De maneira próxima à posição jamesiana apresentada por Abib (1999), Lopes (2006a) argumenta que diferentes propostas filosóficas pertinentes ao sujeito não chegam a contemplar satisfatoriamente o *sujeito psicológico* (o sentido reflexivo do *self* – o que posso conhecer sobre mim mesmo). No *substancialismo* esse sujeito é barrado pelo método da dúvida hiperbólica; no *transcendentalismo* (kantiano), o sujeito psicológico não pode fundamentar o conhecimento, pois é produto deste. Já no *associacionismo*, não se pode transcender a experiência, e o fluxo de percepções não revela nenhum *eu*, nenhum sujeito psicológico.

Discutindo tais concepções e apresentando uma proposta alternativa, Lopes (2006a) considera que a defesa da realidade do sujeito psicológico se dá pela construção de uma teoria do *self imanente ao comportamento*, compatível com os pressupostos do behaviorismo radical. Essa *teoria comportamental imanentista* impede a filiação do behaviorismo radical ao *substancialismo* (não recorre a algo – substância ou entidade – que não pertença ao campo comportamental) e ao *empirismo*, pois o campo comportamental não é totalmente empírico-observável (os estados, processos e mesmo eventos comportamentais são considerados “ferramentas conceituais”⁶³, e não “dados de realidade”). Além disso, o *ego puro* (transcendentalismo) não participa da discussão sobre o *self* nesse contexto, pois todas as instâncias ou elementos envolvidos só são definidos na relação comportamental – não há nada que seja anterior a ela. Dessa forma, não há razão para se defender um eu transcendental, uma vez que a subordinação é do sujeito em relação ao comportamento, e não o contrário.

Para Lopes (2006a), o conceito de repertório comportamental identifica-se, em certa medida, com o estado-sujeito. O autor indica vir do próprio Skinner (1974/1976,

⁶³ Nesse sentido, Lopes (2006) indica que esta proposta de modelo explicativo do behaviorismo radical aproxima-se do instrumentalismo científico.

p.164) essa conclusão: “um self ou personalidade é na melhor das hipóteses um repertório de comportamento dado por um conjunto organizado de contingências.”⁶⁴

Considerando a participação de um estado (repertório) no conceito de *self*, segundo Lopes (2006a), admite-se que esse estado é instalado e mantido por um conjunto de contingências, e que há eventos comportamentais (respostas) que atualizam esse estado-sujeito. Tais eventos não seriam respostas independentes entre si, mas sim um “*sistema de respostas funcionalmente unificadas*” como indicado por Skinner (1953/2003, p. 312).

Dessa forma, o *self* não é identificado apenas com o estado-sujeito, mas incluiria também um conjunto de contingências, que criam e mantêm o estado-sujeito, e um sistema de respostas funcionalmente unificadas – atualizações desse estado. O *self* seria um *conjunto funcional* composto pelo estado-sujeito, contingências estáveis e um sistema de respostas, todos inter-relacionados.

Skinner (1989/1991) apresenta considerações revisando o conceito de *self* proposto inicialmente (Skinner 1953/2003), distinguindo-o do conceito de “pessoa”: “a pessoa, na qualidade de repertório de comportamento, pode ser observada pelos outros; o eu, como uma predisposição que acompanha estados internos, é observado apenas dos sentimentos ou da introspecção.” Skinner (1989/1991, p.44-45)

Lopes (2006a) destaca que esse trecho poderia ser considerado como uma defesa da importância da teoria de eventos privados para o estudo do *self*, voltando a identificar *privacidade e interioridade à subjetividade*. Por outro lado, para o autor brasileiro, esse trecho serviria para evidenciar, mais uma vez, a fragilidade dessa proposta. A primeira falha seria considerar o repertório comportamental como “público”, no sentido de *observável*, em uma compreensão empirista. Se repertório é um estado, não podemos classificá-lo nestes moldes (como “observável”) sem incorrer em um erro categorial – o caráter observacional pertenceria ao âmbito das ocorrências, não de estados.

Além disso, Skinner propõe que o *self* só poderia ser acessado pela pessoa através da introspecção ou ato de sentir (*feeling*). No entanto, levando-se em conta a participação do corpo na constituição do *self*, argumenta-se que ele (*self*) não é apenas sentido, mas também percebido. Assim, a distinção entre pessoa e *self* não equivale à dicotomia

⁶⁴ “A self or personality is at best a repertoire of behavior imparted by a organized set of contingencies.” (p.164)

observável-sentido proposta por Skinner. Ambos os eventos estariam submetidos a contingências e, portanto, o conhecimento de ambos é produto de interpretações destas.

Para Lopes (2006a), a diferença refere-se, então, ao fato de que o *self* envolve a *identidade pessoal* – o próprio indivíduo se percebe como *ele mesmo*; já a *pessoa* envolve a *identidade social* – considerações de uma identidade construída e atribuída pelos outros. Reconhece-se, contudo, que a identidade pessoal depende em grande parte da identidade social.

Por tratar-se de um estado, a manutenção do sujeito dependeria de contingências ou processos comportamentais estáveis. As mudanças no repertório durante a vida de uma pessoa, em diferentes momentos, levaria a diferentes estados-sujeitos. Contudo, como em geral tais mudanças se dão de maneira gradual e contínua, uma identidade entre estes diferentes estados-sujeitos seria mantida no tempo.

Lopes (2006a) argumenta ainda que o estado-sujeito não é inato. Seria possível pensar, nesse sentido, um período inicial em que o estado-sujeito ainda não estaria constituído. Contudo, a exposição às contingências naturais e verbais envolvidas na discriminação do *self (eu)* ocorreria desde muito cedo. Uma das principais condições para constituição do *eu* seria justamente a relação com o *não-eu*.

Mais uma vez, o sujeito seria compreendido como um estado estável, mantido por um conjunto de contingências estáveis (naturais e sociais), e atualizado por um sistema unificado de respostas. A perda de alguma dessas “fontes” (contingências naturais – propriocepção do corpo; ou sociais – ensino de discriminações e descrições, por exemplo) implicaria na perturbação da identidade pessoal, da continuidade do sujeito.

Em suma, na proposta apresentada por Lopes (2006a), o sujeito pode ser identificado com um *estado comportamental* duradouro. Essa estabilidade indica uma característica fundamental do *fluxo comportamental* no qual o estado-sujeito está “inserido” – sua continuidade. Compreende-se que o fluxo comportamental é dinâmico, está em constante mudança. Contudo, a presença do estado-sujeito revela que há continuidades e regularidades dentro desse fluxo de mudanças. O funcionamento do fluxo comportamental implica, assim, em duas características aparentemente antagônicas – mudança e continuidade. Cabe questionar, dessa forma, como essas mudanças do fluxo

não fazem com que o sujeito perca sua identidade (aquilo que o caracteriza como sujeito, e como sujeito singular).

3.2.9 - *Relação entre selves*

Tradicionalmente, a busca por garantias da continuidade e identidade do sujeito frente à fluidez e dinamicidade do fluxo comportamental marcam retornos a concepções substancialistas ou transcendentalistas. Frente a isso, Lopes (2006a) reconhece que a proposição do *self* como relação entre sistemas de respostas parece ainda demandar alguns esclarecimentos, principalmente à luz da consideração de que o behaviorismo radical critica a existência de um agente iniciador do comportamento (*self, eu, mente, cérebro*).

Sendo o conceito de *self* imanente ao comportamento, evita-se a noção de *self interior*, e passa-se a tratar da relação entre sistemas de respostas como uma relação comportamental – um *eu* (sistema superior) e um *me* (sistema inferior), mais uma vez aproximando-se à proposta jamesiana (cf. Abib, 1999). Confirma-se, nesse sentido, o tratamento do *self* como comportamento – compreensão também sugerida no texto skinneriano: “Mas o sistema controlador também é em si mesmo comportamento”⁶⁵ (Skinner, 1957, p.313).

Para Lopes (2006a), o conceito de comportamento behaviorista radical, entendido como um processo, aproxima-se da proposta de *fluxo de pensamento* jamesiana. Dessa forma, uma abordagem alternativa do *self* poderia ser construída a partir de aproximações em relação à proposta de James (1890/1950), na qual o *self* é compreendido como imanente ao *fluxo do pensamento*.

Por outro lado, ao recorrer à introspecção e aos sentimentos para compreensão do *eu* (“predisposições que acompanham estados internos”), parece consolidar-se na proposta de Skinner (1989/1991) a consideração da participação de eventos privados em uma teoria sobre o *self*.

Nesse ponto, Lopes (2006a) baseia-se em um diálogo com outra tradição do pensamento psicológico – a *Gestalttheorie* – para sustentar a argumentação de uma

⁶⁵ “But the controlling system is itself also behavior.” (Skinner, 1957, p.313)

proposta alternativa à skinneriana. Utilizando-se da metáfora do comportamento de ver, defende-se que o *eu* configura-se como um dos objetos no “campo visual”. A característica diferencial do *eu* em relação a estes outros objetos é que ele está presente em todas as percepções (estabilidade); porém, por ser sentido e percebido *antes* que os demais objetos, é erroneamente identificado como agente do comportamento.

Dessa maneira, Lopes (2006a) defende a concepção do *eu* aproximando-a da noção de corpo (complexo multideterminado por estímulos sentidos e percebidos) – da mesma forma que se vê uma caneta, vê-se o *eu*, e por isso seria possível uma explicação do *eu* através dos mesmos encaminhamentos propostos ao comportamento perceptivo, com a desvinculação entre subjetividade e privacidade. Dito de outra forma, da mesma maneira que a explicação para a discriminação e comportamentos em relação a uma caneta é construída por um determinado conjunto de contingências, assim também o seria em relação ao *eu*. A explicação para a identificação e descrição do que chamamos de *eu* encontram-se nas contingências (estáveis, naturais e sociais), e não em um caráter *íntimo*, *interior* ou, enfim, *privado*.

Em um último movimento, Lopes (2006a) retoma a consideração inicialmente proposta por James e absorvida por boa parte da literatura sobre *self* de uma diferenciação entre *eu* e *me*.

O *eu*, como pronome do caso reto, indica uma função subjetiva (sujeito); já o *me*, pronome do caso oblíquo, indica uma função objetiva (objeto). Dessa forma, partindo-se de uma análise em nível gramatical para uma discussão ontológica dos termos *eu* e *me*, dois tipos de *selves* são indicados: um objetivo (*me*) e outro subjetivo (*eu*).

No nível pré-verbal, argumenta Lopes (2006a), não haveria separação entre *eu* e *me*. Dessa forma, na ausência do comportamento verbal o corpo é ao mesmo tempo objetivo e subjetivo. Há um autoconhecimento primitivo, que parte da identidade pessoal fundamentada exclusivamente no corpo. Esse autoconhecimento primitivo consiste em *agir-com-o-corpo*, sem a participação da consciência (discriminação e descrição). Uma função exclusivamente subjetiva do *self* só aparece com o comportamento verbal, a partir do qual o autoconhecimento é alterado. A primeira mudança é o distanciamento em relação à ação prática. Surge a *consciência do meu corpo*, que viabiliza contemplar a atividade desse corpo.

Partindo das considerações apresentadas, Lopes (2006a) afirma que o *eu* é o *comportamento verbal que conhece*, entre outras coisas, o *corpo*, que na relação com o *eu* torna-se parte do *me*. O autoconhecimento surge como a possibilidade de que o comportamento verbal (*eu*) conheça os diferentes subsistemas do *self* (*me*). Na medida em que esses subsistemas que compõem o *me* são objetos, pode-se dizer que o *me* identifica-se com o *mundo* e, conseqüentemente, o *eu* conhece o *mundo*. Como resultado disso, o *mundo* passa a ser considerado como uma espécie de posse do *eu* (*meu mundo*).

O autor ressalta ainda que essa dinâmica *eu-me* é encontrada em Skinner (1957) a partir da consideração de que partes do comportamento de um organismo (no caso, o *me*) poderiam atuar como variáveis controladoras de outras partes (o *eu*). De maneira bastante próxima a proposta de James, o autor brasileiro afirma que quando um *self* é “substituído” por outro, algumas das variáveis são mantidas – o *eu atual* conhece não só o *me*, conhecido pelo *eu anterior*, mas também o próprio *eu anterior*. Configura-se, assim, um *fluxo de “eus”*, onde o *eu atual* não pode ser conhecido agora, mas o poderá quando for substituído pelo próximo (isto é, quando se tornar parte do *me*), da mesma forma como no fluxo de pensamento jamesiano (Abib, 1999).

A percepção da manutenção das qualidades físicas do organismo seria uma das características responsáveis pela percepção por outras pessoas da continuidade do *self*, mas o que controlaria de maneira mais acentuada essa noção de continuidade seria o reconhecimento social da *identidade de uma pessoa*, isto é, de um *padrão comportamental*. O estabelecimento da identidade social, embora não despreze os estados comportamentais transitórios, estaria fundamentado nos estados estáveis, responsáveis pela caracterização da personalidade de uma pessoa. Nesse sentido, a mudança de um padrão comportamental estável pode ser suficiente para que uma pessoa deixe de ser reconhecida como “a mesma”.

Em resumo, no nível pré-verbal *self* identifica-se com *corpo que age*. Com o comportamento verbal, o *self* passa a ter uma parte subjetiva (*eu*) e outra objetiva (*me*). A subjetividade, nesse sentido, está relacionada à discussão do *eu* e do *me*, ou ainda, da dinâmica e processos nos quais o *eu*, parte do fluxo comportamental, torna-se *me*.

3.3 - *Subjetividade como produto de práticas culturais*

Em diversos momentos da apresentação da proposta de abordagem dos fenômenos subjetivos sem recorrer ou implicar-se com uma teoria de eventos privados, salientou-se o caráter destacado do nível cultural. Seja na construção e modulação de repertórios do que se identifica comumente como expressões de fenômenos subjetivos (expressão de emoções, sentimentos, pensamentos, propósitos etc.), seja na construção de condições e ocasiões para o conhecimento desses fenômenos, seja ainda na constituição do sujeito ao qual tais fenômenos são relativos ao serem denominados *subjetivos (self – eu e me)*, contingências socioculturais parecem apresentar um certo protagonismo no que se indica regularmente como subjetividade.

Explorando mais profundamente essa tese – caráter cultural da subjetividade – Tourinho (2006) analisa alguns aspectos marcantes da compreensão de fenômenos relacionados à experiência ocidental moderna e contemporânea de subjetividade: *expressão de emoções e sentimentos, individualização, autonomia e autocontrole.*

3.3.1 - *A variabilidade de emoções e sentimentos entre culturas*

Abordando a temática das emoções e sentimentos, Tourinho (2006) considera algumas questões trazidas sobre a discussão de um caráter “inato” ou “universal” *versus* um caráter predominantemente “cultural” dos sentimentos. O autor indica que “sofisticadas teorias [podem ser] encontradas em uma literatura de Psicologia das emoções” (p.135). Diante de alguns argumentos de parte a parte (“caráter universal” – Ekman, 1999/2004; Banaco, 1999; Millenson, 1967/1975 *VS* “caráter cultural” – Mesquita e Walker, 2003), o autor procura ressaltar a interpretação das emoções e sentimentos a partir do *continuum de complexidade*, relativo ao envolvimento dos diferentes níveis de seleção. Dessa forma, não se nega a existência de experiências emocionais de base filogenética. Mais que isso, ressalta-se que os produtos desse nível são a base e/ou os limites para as experiências nos outros níveis. Contudo, entende-se que a manifestação de emoções e sentimentos é modulada e modificada (em diferentes graus) por contingências dos níveis ontogenético e cultural.

variáveis culturais produzem sentimentos diversos, mas limitados por um aparato produzido filogeneticamente. Alguns sentimentos podem ser mais o produto dessas variáveis culturais e outros podem estar mais próximos daquela base filogenética. Desse modo, um sentimento será mais diferenciado entre culturas quanto mais se apresentar como relações produzidas por variáveis culturais específicas. Em outra direção, algumas emoções referidas como emoções básicas (cf. Ekman, 1999/2004), serão menos variáveis entre culturas, na medida em que se apresentem apenas (ou predominantemente) como relações produzidas por variáveis seletivas filogenéticas. Dessa perspectiva, sentimentos e emoções variam ao longo do mesmo continuum de complexidade descrito anteriormente, localizando-se em diferentes pontos desse continuum, dependendo do quanto dele participam relações produzidas filogeneticamente, ontogeneticamente ou culturalmente.” (Tourinho, 2006, p.140-141)

As variáveis culturais teriam ainda um apelo “especial”, pois modelariam o comportamento dos indivíduos a partir das consequências para o grupo, e não apenas para o indivíduo. Por isso, Tourinho (2006) afirma que “é necessário olhar para o responder humano como parte de um sistema mais complexo do que simplesmente o que representam enquanto ação do indivíduo.” (p.146)

Esta afirmação traz uma importante consideração não apenas de um *reconhecimento*, mas de uma implicação da própria teoria analítico-comportamental com a compreensão dos aspectos complexos do caráter social/cultural do comportamento humano, questão da qual muitas vezes a análise do comportamento é acusada de negligenciar. Dando exemplo dessa implicação, Tourinho (2006) escreve:

Mesmo quando um indivíduo formula isoladamente um enunciado sobre uma parcela qualquer da realidade, um Robinson Crusóé qualquer, que explique a cor de seus sapatos, ou o trajeto dos astros, esse fenômeno será inteligível apenas à luz de sua história ambiental. Onde há linguagem (e só com ela o Robinson Crusóé pode formular qualquer descrição da realidade) há mediação social, há relações

específicas com parcelas da realidade que se tornaram diferenciadas para o homem por força de sua exposição a ambientes sociais sofisticados. (p.146-147)

Ainda ressaltando a importância da dimensão cultural, Tourinho (2006) salienta que mesmo nos casos em que condições corporais (que podem ser consideradas “únicas” ou “particulares” dos indivíduos) têm grande participação na caracterização e determinação de um comportamento, estas condições tornam-se “inteligíveis apenas como parte de arranjos complexos de contingências” (p.147), produzidas por ambientes sociais que promovem a auto-observação e responder diferenciado.

Para Tourinho (2006), é justamente este caráter complexo, envolvendo diferentes níveis de seleção, que “cria” as condições para uma enganadora compreensão privatista, que delimita no indivíduo (ou em alguma dimensão obscura deste), os fenômenos subjetivos:

Do mesmo modo que a complexidade das relações de interdependência dificulta a percepção das ligações com os outros homens e mulheres (cf. Elias, 1994/1987), a complexidade das contingências que promovem uma diferenciação das condições corporais em relações emocionais favorece uma visão da emoção como ocorrência *do* ou *no* indivíduo. (Tourinho, 2006, p.147)

3.3.2 - *Individualização*

Nessa mesma direção, Tourinho (2006) chama atenção ao fato de que a noção de privacidade comumente relacionada aos fenômenos subjetivos desenvolveu-se fortemente a partir de um *processo de individualização*, produto da organização sociocultural no Renascimento e na Modernidade. O autor resalta que esse processo não se refere ao fato de haver diferenças e singularidades entre as pessoas, mas sim às contingências sociais e históricas que estão relacionadas a um maior foco e importância para determinadas diferenças ou processos de diferenciação, características das sociedades de mercado:

Homens e mulheres sempre foram diferentes uns dos outros, em muitos aspectos, e isso, em outros contextos culturais, não deu origem ao conceito de indivíduo, a

conjuntos de práticas e crenças baseados na auto-imagem do *homo-clausus*, enfim, a uma cultura individualista e subjetivista. Quando a diferenciação se torna muito importante, o que muda não é o fato de que atributos pessoais diferem, mas o fato de que relações de contingências importantes na vida cotidiana se transformam. (Tourinho, 2006, p.162)

Segundo o autor, indicações do reconhecimento do “caráter idiossincrático das relações comportamentais que resultam da história ambiental particular de cada organismo” (Tourinho, 2006, p.162) são bastante presentes no texto skinneriano, inclusive diretamente para defender-se de críticas aparentemente ingênuas ou infundadas de que a análise do comportamento negaria a singularidade das pessoas (e.g. Skinner, 1974/1976). Não obstante, tais indicações são em geral acompanhadas da interessante ressalva crítica de que esta singularidade não torna o indivíduo “senhor de seu destino como pessoa, do destino de sua espécie, ou do destino de seu grupo.” (Tourinho, 2006, p.163)

Entretanto, Tourinho aponta também o que considera ser uma distinção problemática na obra skinneriana. Skinner (1971, p.209, por exemplo) identifica o indivíduo como um “locus”, um ponto de encontro de diversas variáveis relativas aos três níveis de seleção (filogênese, ontogênese e cultura), ou ainda, “um produto singular do encontro destas histórias”. Porém, como apontado anteriormente, no texto “O eu iniciador”, Skinner (1989/1991) indica uma distinção entre os conceitos de “pessoa” – o repertório produto dos processos seletivos (indicado até então); e “eu” – compreendido como “um conjunto de estados internos que acompanham o comportamento” (Skinner, 1989/1991, p.28). Nessa perspectiva, o *self* deixa de ser compreendido como um conjunto articulado de repertórios comportamentais (“um produto singular do encontro destas histórias”) e passa a ser considerado como um conjunto de “condições corporais” discriminados a partir de contingências culturais. Assim como indicado na discussão sobre o self a partir dos argumentos de Lopes (2006a), para Tourinho (2006), essa distinção opera uma “concessão à lógica subjetivista que orienta a interpretação moderna da individualidade” (p.165), uma vez que dá centralidade a eventos *no* indivíduo – eventos privados – e não nas relações comportamentais.

As considerações críticas a esta abordagem ou “operação” skinneriana encaminham para o reconhecimento e desenvolvimento de uma proposta alternativa a partir da análise das contingências sociais presentes nas sociedades modernas, responsáveis pelo processo e destaque das diferenciações entre as pessoas. Apesar de conduzir uma análise nesta perspectiva de um aspecto específico, o econômico, Tourinho (2006) ressalta que tal análise poderia ser realizada para outros âmbitos, como o social, político, religioso, filosófico ou artístico.

Buscando conduzir uma análise comportamental das contingências sociais (com destaque para a dimensão econômica) que estariam envolvidas no processo de individualização, Tourinho (2006) recorre ao artigo de Skinner (1986) “O que há de errado com a vida cotidiana no mundo ocidental”. Nesse trabalho, Skinner apresenta a análise de práticas que estariam promovendo a “erosão das contingências de reforço”, ao arranjar condições em que “O responder do indivíduo deixa de produzir certas consequências, ou o acesso às consequências passa a independe do responder” (Tourinho, 2006, p.167).⁶⁶ Exemplos disso seriam a alienação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho, ou ainda o comportamento do empregador, que tem acesso a produtos que não são fruto de sua atividade.

Nesse sentido, para Tourinho (2006), a consideração das alterações ocorridas nas contingências de reforçamento provocadas pelos arranjos socioeconômicos no Renascimento e na Modernidade permite uma abordagem esclarecedora da *individualização*. As mudanças nesses arranjos marcam, não só a alteração no acesso às consequências, como apontado, mas também sua *particularização* (tomada do indivíduo *à parte* “do todo”): “as consequências contingentes ao trabalhar passam a ser outras (em geral, o salário) e deixam de ser contingentes ao comportamento de um conjunto de homens e mulheres e passam a ser contingentes ao trabalho *individual*.” (Tourinho, 2006, p.169, *itálicos acrescidos*)

Antes, para comer, as pessoas dependiam do trabalho, próprio e de outros companheiros, na lavoura (o produto do trabalho era o próprio alimento a ser

⁶⁶Skinner (1986, p. 571): “What is wrong with life in the West is not that it has too many reinforcers, but that they are not contingent on the kinds of behavior that sustain the individual or promote the survival of the culture or species.”

consumido). Já no contexto renascentista, moderno e contemporâneo, as pessoas dependem cada vez mais “apenas” de realizar “bem” o *próprio* trabalho, que pode estar extremamente distante ao trabalho agrícola, para obter um salário que lhe possibilita ter acesso ao produto do trabalho na lavoura.

A individualização neste terreno torna-se, assim, uma questão de dissociação das consequências que mantêm o comportamento de trabalhar de grupos de homens e mulheres. A especialização crescente de suas funções é acompanhada pelo distanciamento cada vez maior entre as consequências que mantêm o comportamento de cada um. Consequências que não apenas diferenciam-se daquelas que modelam o trabalhar originalmente, como também tornam o trabalhar de um indivíduo cada vez mais independente do trabalhar do outro em um sentido crucial, isto é, do ponto de vista das consequências que o mantêm. (Tourinho, 2006, p.169-170)⁶⁷

Ressalta-se ainda que a complexificação associada à individualização desenvolve-se em diversos outros âmbitos da vida cotidiana, construindo cenários em que, ao menos aparentemente, “O comportamento do próprio indivíduo lhe basta.”(p.171) – isso seria uma das bases associadas à promoção da “privacidade”. Uma vez que o comportamento do próprio indivíduo lhe basta, ao menos aparentemente, muitas vezes este comportamento não precisa, ou não deve, afetar aos demais, tendo sua forma encoberta promovida e fortalecida mais frequentemente que a forma aberta.

A ressalva de que essa independência do indivíduo em relação ao grupo é apenas aparente é bastante pertinente e clara. Como dito, a partir do Renascimento e, mais intensamente, da Modernidade, as relações de produção e reprodução da vida, de

⁶⁷Tourinho (2006) salienta que as conformações sociais e econômicas que conduzem a um alto grau de individualização são responsáveis também por tornar as relações cada vez mais assimétricas, a partir das discrepâncias entre as possibilidades de controle do acesso aos bens. Nesse sentido, compreendendo-se que as noções de sujeito e indivíduo como possuindo uma natureza autônoma ou independente da sociedade e cultura estão intimamente imbricados na manutenção de relações de poder e exploração, não por uma “intencionalidade racional”, mas por suas funções, que na perspectiva behaviorista radical é o que confere a “intencionalidade” aos comportamentos, parece possível e pertinente discutir o caráter ideológico de tais noções. Infelizmente, contudo, tal movimento foge ao escopo e possibilidades deste trabalho.

sobrevivência, passam de *relações imediatas e diretas* para uma rede de relações cada vez mais *mediatas e indiretas*, tornando-se “obscurecidas”, de difícil identificação. Nesse “escuro”, outras relações mais imediatas, aparentemente independentes de relações interpessoais, passam a ser identificadas como *causas* ou *fins* para os comportamentos – o que permite ao empregado da indústria de sapatos comprar comida, por exemplo, é, *aparentemente*, “apenas” o seu trabalho de colar solas, que lhe garante um salário, e não o trabalho do lavrador, muito menos todo o complexo econômico estruturado que o mantém como assalariado e garante que outros assalariados (lavradores) produzam os bens de consumo que ele (sapateiro) necessita ou procura.

A partir de uma análise desse quadro, entretanto, pode-se observar exatamente o contrário de uma maior independência dos outros – os indivíduos passam a depender de uma rede cada vez maior com mecanismos cada vez mais complexos de regulação. Com esta maior (e não menor) dependência do comportamento dos outros, as práticas realizadas por cada um passam a ter, em longo prazo, uma maior repercussão sobre o grupo. Porém, como salientado, as relações que configuram essa dependência são bastante mediatas e complexas, e por isso “obscurecidas”, ou ainda, em uma análise skinneriana tal como apontada por Tourinho (2006), “remotas demais para controlar o comportamento atual dos indivíduos.”(p.171). Frente a essa configuração desenvolvem-se os referidos mecanismos complexos de regulação – contingências especiais que promovem a auto-regulação, ou o “autogerenciamento ético” descrito por Skinner (1968). Como ressalta Tourinho (2006), tais práticas têm uma repercussão profunda na construção da noção de privacidade, uma vez que, com a crescente complexificação, esta regulação demanda um refinamento cada vez maior e mais elaborado da auto-observação e autocontrole.

Se cada um se torna um indivíduo não apenas porque seu repertório é único, mas também (e, talvez, principalmente) porque em sua vida cotidiana despende a maior parte de seu tempo em atividades mantidas por consequências que não mantêm igualmente o comportamento dos outros, então cada um será mais requerido a auto-observar-se e autocontrolar-se na medida necessária para que cada outro possa também buscar sua satisfação pessoal. (Tourinho, 2006, p.174)

3.3.3 - *Autonomia e Autocontrole*

As configurações sociais, econômicas e políticas da modernidade constroem, como discutido, um ambiente no qual as relações interpessoais se complexificam de modo a ampliar enormemente as possibilidades e alternativas de ações e relações possíveis de serem estabelecidas. Sendo assim, os indivíduos passam a encontrar-se cada vez mais diante de contextos identificados comumente como situações de escolhas e tomadas de decisão.

Fazendo referência a considerações de Herrnstein (1970) e McDowell (1989), Tourinho (2006) argumenta que todo comportamento dos organismos envolveria uma escolha, uma vez que sempre há diversas possibilidades de ações. Em decorrência, a determinação do comportamento efetivamente realizado seria função não apenas das contingências de reforço relativas à resposta emitida, mas também do conjunto de reforçadores relativos às demais contingências. Um exemplo apresentado pelo autor brasileiro ilustra a questão:

Quando um indivíduo se encontra, por exemplo, em uma praça, pode fazer muitas coisas diferentes e ser reforçado. Pode caminhar, conversar com o vendedor de jornais, jogar futebol, comprar um sorvete, observar os pássaros, brincar com as crianças, namorar etc. A probabilidade de o indivíduo conversar com o jornaleiro dependerá não apenas do reforço contingente a essa classe de respostas, mas da taxa de reforço contingente a cada outra possibilidade de ação (...) a probabilidade de o indivíduo conversar com o jornaleiro poderá ser alterada simplesmente modificando-se a taxa do reforço contingente a brincar com as crianças. (p.182-183)

Nessa direção, em uma análise comportamental, destaca-se a dependência funcional da escolha. As considerações apresentadas acerca dos esquemas concorrentes relacionam-se com a indicação da complexificação das relações interpessoais na modernidade, bem como suas implicações para a constituição da problemática da subjetividade na maneira como esta se configura para a Psicologia: “o sujeito nessas sociedades mais complexas

está permanentemente exposto a arranjos concorrentes de contingências mais numerosos. Em razão disso, escolhe mais – não porque é mais autônomo, mas porque o ambiente exige.” (Tourinho, 2006, p.186).⁶⁸

Como as redes de relações tornam-se cada vez maiores e complexas, a realização da cadeia depende de muitos elos, cada um com inúmeras possibilidades e ramificações, aumentando as distâncias (espaciais e temporais) entre uma ação e sua consequência (total ou de partes dela). Tal configuração implica no fortalecimento de um “adestramento especial” (Tourinho, 2006, p.187). Os indivíduos que desenvolvem “melhores” técnicas ou procedimentos para prever, planejar e controlar as consequências de suas ações (em grande parte remotas) estará entre os “mais bem sucedidos”⁶⁹. Como afirma Tourinho (2006), “A formação para a vida nessas sociedades exigirá um novo tipo de educação.” (p.187). Essa “nova educação” consistirá no estabelecimento de novas contingências envolvidas na promoção e fortalecimento de comportamentos que aumentem a efetividade das escolhas a serem realizadas ao longo da complexa cadeia de relações interpessoais, a fim de “conduzir” o indivíduo da ação inicial à consequência desta ação, distanciada por conta da complexificação das redes de relações.

Além da “efetividade” desses novos repertórios ao sucesso dos indivíduos, considerando que as ações dos indivíduos também trazem consequências ao grupo, as culturas passam a arranjar contingências que modifiquem os “cursos de ação” de seus membros, de forma a arranjá-los de maneira que as ações tenham consequências efetivas também à cultura.

Em suma, a autonomia encontrada nas sociedades modernas tanto se explica em termos da exposição permanente de indivíduos a esquemas concorrentes de reforço,

⁶⁸ É importante assinalar que, muito provavelmente, o sentido de autônomo nessa última frase refere-se ao primeiro sentido apontado (e criticado) por Tourinho (2006), de independência em relação às contingências ambientais. Ao contrário, a afirmação presente na citação é justamente o indicativo da interpretação proposta para o termo autonomia – necessidade maior de fazer escolhas e tomar decisões por conta dos arranjos de contingências sociais na qual o indivíduo está inserido.

⁶⁹ Ressalta-se aqui que não se está propondo um retorno à concepção individualista, com atribuição destas “capacidades” ao indivíduo, mas a partir da consideração de que tais repertórios, como todos os demais, são frutos de aprendizagem, em especial a partir de contingências socialmente arranjadas. Dessa forma, o desenvolvimento das tais “técnicas” e “procedimentos” é condicionado a fatores históricos, sociais e econômicos, e não a considerações da “natureza”, índole ou personalidade dos indivíduos.

que exigem escolhas, como, em alguns casos, a partir de particularidades desses esquemas nessas sociedades, em termos da distância temporal entre respostas e consequências e a participação de contingências sociais adicionais quando os cursos de ação possíveis envolvem um conflito entre consequências para o indivíduo e para o grupo.” (Tourinho, 2006, p. 189-190)

Operando um movimento dessa mesma forma, Tourinho analisa implicações das alterações das conjunturas sociais da modernidade e as interpretações desenvolvidas pela análise do comportamento também na temática do *autocontrole*.

O autor salienta a importância do desenvolvimento e refinamento de repertórios ligados ao autocontrole nos contextos e redes de relações mais complexas pertinentes ao Renascimento e, principalmente, à Modernidade. Os indivíduos passam a ter de lidar com conflitos de interesses entre as consequências imediatas e atrasadas de seu comportamento, para si e para os outros (ou ainda, para o grupo, comunidade ou cultura). Nesse sentido, essa conjuntura passa a promover e fortalecer cada vez mais repertórios ligados à observação e controle dos comportamentos, em especial de respostas impulsivas, comumente relacionadas à expressão de emoções e sentimentos. Tourinho (2006) destaca as análises de Elias (1939/1990, 1987/1994), na qual se encontram, a partir da

indicação de algumas variáveis culturais de relevância central no mundo moderno, a proposição de que o autocontrole constitui uma chave para discussão dos fenômenos emocionais tal como se configuram nessa cultura e a sugestão de que um aspecto importante dessa configuração consiste da *forma* de emissão de certas respostas: com restrita participação do aparelho motor, ou simplesmente a emissão de respostas com dimensões motoras concorrentes (e.g., sorrir em um momento de desagrado). (Tourinho, 2006, p.192)

Ainda explorando a temática, Tourinho (2006) apresenta a abordagem skinneriana para a questão do autocontrole, salientando dois encaminhamentos propostos pelo autor estadunidense: em um, destaca-se a possibilidade do próprio indivíduo arranjar

contingências que favoreçam a emissão de um determinado comportamento, por meio de “técnicas de autocontrole”, que deveriam ser analisadas da mesma forma como as estratégias de manejo comportamental realizadas em relação ao comportamento de outrem. Outro, indicado por Tourinho (2006) como “o principal”, refere-se à consideração de casos em que uma comunidade arranja contingências que promovam *comportamentos de autocontrole*, ou seja, que inibam comportamentos impulsivos – respostas com consequências imediatas ao indivíduo, mas de possível valor negativo a outros membros do grupo ou à coletividade. Tal comunidade fortaleceria, assim, *comportamentos autocontrolados* – respostas com consequências atrasadas, mas de provável valor positivo a outros membros do grupo ou à coletividade como um todo.

Nessa perspectiva, para uma compreensão dos comportamentos dos indivíduos, torna-se fundamental a compreensão das práticas arranjadas pela comunidade para promover determinados repertórios que favoreçam a sobrevivência e manutenção da sociedade, dos membros do grupo e suas práticas. Como tais consequências (de sobrevivência do grupo e suas práticas) são demasiadamente atrasadas para atuar no controle do comportamento do indivíduo, as comunidades arrancam contingências com consequências imediatas. Dessa forma, promovem e fortalecem um tipo de resposta que tenha consequências positivas à manutenção do grupo e suas práticas em longo prazo.

De modo geral, segundo Tourinho (2006), boa parte das práticas arranjadas pela cultura ocidental “com estes fins” baseiam-se no controle aversivo, por meio de “sanções éticas”. Dessa forma, o indivíduo estaria constantemente frente a esquemas concorrentes envolvendo esse tipo de controle: “Como resultado, os esquemas concorrentes a que o indivíduo encontra-se exposto incluem contingências sociais que produzem um autocontrole sob a forma de ‘comportamento de esquiva socialmente instalado’ (Nico, 2001, p.85).” (Tourinho, 2006, p.196). Como exemplo de repertórios ou modulações de comportamentos nesse sentido, Tourinho (2006) aponta as *respostas encobertas*:

Como já assinalado, o papel da ativação (restrita) do aparato motor na definição do caráter (parcialmente) encoberto de certas respostas é abordado por Watson (1930/1970), Skinner (1957) e Kantor (Kantor & Smith, 1975). É também questão levantada por Elias (1994/1987) ao discutir o autocontrole nas sociedades

modernas. Também esses autores chamam a atenção para a importância de contingências sociais punitivas para a produção dessas respostas encobertas. Essas contingências são dispostas socialmente não por seu efeito para o indivíduo, mas por seu efeito para o grupo.” (Tourinho, 2006, p.197)

Nessa compreensão, explicita-se o papel dos níveis de seleção para compreensão do comportamento humano, em especial a relação entre o segundo (ontogenético) e o terceiro (cultural) nível – a vivência em grupo demanda do indivíduo o desenvolvimento de repertórios tão complexos quanto à multiplicidade e variabilidade das relações estabelecidas neste grupo.

O padrão autocontrolado de comportamento interessa à cultura (no mundo ocidental) por várias razões. O alto grau de complexidade das relações entre indivíduos torna importante para a sobrevivência do grupo a previsibilidade do comportamento de cada um (...) O desenvolvimento tecnológico e a especialização das funções multiplicam os cursos de ação possíveis (...) tornando impossível para a sociedade controlar diretamente, a cada momento, o comportamento individual em favor do grupo. A dissociação das consequências que mantêm comportamento de cada um introduz um grau inédito de conflito entre consequências para o indivíduo e para o grupo (inexistente em sociedades menos complexas). (p.199)

O desenvolvimento desse encaminhamento destaca, também em uma abordagem analítico-comportamental, o papel das práticas de uma cultura na produção da forma como seus membros agem. Ficam claras, dessa forma, as possibilidades e potencialidades do diálogo entre a abordagem analítico-comportamental e outras propostas de interpretação e conhecimento acerca das práticas culturais – análises históricas, sociológicas, econômicas, antropológicas. Nesse sentido, Tourinho (2006) apresenta uma posição crítica ao desenvolvimento de algumas considerações e posturas da análise do comportamento, ao se colocar muitas vezes de modo a distanciar-se de outras disciplinas e abordagens, como se fosse a única forma de conhecimento capaz de construir uma superação da visão dualista-mentalista.

A discussão sobre a noção e fenômenos envolvendo o autocontrole soma-se às demais conduzidas no destaque do papel da cultura na produção de formas de relações com o mundo e com os outros, dentre as quais se configuram algumas específicas, denominadas “subjetivas”. Como afirma Tourinho (2006, p. 198-199):

É à cultura que interessa o autocontrole e é por visar esse autocontrole que a cultura promove a discriminação de condições corporais e a transformação das relações tidas por um responder emocional espontâneo. Isso não significa que algo fica contido dentro do sujeito autocontrolado (exceto como uma metáfora). Mas significa que sobre as relações emocionais primárias a cultura opera transformando-as e produzindo relações com graus cada vez maiores de complexidade (por exemplo, do ponto de vista dos entrelaçamentos entre relações diversas, verbais e não verbais, com componentes abertos e encobertos etc.), das quais participam respostas parcialmente encobertas não encontradas nas relações que definem emoções primárias (...) Do mesmo modo, significa que outras classes de respostas relacionadas à “cognição”, o responder reflexivo mencionado anteriormente, tornam-se parcialmente encobertas por força da individualização, exposição do indivíduo a esquemas concorrentes cada vez mais numerosos, necessidade de estar permanentemente fazendo escolhas e conflito de consequências (imediatas/atrasadas, maior/menor magnitude, para o indivíduo/para o grupo etc.)

Os aspectos que destacam o caráter social de fenômenos subjetivos podem ser apontados como algumas das maiores contribuições da abordagem de Skinner para o tema. A partir da exploração, aprofundamento e extrapolação de algumas considerações skinnerianas, Tourinho (2006) constrói uma proposição crítica que promove avanços em relação ao tratamento dado por Skinner à temática da subjetividade ao longo de sua obra, sem, contudo, deixar de comprometer-se com os pressupostos do behaviorismo radical, ou com os paradigmas da análise do comportamento:

Pensar as relações que definem emoções, sentimentos e pensamentos, sob as variáveis culturais aqui referidas, a partir de suas articulações com as questões da

autonomia, individualização e autocontrole pode ser produtivo porque assim tem-se uma referência dos tipos de variáveis para as quais olhar ao buscar compreender aquelas relações. *Uma emoção ou sentimento não constitui simplesmente uma estimulação interoceptiva, ou um responder verbal sob controle de uma condição corporal (e, assim, não será suficiente discutir como essa autodescrição se instala, ou se é precisa ou não). De mesmo modo, o pensar não é simplesmente um responder encoberto (portanto, não será suficiente discutir se adquire ou não funções para outros comportamentos).* A análise do comportamento poderá avançar em sua abordagem de sentimentos, emoções e pensamentos na medida em que *considerar as relações concretas nas vidas dos indivíduos de uma cultura*, em que esses fenômenos vêm a existir. (p. 199-200, itálicos acrescentados)

A consideração de Tourinho (2006) das questões referentes à subjetividade por meio de uma lógica relacional e compreensão dos fenômenos como relações comportamentais que se inserem em *continuuns* de complexidade e observabilidade, constituídos a partir das relações sociais e contextos em que se apresentam, permitem a exploração dos fenômenos subjetivos de forma “livre” das implicações com as dicotomias psicológicas clássicas, bem como a lógica dualista subjacente a elas. Assim, para Tourinho (2006), parece que o conceito de privado, entendido como atributo ou propriedade construído em acordo com perspectivas realistas ou externalistas, deveria ser abandonado, uma vez que se mostra tão desnecessário e incoerente quanto os conceitos de “interno” ou “mental”. Considerando-se que o enfoque relacional é que recoloca os problemas humanos no plano das relações de interdependência entre homens e mulheres, a superação das dicotomias clássicas não se dá pela afirmação de um dos polos das dicotomias. Não é afirmando que sentimentos, emoções e pensamentos são todos eles fenômenos públicos, objetivos, físicos ou externos que se visualizam suas dimensões relacionais e funcionais. Tampouco isso se dá pela discussão do grau de acesso a um estímulo ou da acurácia ou correspondência de uma descrição, como proposto na teoria de eventos privados. No lugar dessa lógica, apresenta-se como mais coerente e produtiva à posição analítico-comportamental a indagação e busca por compreensão das conjunturas, das contingências (em especial de nível cultural) que dispõem e estabelecem

as relações que dão origem à consideração e experiência da “auto-imagem do homem autônomo e enclausurado em si mesmo.” (Tourinho, 2006, p.201).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Os bichos me fantasmizam. Eles são o tempo que não se conta. Pareço ter certo horror daquela criatura viva que não é humana e que tem meus próprios instintos embora livres e indomáveis. Às vezes eletrizo-me ao ver bicho. Estou agora ouvindo o grito ancestral dentro de mim: parece que não sei quem é mais a criatura, se eu ou o bicho."

Clarisse Lispector

No início do presente trabalho apresentaram-se alguns questionamentos que pautaram os pontos de partida e a chegada pretendidos: As teorias para compreensão de fenômenos subjetivos no Behaviorismo Radical são suficientes? Elucidam satisfatoriamente a, ou as questões? Se não, existem avanços sendo propostos? Em que direção estes avanços têm se desenvolvido? Cabe agora, percorridos os caminhos das análises e discussões propostas, tentar indicar algumas respostas e possíveis direcionamentos para as questões apresentadas.

Avanços

Em acordo com o objetivo apresentado inicialmente (avaliar as propostas e controvérsias na abordagem da subjetividade no campo analítico comportamental), busca-se nesta última seção discutir os possíveis avanços na compreensão dos fenômenos subjetivos. Como indicado na apresentação desta dissertação, o uso do termo *avanços*, longe de buscar expressar uma compreensão progressista de sentido raso, procura indicar simplesmente que propostas distintas (porém relacionadas, e até dependentes, no sentido de que se constroem tendo a anterior como base inicial ou ponto de partida) têm sido apresentadas na tentativa de encaminhar soluções diferentes às questões colocadas sobre a abordagem da subjetividade numa concepção behaviorista radical, demonstrando maior ou menor grau de coerência e instrumentalidade.

Como apontam Hayes e Fryling (2009), compreende-se que avanços em uma ciência do comportamento desenvolvem-se por meio de reconsiderações e reformulações sobre as propostas acerca da natureza, premissas e formulações a respeito do objeto de estudo, no caso, fenômenos subjetivos.

Nessa direção, Abib (1982, 1997) considera a proposta skinneriana acerca dos eventos privados como um importante avanço em relação a outras posições na tradição

behaviorista e aos modelos mentalistas. Como apresentado no último capítulo, para o autor brasileiro, Skinner avança em relação às demais teorias descritivas do comportamento ao admitir e elaborar um conhecimento indireto e inferencial dos *eventos privados*. A partir de tal movimento, destaca Abib (1997), “aquilo que é sentido” passa a ter espaço em uma abordagem científica do comportamento.

Contudo, como indicado também, a proposta skinneriana ainda encontraria limitações para uma abordagem *mais completa* dos fenômenos subjetivos. Apesar de possibilitar a “inclusão daquilo que é sentido”, e diferenciar-se tanto do monismo fisicalista do behaviorismo watsoniano, quanto do epifenomenalismo do behaviorismo metodológico, a posição skinneriana configurar-se-ia ainda em alguns momentos como epifenomênica (“monismo fisicalista epifenomênico”, Abib, 1997, p. 101), ao indicar muitas vezes que eventos privados seriam apenas produtos colaterais do comportamento.

Assim, como aponta Tourinho (2006), reconhece-se que o trabalho de Skinner avança em direção à superação do dualismo metafísico, bem como do fisicalismo presente no behaviorismo clássico. Contudo, o movimento skinneriano parece não ter sido suficiente para construir uma “perspectiva totalmente consistente de análise.” (Tourinho, 2006, p.122)

Nesse sentido, respondendo à primeira pergunta colocada, as propostas iniciais do behaviorismo radical não foram suficientes para promover uma compreensão “totalmente consistente” dos fenômenos subjetivos, ou seja, não elucidam todas as questões pertinentes à temática. Frente a isso, a partir das análises desenvolvidas dos trabalhos de outros pesquisadores no behaviorismo radical, pode-se responder à questão seguinte afirmando-se também que sim, existem avanços sendo propostos, na busca por elaborar uma abordagem mais completa, consistente e instrumentalmente útil.

Alguns movimentos nessa direção parecem caracterizar-se como demarcações necessárias à elaboração de uma proposta coerente. A partir das leituras e discussões realizadas, apontar-se-iam como afirmações pertinentes, ou ainda, possíveis avanços:

1. Fenômenos subjetivos são fenômenos complexos – Como indicado por Tourinho (2006), uma compreensão mais completa e consistente dos fenômenos subjetivos deve considerá-los num *continuum* de complexidade, envolvendo relações comportamentais

estabelecidas em diferentes níveis de seleção (filogenético, operante e cultural), bem como o entrelaçamento destas. Dando destaque ao terceiro nível de seleção, Tourinho argumenta que o aprofundamento na compreensão das relações verbais possibilita a ampliação da perspectiva “inaugurada por Skinner” em relação aos fenômenos subjetivos para além das análises acerca do histórico de contingências de reforçamento de cada indivíduo, considerando que uma parte significativa dos aspectos e processos que compõem a subjetividade são produtos de contingências culturais.

Entretanto, além do destaque à dimensão cultural, essa “ampliação de perspectiva” também deve contemplar considerações a respeito da dimensão biológica, ou ainda *específica* (da espécie), tendo em vista que, como afirma Tourinho (2006), “variáveis culturais produzem sentimentos diversos, mas limitados por um aparato produzido filogeneticamente” (p.140).

Diante desses argumentos, é possível apontar como um avanço para a área a consideração dos fenômenos subjetivos como *fenômenos complexos* – relações comportamentais envolvendo o entrelaçamento de repertórios estabelecidos nos diferentes níveis de seleção; bem como a decorrente importância do estabelecimento de diálogos mais amplos e frequentes com outras áreas do conhecimento mais voltadas para as dimensões biológicas (Biologia, Etologia) e culturais (História, Sociologia, Antropologia, Política, Economia).

2. Fenômenos subjetivos não são eventos privados – Essa compreensão, já apontada em outros momentos do presente trabalho, não é, ou não deveria ser, uma novidade⁷⁰. A partir das discussões conduzidas até aqui, delineou-se a compreensão de que a subjetividade, ou os fenômenos subjetivos, são *relações* complexas entre eventos comportamentais e ambientais, entre os indivíduos e o mundo. Já eventos privados são *eventos* comportamentais ou ambientais de observabilidade circunstancialmente restrita. A princípio, a caracterização de um fenômeno como subjetivo não implica na participação de um evento privado na relação. Essa desvinculação mostra-se como um avanço ao salientar as possibilidades e análises de fenômenos subjetivos que não

⁷⁰Já indicou-se em outros momentos a citação de Skinner (1945/1961, p.275) de que: “*O problema dos termos subjetivos não coincide exatamente com o dos estímulos privados*”.

recorrem ao conceito de eventos privados, como as compreensões disposicionais apontadas, presentes inclusive no texto skinneriano (1953/2003, 1974/1976). Ainda, tal proposta mostra-se interessante ao desfavorecer a ocorrência de erros categorias e reducionismos, comuns nessa temática – tomar um evento (uma condição corporal, uma resposta) por uma relação de eventos (uma emoção, que envolve, no mínimo, algumas reações à determinada condição corporal).

De maneira bastante próxima, quase como decorrência, podemos afirmar também que a noção de subjetividade não se identifica com a noção de privacidade. As análises histórico-sociológicas apresentadas por Tourinho (2006), bem como as interpretações da obra de Skinner e o projeto fundacional propostos por Lopes (2006) dão base para a conclusão de que, em uma posição behaviorista radical, essas noções não devem ser idênticas, nem se implicar mutuamente. De fato, como mostra Tourinho (2006), podemos compreender que a forma como a subjetividade é vivenciada na sociedade ocidental moderna (ou no “mundo globalizado”) caracteriza-se como “privada”, nas diversas acepções do termo (particularidade, individualidade, e até “interioridade”, metafórica). Contudo, como ressalta o mesmo autor, essas são características da forma de expressão da subjetividade construídas sócio-historicamente nesse determinado período e contexto, e estão longe de serem “únicas”, “verdadeiras”, ou “naturais”.

A partir das indicações anteriores, constrói-se a resposta da terceira e última questão proposta na apresentação desta dissertação: podemos apontar duas direções, distintas, nas quais os avanços na compreensão dos fenômenos subjetivos no behaviorismo radical considerados aqui parecem apontar: a) um refinamento relacional do conceito de eventos privados; ou b) uma proposta de compreensão da subjetividade sem implicações com a noção de privacidade.

3. Definição e refinamento relacional do conceito de eventos privados – Essa parecer ser a posição defendida por muitos autores da área dedicados a essa temática (e.g. Moore, 2009; Catania, 2011; Palmer, 2009, 2011; Marr, 2011; Himeline, 2011, Tourinho, 2006, 2007). De maneira geral, todos esses autores expressam a compreensão do conceito de eventos privados como uma resposta verbal estabelecida dentro da comunidade científica analítico-comportamental em relação a eventos comportamentais e ambientais

de observabilidade circunstancialmente restrita. Por caracterizarem-se como eventos ambientais ou comportamentais, já se pressupõem que esses eventos participam de uma relação comportamental, definindo-se assim somente nessa condição. Ainda, compreende-se também que a observabilidade refere-se a uma característica da relação de um observador com o objeto observado, no caso um evento comportamental ou ambiental. Essa característica variaria num *continuum* (Tourinho, 2006; Palmer, 2009, 2011) entre a observabilidade e a inobservabilidade, de acordo com aspectos circunstanciais relativos ao observador (posição, histórico, condições – em relação ao objeto observado) e ao objeto observado (posição, sutileza, grau de mobilização de diferentes sistemas – em relação ao observador).

Dessa forma, essa compreensão do conceito de eventos privados avançaria ao promover uma delimitação mais precisa e coerente do conceito de eventos privados, bem como da noção de privacidade implicada. Isso decorreria do aporte relacional oferecido, suplantando possíveis abordagens “reducionistas organicistas”, ou ainda, “internalistas” e “fiscalista-fisiológicas”; bem como abordagens realistas implicada em uma “inobservabilidade por princípio”, próximas à problemática questão da acessibilidade ao objeto de estudo. Destaca-se, nesse sentido, a radicalidade do caráter relacional do comportamento como meio para “avançar” na compreensão das questões colocadas à ciência do comportamento em relação aos fenômenos subjetivos.

Nessa perspectiva, as buscas seriam pela compreensão de como eventos privados participariam das relações comportamentais envolvidas ou identificadas com fenômenos subjetivos, como elementos de uma contingência simples ou de cadeias comportamentais. Nesse sentido, alguns trabalhos apontam as implicações, especialmente no contexto clínico, da análise da participação destes eventos em classes de respostas e em classes de estímulos (constituídas por equivalência ou em quadros relacionais).

4. Abandono e proposta alternativa à teoria de eventos privados – Outra alternativa proposta para compreensão dos fenômenos subjetivos no behaviorismo radical refere-se ao abandono e superação da teoria de eventos privados e suas implicações. As principais razões na defesa desse movimento são indicadas por Lopes (2006): a teoria de eventos privados nasce no seio da questão da acessibilidade, questão comprometida com

pressupostos (realismo, empirismo) e correntes filosóficas (positivismo lógico, behaviorismo metodológico) às quais o behaviorismo radical não é, ou não deveria ser, filiado. Nesse sentido, a teoria de eventos privados denota uma postura realista e empirista, como na cisão entre observação e interpretação, que não se sustentam em uma metafísica relacional, pertinente ao behaviorismo radical.

Ao admitir o caráter inferencial e indireto do conhecimento de eventos privados, mas manter a compreensão de que eventos públicos seriam conhecidos, acessados e observados diretamente, Skinner parece operar em um “dualismo epistemológico” – duas modalidades de eventos com distintas possibilidades de acesso e conhecimento. De acordo com Abib (1997) e Lopes (2006), essa compreensão skinneriana é, no mínimo, questionável, uma vez que o conhecimento de eventos chamados públicos também pode ser entendido como “indireto” ou “inferencial”.

Lopes (2006) argumenta que em uma metafísica relacional, “observar é interpretar”, ou seja, todo “recorte”, todo olhar já é permeado por algum direcionamento construído pelo histórico de contingências, seja da espécie, do indivíduo ou mesmo da cultura (que incide sobre o histórico do indivíduo). Nesse sentido, não há acesso direto a qualquer objeto, seja ele chamado público ou privado; não há observação pura ou conhecimento direto que se contrapõe a uma interpretação ou conhecimento indireto e inferencial dos eventos e fenômenos – toda observação implica uma interpretação e, dessa maneira, também toda interpretação pode ser considerada uma observação.

A partir dessa discussão, encontra-se a proposta de avanço para a compreensão dos fenômenos subjetivos com o abandono da teoria de eventos privados: a distinção observável-inobservável pertence à concepção empirista que, como demonstrado, falha na compreensão de eventos e fenômenos comportamentais em uma perspectiva relacional. Portanto, a teoria de eventos privados pauta-se em um pseudo-problema para o projeto fundacional behaviorista radical, devendo por isso, ser desconsiderada.

Como proposta alternativa, Lopes (2006) indica, como apresentado, uma compreensão relacional e imanente, na qual todos os eventos definem-se apenas na relação comportamental. Dessa forma, o autor propõe a consideração do comportamento como uma conjunção inextrincável entre perceber-sentir-agir. O acesso aos estímulos nunca é direto, nem estes se constituem antes ou fora da relação comportamental;

tampouco sua função é imutável ou independente da relação na qual se insere. Como decorrência, o conhecimento dos fenômenos, sejam eles considerados “públicos” ou “privados”, se dá pela consideração das contingências determinantes da relação comportamental. O problema de uma comunidade verbal não é de acesso ao estímulo ao qual o indivíduo responde, mas o desconhecimento do histórico de contingências (da espécie, do indivíduo ou da cultura) que constitui determinada função ao estímulo em questão. Avança-se, assim, ao se deixar de buscar a compreensão a partir da acessibilidade a eventos específicos, voltando-se a análise para o caráter relacional e histórico das relações comportamentais.

Eventos privados: Abandonar ou manter?

Frente à questão, tal qual postulada por Lopes (2006), de se a teoria de eventos privados seria um “avanço teórico” ou uma “manobra malsucedida”, parece plausível indicar que sim, ela foi um avanço, em sentido pragmático – permitiu lidar de maneira mais efetiva com uma parcela maior de eventos no mundo. Contudo, justamente por tal avanço ter sido feito, por tal passo ter sido dado, uma nova “realidade” se ergueu, novos desafios e questões apresentaram-se e, nesse novo contexto, a teoria de eventos privados mostra-se insuficiente e problemática. Dessa forma, o “apego” e tentativas de ajustamento a tal compreensão configurar-se-iam como uma “manobra mal sucedida” na ciência do comportamento.

Os argumentos colocados pelos autores que defendem a manutenção do conceito de eventos privados se mantêm na direção indicada por Palmer (2009), de que eventos privados são interpretações a partir dos princípios básicos estabelecidos em laboratório. Dessa forma “A análise do comportamento pode agora incluir eventos privados, ao menos em um sentido interpretativo, se não em um sentido empírico.”⁷¹ (Marr, 2011, p.213). Ou seja, a partir das observações no laboratório (ou com controle experimental) “obtem-se” o conhecimento da realidade, que serve para previsão e controle. Já por meio de interpretações e inferências, busca-se construir “uma história mais plausível” a ser contada.

⁷¹“Behavior analysis could now include private events, at least in an interpretative if not empirical sense.” (p.213)

Entretanto, parece ainda permanecer nessa perspectiva a questão incômoda de que: a) ou os eventos privados precisam ser transformados em “coisas observáveis”, aproximando-se novamente do perigo de um “fiscalismo” ou “reducionismo fisiológico”; ou b) não fazem parte da “ciência de verdade” (ou são “elementos menores” desta), sendo conhecimentos sempre incertos, a espera da comprovação empírica (Hayes & Fryling, 2009).

Essa posição, ao menos em um primeiro momento, parece não reconhecer, tal como na distinção skinneriana entre observação, interpretação e descrição, que a “ciência do laboratório” também é interpretativa, que os eventos chamados de privados são assim caracterizados pelos próprios arranjos de um “discurso”, de uma forma de “visão de mundo”. Dessa maneira, o reconhecimento de que a privacidade é circunstancial e relativa parece ser indicado muitas vezes apenas para legitimar um discurso ou uma posição mais coerente, para logo em seguida “naturalizá-la” ou “reificá-la” novamente como uma condição misteriosa – “um desafio quase intransponível a ser vencido”, e vencido metodologicamente, não conceitualmente.

Pensando, contudo, na noção de *explicação científica* no behaviorismo radical como a construção de conceitos que possibilitem explicações pautadas no mundo natural, conceitualmente econômicas e úteis (Baum, 1994/1999), é justamente nesse âmbito, conceitual, e não no metodológico, que se configura a distinção e avanços ou superações da posição behaviorista radical em relação às outras linhas de pensamento behavioristas e mentalistas. Nesse sentido, não seriam o “reforçamento”, o “operante”, “o estímulo discriminativo” tão hipotéticos quanto o “reflexo”, a “codificação” ou o “armazenamento”? Ou então, não seriam estes últimos tão “observáveis” para um observador devidamente familiarizado e treinado em relação a estes construtos, quanto o “reforçamento” o é a um bom analista do comportamento? Nessa perspectiva, a observabilidade depende muito mais de uma questão de interpretação, de consideração conceitual, do que de distinções metodológicas profundas. Sendo assim, parece também mais plausível e interessante considerar uma posição que vincula observação-intepretação (abandono da teoria de eventos privados), que uma posição que supõe a desvinculação dessas como etapas analíticas distintas.

Ainda assim, mesmo reconhecendo tais argumentos relativos a uma concepção alternativa (relacional) de observação-interpretação, parece intuitivamente quase impossível discordar de que há eventos ou fenômenos que são mais “fáceis” e outros mais “difíceis” de serem observados, interpretados ou, enfim, conhecidos. Porém, apesar desse apelo, que daria força à posição de uma “observabilidade restrita circunstancialmente”, considerando-se que a observação e interpretação são produtos de contingências, dependentes de muitas variáveis do contexto histórico individual e social, a noção ou limites da categoria de “privado” torna-se inútil. Tomada dessa maneira, a categoria “privado” ou não categoriza nada, uma vez que, no limite, tudo em princípio é ou *se tornará público*; ou demanda tantas explicações e considerações para determinar a circunstancialidade da “observabilidade restrita”, que ao invés de ser um conceito útil, atrapalha e desvia a análise das variáveis determinadas nos diferentes níveis de seleção que “constroem” a referida “circunstancialidade”.

Da mesma forma, as propostas alternativas, de abordagem da subjetividade sem recorrer à teoria de eventos privados, parecem no mínimo incomodas num primeiro momento. Uma compreensão pautada em uma metafísica relacional, vinculando observação e interpretação, e implicando na consideração de uma relação inextrincável entre percepção, *sensing* e *feeling*, exige o abandono de noções ainda caras ao fazer ciência hoje, como o realismo e o empirismo – a “tentação” de buscar “dados da realidade” e verdades absolutas e imediatas. Além disso, a abordagem do comportamento como disposto em um *continuum* de complexidade, de acordo com entrelaçamentos de repertórios determinados por contingências em diferentes níveis parece implicar na desafiadora necessidade do psicólogo (ou do analista do comportamento) buscar contato e diálogo com outras áreas de conhecimento, como história, antropologia, biologia, etologia, sociologia.

Dessa forma, mesmo considerando a possibilidade indicada por alguns autores (e.g. Borba & Tourinho, 2010, Tourinho, 2006) de (re)construção de um conceito de evento privado coerente e instrumentalmente útil, comprometido com uma perspectiva relacional, frente à opção de superá-lo e abandoná-lo, parece mais pertinente adotar esse segundo caminho, realizando assim o que Lopes (2006) aponta como uma limpeza conceitual na abordagem behaviorista radical dos fenômenos subjetivos.

REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (1982) Skinner, materialista metafísico? Never mind, no matter. In: Bento Prado Junior (Org.). *Filosofia e comportamento*. São Paulo: Brasiliense.
- Abib, J. A. D. (1997). *Teorias do comportamento e subjetividade na psicologia*. São Carlos: Editora da UFSCar.
- Abib, J. A. D. (1999). Empirismo Radical e Subjetividade Psicologia. *Teoria e Pesquisa* 15(1), 55-63.
- Anderson, C. M., Hawkins, R. P., & Scotti, J. R. (1997). Private events in behavior analysis: Conceptual basis and clinical relevance. *Behavior Therapy*, 28, 157-179.
- Banaco, R. A. (1999). O acesso a eventos encobertos na prática clínica: Um fim ou um meio? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1, 135-142.
- Baum, W. M. (2005). *Understanding behaviorism: Behavior, culture and evolution* (2a. ed.). Oxford: Blackwell Publishing.
- Baum, W. M. (2011). Behaviorism, Private Events, and the Molar View of Behavior. *The Behavior Analyst*, 34(2), 185–200.
- Borba, A.; Tourinho, E. Z. (2010). Instrumentalidade e coerência do conceito de eventos privados. *Acta Comportamentalia*, 18(2), 279-196.
- Cândido, C. L. (2003). Freud: um monista mentalista? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(2), 127-133.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. São Paulo: Editora UNESP.
- Catania, A. C. (2011). On Baum's public claim that he has no significant private events. *The Behavior Analyst*, 34(2), 227-236.

- Catania, A. C., & Harnad, S. (Eds.), (1988). *The selection of behavior: The operant behaviorism of B. F. Skinner: Comments and consequences*. New York: Cambridge University Press.
- Day, W. F. (1969a). Radical behaviorism in reconciliation with phenomenology. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 12, 315-328.
- Day, W. F. (1969b). On certain similarities between the Philosophical Investigations of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B. F. Skinner. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 12, 489-506.
- DeGrandpre, R. J. Bickel, W. K., & Higgins, S. T. (1992). Emergent equivalence relations between interoceptive (drug) and exteroceptive (visual) stimuli. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 58, 9-18.
- de Rose, J. C. C. (1999). O que é um Skinneriano? Uma reflexão sobre mestres, discípulos e influência intelectual. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1(1), 67-74.
- Donahoe, J. W. & Palmer, D. C. (1994). *Learning and Complex Behavior*. Boston/London: Allyn and Bacon.
- Ekman, P. (2004). Basic emotions. In T. Dalgleish & M. Power (orgs.), *Handbook of cognition and emotion*. Sussex, U.K: John Wiley & Sons. (Trabalho originalmente publicado em 1999).
- Elias, N. (1990). *O processo civilizador: Uma história dos costumes – Volume 1*. Tradução de R. Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho originalmente publicado em 1939).
- Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho originalmente publicado em 1987).
- Flora, S. R. & Kestner, J. (1995). Cognitions, thoughts, private events, etc. are never initiating causes of behavior: Reply to Overskeid. *Psychological Record*, 45, 577-589

- Fodor, J. A. (1968). *Psychological explanation*. New York: Random House.
- Friman, P. C., Hayes, S. C., & Wilkson, K. G. (1998). Why behavior analysts should study emotion: The example of anxiety. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 31, 137-156.
- Gongora, M. A. N. & Abib, J. A. D. (2001). Questões referentes à causalidade e eventos encobertos no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3(1), 4-29.
- Hayes, L. J. (1994). Thinking. In S. C. Hayes, L. J. Hayes, M. Sato, & K. Ono (Eds.), *Behavior analysis of language and cognition* (pp. 149-164). Reno, NV: Context Press.
- Hayes, L. J. & Fryling, M. J. (2009). Overcoming the pseudo-problem of private events in the analysis of behavior. *Behavior and Philosophy*, 37, 39-57.
- Hernstein, R. J. (1970). On the law of effect. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 13, 243-266.
- Hocutt, M. (2009). Private Events. *Behavior and Philosophy*, 37, 105-117.
- Hineline, P. N. (2011). Private versus Inner in Multiscaled Interpretation. *The Behavior Analyst*, 34(2), 221-226.
- James, W. (1955). *The principles of psychology*. Em R. M. Hutchins (org.), *Great Books of the Western World, vol. 53*. Chicago: Encyclopedia Britannica. (Trabalho originalmente publicado em 1890).
- Kantor, J. R., & Smith, N. W. (1975). The reaction system. In J. R. Kantor & N. W. Smith (orgs.), *The science of psychology: An interbehavioral survey*. Chicago: Principia Press.
- Köhler W. (1970). *Gestalt Psychology*. New York: Liveright (Publicado originalmente em 1929).

- Lopes, C. E. (2004). Comportamento e Disposição. In: Maria Zilah da Silva Brandão; Fátima Cristina de Souza Conte; Fernanda Silva Brandão; Yara Kuperstein Ingberman; Vera Lucia Menezes da Silva; Simone Martin Oliani. (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição*. Santo André: Esetec.
- Lopes, C. E. (2005). Uma Crítica ao Papel da Teoria de Eventos Privados no Estudo da Subjetividade. In: Hélio José Guilhardi; Noreen Campbell de Aguirre. (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição*. Santo André: Esetec.
- Lopes, C. E. (2006a). *Behaviorismo Radical e Subjetividade*. Tese de doutorado. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos.
- Lopes, C. E. (2006b). O Papel do Tempo na Definição e Explicação do Comportamento. In: Hélio José Guilhardi; Norren Campbell de Aguirre. (Org.), *Sobre Comportamento e Cognição*. Santo André: Esetec.
- Lopes, C. E. (2008). Uma proposta de definição de comportamento no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 10(1), 1-13.
- Lopes, C. E. e Abib, J. A. D. (2003) O behaviorismo radical como filosofia da mente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 85-94.
- Lubinski, D., & Thompson, T. (1993). Species and individual differences in communication based on private states. *Behavioral and Brain Sciences*, 16, 627–680.
- Marr, M. J. (2011). Has radical behaviorism lost its right to privacy? *The Behavior Analyst*.34(2), 213–219.
- Matos, M. A. (1995). Behaviorismo Metodológico e Behaviorismo Radical. In: Bernard Rangé (Org.) *Psicoterapia comportamental e cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas*. Campinas, Editorial Psy.
- Matos, M. A. (2001). O behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e o behaviorismo radical. In R. A. Banaco (Org.). *Sobre comportamento e cognição*:

- Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e terapia cognitivista. (pp. 57-69). Santo André: ESETEC.
- Maturana, H. & Varela, F. (2002). *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. (2a Ed.). Tradução de Humberto Mariotti & Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena.(Publicado originalmente em 1984).
- McDowell, J. J. (1989) Two modern developments of matching theory. *The Behavior Analyst*, 12, 153-166.
- Melo, C. M. (2008). *A concepção de homem no Behaviorismo radical e suas implicações para a tecnologia do comportamento*. Tese de doutorado. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos.
- Mesquita, B. & Walker, R. (2003) Cultural differences in emotions: A context for interpreting emotional experiences. *Behaviour Research and Therapy*, 41, 777-793.
- Millenson, J. R. (1975). *Princípios de análise do comportamento*. Brasília: Coordenada (Trabalho originalmente publicado em 1967).
- Micheletto, N. ; Sério, T. M. A. P. (1993). Homem: objeto ou sujeito para Skinner? *Temas em Psicologia*, 2, 11-21.
- Moore, J. (1984). On privacy, causes, and contingencies. *The Behavior Analyst*, 7, 3-16.
- Moore, J. (1990). On the “causes” of behavior. *The Psychological Record*, 40, 469-480.
- Moore, J. (1995). Radical behaviorism and the subjective-objective distinction. *The Behavior Analyst*, 18, 33-49.
- Moore, J. (2000). Thinking about thinking and feeling about feeling. *The Behavior Analyst*, 23, 45-56.
- Moore, J. (2001). On psychological terms that appeal to the mental. *Behavior and Philosophy*, 29, 167-186.

- Moore, J. (2008). *Conceptual foundations of radical behaviorism*. Cornwall-on-Hudson, NY: Sloan.
- Moore, J. (2009). Why the radical behaviorist conception of private events is interesting, relevant and important. *Behavior and Philosophy*, 37, 21-37.
- Overskeid, G. (1994). Private events and other causes of behavior: Who can tell the difference. *The Psychological Record*, 44, 35-43.
- Palmer, D. C. (2004). Data In Search Of a Principle: A Review of Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian Count Of Human Language and Cognition. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 81 (2), 189–204.
- Palmer, D. C. (2009). The Role of Private Events in the Interpretation of Complex Behavior, *Behavior and Philosophy*, 37, 3-19.
- Palmer, D. C. (2011). Consideration of private events is required in a comprehensive science of behavior. *The Behavior Analyst*. 34(2), 201–207.
- Rachlin, H. (1994). *Behavior and mind: the roots of modern psychology*. New York. Oxford University Press.
- Rachlin, H. (2003). Privacy. In K. A. Lattal & P. N. Chase (Eds.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 187–201). New York: Kluwer Academic/Plenum.
- Rachlin, H. (2011). Baum's private thoughts. *The Behavior Analyst*, 34(2), 209–212.
- Ribes-Iñesta, E. (1982). Los eventos privados: ¿un problema para la teoría de la conducta? *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 8, 11-29.
- Ryle, G. (1980). *The concept of mind*. New York: Penguin Books. (Trabalho originalmente publicado em 1949).
- Schlinger, H. D. (1998) Of planets and cognitions: The use of deductive inference in the natural sciences and psychology. *The SkepticalInquirer*, 22, 49–51.

- Schlinger H. D. (2011) Introduction: Private Events in a Natural Science of Behavior. *The Behavior Analyst*, 34(2), 181-184.
- Sério, T. M. A. P. (2005). O behaviorismo radical e a psicologia como ciência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* [online]. 7(2), 247-262. ISSN 1517-5545.
- Simonassi, L. E., Tourinho, E. Z., & Silva, A. V. (2001). Comportamento privado: Acessibilidade e relação com comportamento público. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 133-142.
- Schnaitter, R. (1978). Private causes. *Behaviorism*, 6, 1-12.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. New York: Appletton-Century-Crofts.
- Skinner, B.F. (1961). The Operational Analysis of Psychological Terms. Em: B.F. Skinner (Org.), *Cumulative Record*. New York: Appletton-Century-Crofts. (Trabalho originalmente publicado em 1945).
- Skinner, B. F. (1968). *The technology of teaching*. New York: Appletton-Century-Crofts.
- Skinner B. F. (1968b). The science of human behavior. In: *Twenty-five years at RCA laboratories: 1942-1967*. Princeton, New Jersey: RCA Laboratories.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement*. New York: Appletton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1971) *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. New York: Vintage Books. (Trabalho originalmente publicado em 1974).
- Skinner, B.F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213, 501-504.
- Skinner, B.F. (1986). What is wrong with daily life in the Western World. *American Psychologist*. 41 (5), 568-574.

- Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, 45, 1206-1210.
- Skinner, B. F. (1991). *Recent issues in the analysis of behavior*. Tradução de Anita L. Neri. Campinas: Papyrus. (Trabalho originalmente publicado em inglês em 1989).
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano*. Tradução de João Cláudio Todorov e Rodolfo Azzi. São Paulo. Ed. Martins Fontes. (Trabalho originalmente publicado em 1953).
- Stemmer, N. (1992) The behavior of the listener, generic extension, and the communicative adequacy of verbal behavior. *The Analysis of Verbal Behavior*, 10, 69-80.
- Stemmer, N. (1995) Explanatory and predictive roles of inner causes: a reply to Overskeid. *The Psychological Record*, 45, 349-354.
- Tourinho, E. Z. (1999) Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 7(3), 213-222.
- Tourinho, E. Z. (2004) Behaviorism, interbehaviorism and the boundaries of a science of behavior. *European Journal of Behavior Analysis*, 5(1), p. 15-27.
- Tourinho, E. Z. (2006). *Subjetividade e relações comportamentais*. Tese para concurso de Professor Titular. Belém: Departamento de Psicologia Experimental da Universidade Federal do Pará.
- Tourinho, E. Z. (2007). Conceitos científicos e eventos privados como resposta verbal. *Interação*, 11, 1-9.
- Tourinho, E. Z., & Neno, S. (2003). Effectiveness as truth criterion in behavior analysis. *Behavior and Philosophy*, 31, 63-81.
- Tourinho, E. Z.; Teixeira, E. R. e Maciel, J. M. (2000). Fronteiras entre análise do comportamento e fisiologia: Skinner e a temática dos eventos privados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13, 425-434.

Vandenberghe, L. (2004). Relatar emoções transforma emoções relatadas? Um questionamento do paradigma de Pennebaker com implicações para a prevenção de transtorno de estresse pós-traumático. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 6, 39-48.

Watson, J. B. (1970). *Behaviorism* (Second edition). New York: W. W. Norton. (Trabalho originalmente publicado em 1930).

Wittgenstein, L. (1988). *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell. (Trabalho originalmente publicado em 1953).

Zuriff, G. E. (1979). Ten inner causes. *Behaviorism*, 7, 1-8.